



ARTIGOS

- ✓ **ACESSIBILIDADE INSTRUMENTO DE GARANTIA AO DEFICIENTE FÍSICO**
- ✓ **A EQUAÇÃO MODERNIDADE/PÓS-MODERNIDADE: CONFIGURAÇÕES SOCIAIS DA INFORMAÇÃO**
- ✓ **CONSERVADORISMO MORAL E SUAS REPERCUSSÕES NO SERVIÇO SOCIAL**
- ✓ **MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E OS (DES) CAMINHOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL**
- ✓ **PIERRE BOURDIEU: A COMPREENSÃO E A PRÁTICA SOCIOLÓGICA**
- ✓ **“QUESTÃO SOCIAL” E PAUPERISMO**
- ✓ **UM NOVO OLHAR PARA PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS**
- ✓ **A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NAS SÉRIES INICIAIS**
- ✓ **A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COM A LITERATURA DE CORDEL EM SALA DE AULA PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES**
- ✓ **A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA**
- ✓ **A RELEVÂNCIA DOS JOGOS NAS SÉRIES INICIAIS**
- ✓ **INFLUÊNCIA DE FATORES ALIMENTARES NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PROSTATA**
- ✓ **SEXO QUAL O SEU**



EDITORIAL.....	03
ARTIGOS	
1. ACESSIBILIDADE INSTRUMENTO DE GARANTIA AO DEFICIENTE FÍSICO.....	04
2. A EQUAÇÃO MODERNIDADE/PÓS-MODERNIDADE: CONFIGURAÇÕES SOCIAIS DA INFORMAÇÃO.....	11
3. CONSERVADORISMO MORAL E SUAS REPERCUSSÕES NO SERVIÇO SOCIAL	17
4. MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E OS (DES) CAMINHOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL.....	21
5. PIERRE BOURDIEU: A COMPREENSÃO E A PRÁTICA SOCIOLÓGICA.....	29
6. "QUESTÃO SOCIAL" E PAUPERISMO	34
7. UM NOVO OLHAR PARA PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS.....	40
8. A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NAS SÉRIES INICIAIS.....	47
9. A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COM A LITERATURA DE CORDEL EM SALA DE AULA PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES....	53
10. A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA.....	60
11. A RELEVÂNCIA DOS JOGOS NAS SÉRIES INICIAIS.....	66
12. INFLUÊNCIA DE FATORES ALIMENTARES NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PROSTATA.....	71
13. SEXO: QUAL O SEU?	84

CIÊNCIA & COTIDIANO

ISSN: 2236-3394 REVISTA CIENTÍFICA

Ano 4 - número 4 - Julho de 2016
ISSN 2236-3394

Normas para Publicação de Artigos Científicos em CIÊNCIA & COTIDIANO

EDITOR
DANIEL L. OLIVEIRA

CONSULTOR CIENTÍFICO E EDITORIAL
DRº DIMAS LUCENA

PROJETO GRÁFICO
NELSON P. NETO

JORNALISTA RESPONSÁVEL
JOSÉ ALVES VIEIRA DRT 627 - PB

CONTATO PUBLICITÁRIO
revista@cbpex.com.br

Disponível em: revista.cbpex.com.br

1. Os textos devem conter no máximo 15 laudas, redação em português, acompanhada de resumo [cerca de 250 palavras] em português. Idéias e conceitos neles contidos são de responsabilidade de seus autores. 2. O título do texto deve ser redigido em português, seguido do nome de seu(s) autor(es), com breve apresentação [à guisa de currículo] em notas de rodapé. 3. Cabe à produção editorial deste veículo, analisar e emitir parecer quanto a publicação de matéria. 4. Seus autores deverão ser assinantes da Revista CIÊNCIA & COTIDIANO. 5. Os pedidos para publicação devem ser expressa e formalmente requeridos à produção editorial deste veículo, com uma cópia enviada para o email: revista@cbpex.com.br.

Mais informações:
Fone: (83) 3243-0466
Site: revista.cbpex.com.br

Uma Produção da CBPEX - Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão e
FABEX - Faculdade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSELHO CIENTÍFICO

Drª Ana Mª Coutinho Bernardo - Doutora pela UFPE

Drª Bagnólia Araújo da Silva - Doutora pela UNIFESP/EPM

Dr. Carlos Alberto J. da Costa - Doutor pela UFRN

Dr. Dimas Lucena de Oliveira - Doutor pela UFPB

Dr. Edmundo de Oliveira Gaudêncio - Doutor pela UFPB

Dr. Gerson Cruz de Santana - Doutor pela Universidade de Paris - Sorbonne - França

Dr. Isac Almeida de Medeiros - Doutor pela Universidade Strathclyde - Escócia

Ms. Homero Gustavo C. Rodrigues - Mestre pela UNICAMP

Dr. José Augusto Peres - Doutor pela Univ. de Salamanca - Espanha

Drª Otaviana Maroja Jales da Costa - Doutora pela UFRN

Dr. Paulo ileno Cysneiros - Doutor pela Syracuse University - USA

Drª Paula Francinette - Doutora pela Univerce Luiz Pastel - França

Dr. Roberto Texeira Lima - Doutor pela USP

EDITORIAL

A produção científica necessita estar conectada numa perspectiva política e social. É necessário que o conhecimento gerado seja fonte capaz de trazer respostas aos desafios da sociedade. O ato de produzir ciência também é percebido como um ato político, se constrói dentro da experiência existencial do indivíduo enquanto sujeito histórico, produto e produtor de cultura. Uma ciência que contribua para a compreensão do mundo. E que igualmente contribua para transformá-lo através de uma prática humanitária compromissada, ética e consciente.

É fundamental superar a concepção de ciência explicativa, observadora, neutra, imparcial, distanciada da realidade, que a educação dominante e tradicional tenta fazer valer. Também é fundamental socializar o conhecimento produzido, gerando leituras e inspirando novas produções, soluções e mudanças.

Nesse sentido, a Revista Ciência e Cotidiano se torna um veículo para essa produção científica, divulgando e gerando leituras importantes para a sociedade. Aliás, a leitura é a porta de entrada para o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, infelizmente a realidade social brasileira fratura esse acesso, fragilizando a possibilidade de uma cidadania ativa e transformadora.

O conhecimento aqui divulgado se inspirou no cotidiano, esperamos gerar leituras consistentes e inspiradora de novos caminhos. Produza ciência e divulgue, as páginas estão abertas, traga mais significados para a existência dessa revista.

Dimas Lucena

ARTIGO

- ▶ ELLEN JÉSSICA OLIVEIRA DE SOUZA
- ▶ JOSÉLIA ALVES DE OLIVEIRA
- ▶ MÁRCIA CRISTINA DE ANDRADE
- ▶ RANICLEIDE PEREIRA MEIRELES
- ▶ VANESSA ALVES DA SILVA

ACESSIBILIDADE INSTRUMENTO DE GARANTIA AO DEFICIENTE FÍSICO



RESUMO

O presente trabalho versa sobre a acessibilidade sob uma ótica de meio para o exercício da cidadania plena da pessoa com deficiência, é entendido como sendo instrumento para a condição de cidadão quando são garantidos, conjuntamente, pelo menos três direitos fundamentais (igualdade, ir, vir e ficar e informação). Assim são estudados os principais diplomas legais pátrios que versam sobre direitos dos deficientes, em busca dos dispositivos e institutos criados que garantam a acessibilidade com o objetivo de derrubar barreiras tanto físicas, quanto de ordem social e cultural. Conclui-se que embora haja vasta legislação sobre o tema, há um excesso de norma garantindo o direito de ir, vir e ficar, porém há poucas garantias, especialmente da qualidade e da amplitude, de informação adaptada ao deficiente físico. E propõe-se como pesquisa futura a aferição do nível de eficácia das normas vigentes em nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade, Cidadania, Legislação, Direito de Informação.

1. INTRODUÇÃO;

As causas da deficiência nas suas proporções estão vinculadas eminentemente a como a sociedade lida com ela. Nunca a gravidade da deficiência está atrelada apenas a limitação em si, mas por um ambiente social, cultural e geográfico. É nesse contexto que aparece a ideia de acessibilidade como que um remédio que atua na minimização dos efeitos da deficiência física.

Assim, a incapacidade é uma relação entre as pessoas e seu ambiente de convivência.

“a incapacidade existe em função da relação entre as pessoas deficientes e o seu ambiente. Ocorre quando essas pessoas se deparam com barreiras culturais, físicas ou sociais que impedem o seu acesso aos diversos sistemas”(ONU, 1982).

A acessibilidade é meio de igualar as oportunidades de atuação na vida em sociedade e tornase cada vez mais urgente a implementação da acessibilidade haja vista o crescente número de pessoas com deficiência em nossa sociedade. Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010 cerca de 45,6 milhões de pessoas declararam ser portadora de alguma deficiência, parcela da população brasileira que representa 23,9%.

Neste trabalho pretendemos compreender quais são os mecanismos e dispositivos legais que cooperem para construir um meio geográfico e social acessível as pessoas portadores de deficiência e entender se são suficientes estas normas no sentido de tutelar esta garantia fundamental.

2. MATERIAL E MÉTODOS;

A metodologia deste trabalho consiste na busca, dentro dos principais diplomas legais do tema da acessibilidade, por dispositivos de garantia do exercício pleno da cidadania por parte dos deficientes

físicos. Selecionamos 3 diplomas nacionais e em vigência e 1 programa a nível internacional. Consideramos que a inclusão dos deficientes físicos, de forma plena, em nossa sociedade requer que os mesmos tenham garantido o exercício pleno de sua cidadania. Enfocamos três direitos básicos como sendo pressuposições à cidadania plena: igualdade, direito de ir, vir e ficar e direito de informação.

Então buscamos selecionar dentro dos diplomas legais detalhados abaixo os dispositivos que estejam no sentido de assegurar esses 3 direitos, pressuposições básicas do exercício da cidadania. Apesar de terem sido escolhidos apenas esses 4 diplomas legais, há referências as regulamentações das leis 7.853 e 10.098 que foram feitas por meio dos decretos, respectivamente, 3.298/1999 e 5.296/2004.

2.1 Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes (1982);

O presente programa é dividido em três principais partes. A primeira parte, introdutória ao documento, trata dos objetivos, histórico e princípios do programa. Termos fundamentais dos objetivos são a igualdade e a participação plena das pessoas com deficiência. No histórico destacase as condições de desvantagem nas quais os deficientes foram inseridos por um processo que erigiu barreiras físicas e sociais o que resultou numa segregação dessas pessoas. Há um tópico dando as definições básicas necessárias a compreensão de todo o documento no qual se esclarece que incapacidade “existe em função da relação entre as pessoas deficientes e o seu ambiente” (ONU, 1982). Essa incapacidade como algo que dificulta ou inviabiliza a convivência social do indivíduo com deficiência “ocorre quando essas pessoas se deparam com barreiras culturais, físicas e sociais” (ONU, 1982), então, para este documento, a incapacidade existe em função da relação social criada entre o deficiente e o meio em que vive, não sendo, portanto, característica inerente a deficiência. Dentro ainda do tópico de definições temos outra que se trata de conceito relevante ao presente estudo, qual seja, a igualdade de oportunidades definido como “o processo mediante o qual o sistema geral da sociedade – o meio físico e cultural, a habitação, o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e de trabalho, a vida cultural e social, inclusive as instalações esportivas e de lazer – tornasse acessível a todos.”(ONU, 1982). É nessa definição de igualdade que está integrada a definição de acessibilidade, tema central do presente artigo, ou seja, é elucidando o que seja igualdade de oportunidades que a ONU inclui a acessibilidade. O documento ainda trata das ideias de prevenção a deficiência e a reabilitação. Dentro do primeiro grande tópico tratasse ainda dos princípios adotados no sistema das nações unidas, no qual se faz referência a grandes marcos normativos da ONU que dão base ao programa ora descrito. Destacamos duas citações da Declaração Sundberg: 1) “As pessoas deficientes devem receber da comunidade serviços adaptados às suas necessidades pessoais

específicas” 2) “Mediante uma descentralização e uma setorização de serviços, as necessidades das pessoas deficientes devem ser consideradas e atendidas dentro da comunidade à qual pertencem essas pessoas”. Assim, passamos ou segundo grande tópico do programa que trata de descrever a Situação Atual. Um dado importante na descrição geral é que a deficiência repercute em pelo menos 25% de toda a população mundial e que o número de deficientes continua crescendo. As dificuldades impostas a essas pessoas consiste na exposição a barreiras físicas, culturais e sociais. Ainda acrescentaríamos a essas ainda uma barreira psicológica, pois todas as barreiras impostas pela cultura e pela sociedade acaba por repercutir no plano subjetivo e psicológico do indivíduo. Ainda sobre a situação atual o documento enuncia ser a marginalização social atribuída a diversos fatores, mais precisamente 16 fatores. Algo de extrema relevância para a análise sociológica do indivíduo, o que tem influência em nosso campo de atuação na assistência social, é que para a ONU “a relação entre deficiência e pobreza ficou claramente demonstrada”, mesmo porque até as consequências da deficiência são mais acentuadas nas famílias mais pobres, as quais são desprovidas dos meios de assistência adequados e adaptados as condições do deficiente. O documento destaca como forma especial e, a nosso ver agravante da situação de deficiência, a condição das mulheres, das crianças, dos idosos e dos refugiados. O programa divide sua ação em três vertentes: a prevenção, a reabilitação e a promoção de igualdade de oportunidades. O nosso tema, a acessibilidade, entra exatamente no termo de igualdade de oportunidades e nesse sentido o programa se propõe a dar diretrizes em três áreas para a promoção da igualdade de oportunidades, quais sejam, o ensino, o trabalho e outros aspectos sociais. Finalmente, temos a última e maior parte do programa que consiste nas propostas para a execução do programa de ação mundial referente às pessoas deficientes. E nesse tópico que são elencadas as atividades que os países membros deverão desenvolver para alcançar os objetivos do programa, essas ações são organizadas de acordo com as três vertentes enunciadas acima: prevenção, reabilitação e igualdade de oportunidades. Nesse último ponto é que a ONU instiga os estados membros a criarem legislações que façam valer as ideias, por exemplo, de vedação a práticas discriminatórias contra essas pessoas.

2.2 Constituição Federal (1988);

Dentro dos princípios fundamentais de nossa república consignados dos artigos 1º ao 4º de nossa Lei Magna, temos os objetivos de nossa federação no artigo 3º. Dos quatro objetivos fundamentais temos dois que também irradiam sua influência para todo o ordenamento jurídico brasileiro e que atinge diretamente o tema da acessibilidade: o “I – construir uma sociedade livre, justa e solidária” e o “IV – promover o bem de todos, sem preconceito de origem,

raça, sexo, cor, idade e quais quer outras formas de discriminação”. Como se pode perceber essas normas são programáticas e estabelecem metas para um futuro. Todavia não se pode confundir esta meta com uma utopia de natureza inatingível devendo, o quanto antes, serem efetivadas e concretizada na vida da nação, como diria o professor Canotilho, que sejam vivificadas no convívio social e que morram enquanto meta ou programa. Detalhemos um pouco a esses dois incisos. A justiça tem seu desenvolvimento na filosofia possuindo diversas acepções e não havendo consenso quanto a sua definição. No entanto, faz-se necessário buscamos uma aproximação conceitual que sirva aos propósitos da acessibilidade e que será enunciada no tópico dos Resultados e Discussão. A solidariedade também é princípio relevante no que tange ao tema em questão e também será discutido no tópico Resultados e Discussão. A promoção do bem de todos traz o subtema da isonomia também fundamental a nossa discussão sobre a acessibilidade.

Outro dispositivo constitucional que não poderia deixar de ser incluído neste texto é o artigo 203 o qual enuncia os objetivos da assistência social prestada, em especial o inciso IV, in verbis, “a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária”. É nesse inciso que temos a menção mais clara a acessibilidade ao se falar em inclusão comunitária do portador de deficiência, essa inclusão, sem dúvidas, perpassa pela viabilização do acesso do deficiente aos ambientes comunitários no sentido de demolir barreiras sociais, culturais e físicas e também como a vida comunitária pressupõe o poder de se expressar e de ter acesso à expressão alheia é preciso criar esses mecanismos.

De forma clara no que tange ao tema da acessibilidade podemos mencionar o artigo 227, § 2º que notoriamente faz referência a acessibilidade aos edifícios de uso público e a acessibilidade nos transportes coletivos, sendo, no entanto, lei de eficácia limitada delegando sua aplicabilidade a lei de caráter infraconstitucional dizendo que, in verbis, “A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência” (grifo nosso).

Enfim, fica claro que no aspecto da principiologia constitucional estamos munidos de diversos dispositivos que ensejam o tema da acessibilidade e que impõem a sua concretização.

2.3 Lei 7.853 (1989);

Esta é norma que se propõe assegurar o que foi enunciado e promulgado um ano antes na Constituição Federal de 1988 no sentido de integrar o deficiente físico a sociedade e à sua comunidade. Esta lei traz um tema interessante à questão da cidadania que é o objetivo de assegurar o “pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências” (Art. 1º, caput) conforme já dissemos, há

pelo menos três direitos individuais e fundamentais que são essenciais que sejam efetivamente garantidos para o exercício da cidadania plena dos portadores de deficiência: igualdade, direito de ir, vir e ficar e direito de informação, todos direitos individuais. A lei 7.853/1989 traz alguns avanços na concretização dos direitos dos deficientes em áreas pontuais tais como a educação, saúde, recursos humanos e edificações e procura consolidar esses direitos por dois métodos a ação civil pública no que couber para questões de direitos difusos e coletivos sendo o Ministério Público essencial nesse cenário; e outro método que consiste na criminalização de determinadas condutas descritas no artigo 8°. O diploma ainda se presta a criação da Corde (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência) estabelecendo as suas competências que vêm em sentido administrativo de criação, manutenção, acompanhamento, promoção e incentivo às políticas e planos governamentais que pretendam atender a pessoa com deficiência.

Vale ainda o registro que esta norma recebeu uma regulamentação pelo decreto 3.298/1999, ainda que tardio, detalhou de forma mais satisfatória a concretização dos direitos em seu Capítulo VII Da Equiparação de Oportunidades nas seguintes seções: Saúde, Acesso à Educação, Habilitação e da Reabilitação Profissional, Acesso ao trabalho, Cultura, Desporto, Turismo e Lazer. Ainda se regulamentou o conceito de deficiência nas suas diversidades de forma mais detalhada à vista dos diplomas anteriores. Outra inovação trazida pelo decreto é a criação do CORDE que dentre outras atribuições, fica expressamente (Art. 58, Decreto 3.298/99), responsável por programas de facilitação da acessibilidade mediante a remoção das barreiras físicas e arquitetônicas

Assim, a lei 7.853 foi a referência por longos 11 anos de 1989 até o ano 2000 no qual o paradigma foi modificado, mas não substituído, pela Lei 10.098.

2.4 Lei 10.098 (2000).

Esta lei é bastante significativa para o tema da acessibilidade em primeiro lugar por ser o primeiro diploma pátrio a trazer uma definição de acessibilidade tratada no artigo 2°, inciso I, in verbis, “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”, nessa breve definição, que é por si inovadora, ainda há um elemento que será abaixo discutido que é os meios de comunicação, até então não tratados nos diplomas legais pátrios. Este diploma tem diversas leis autoaplicáveis ou de aplicação imediata, direta, ou seja, de eficácia plena, sendo desta maneira, mais prática nos seus dispositivos em relação as leis anteriores. Nele vamos ter regras sobre construções públicas e privadas, desde banheiros até parques de diversões, sobre transportes coletivos, sobre sistemas de comunicação e sinalização e etc.

Por tratar de uma gama bem maior de temas específicos é natural que tenhamos uma regulamentação igualmente rica para uma norma como essa. Dessa forma temos um decreto regulamentador que detalha a maior parte dos pontos abordados na referida lei, tratase do decreto 5.296/2004. O referido decreto, como promoção da sua efetividade, já inicia criando mecanismos de cumprimento de suas regras e isso o faz de forma mais incisiva à vista dos diplomas já estudados, exceção feita a criminalização da violação dos direitos individuais e garantias protegidas pela lei 7.853, vinculando a aprovação de projetos arquitetônicos por parte do poder público, a outorga de concessão, permissão, habilitação ou qualquer habilitação, aprovação de financiamento de projetos com recursos públicos, e o mais forte dos dispositivos, o aval da União na obtenção de empréstimos e financiamentos internacionais, às suas normas. Assim, a grande parte das obras têm sua autorização vinculada às normas desse decreto e seu não adimplemento a de acarretar na inviabilização ou embargo da obra a que se propõe levar a termo sem o devido respeito a acessibilidade. O decreto traz em seu corpo também o seu conjunto de definições, em sua maioria, idênticas à lei regulamentada e em seguida detalha a implementação da acessibilidade em três vertentes principais descritas nos capítulos IV (Da Implementação da Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística), V (Da Acessibilidade aos Serviços de Transportes Coletivos) e VI (Do Acesso à Informação e à Comunicação). Podemos analisar que esse decreto traz um nível detalhamento dos direitos expostos na lei a ponto ainda não atingido em outros diplomas legais nacionais, a título de exemplificação temos a acessibilidade ao sistema de transporte que engloba regras específicas para os transportes rodoviário, metroferroviário, ferroviário, aéreo e até aquaviário contemplado regras para cada esfera: municipal, estadual e federal.

Portanto, esta lei, somada a seu respectivo regulamento é o que temos em nível menos abstrato e mais prático de direitos e garantias de acessibilidade, resta investigar a que ponto estamos em questão de efetividade, aplicabilidade e fiscalização no cumprimento da presente norma.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO;

Pretendemos mostrar neste tópico o que foi encontrado nos diplomas legais estudados em termos de avanços sobre o tema acessibilidade tomada no sentido de efetivação de pelo menos três direitos básicos e fundamentais (igualdade, direito de ir, vir e ficar e direito de informação) vistos como alicerces na construção de uma cidadania plena das pessoas com deficiência. Algumas considerações gerais são necessárias antes de mostrar o que possui nas leis no sentido que nos propomos a dar. Destacamos que o conceito de acessibilidade apesar de recente já goza de um certo desenvolvimento histórico e que embora esse termo tenha sido forjado muito tardiamente sua

ideia já vem sendo trabalhada, notadamente, desde 1981 quando a ONU decretou que esse seria o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência, ano esse que fez os olhares do mundo voltarem-se ao portador de deficiência e suas necessidades de inclusão e de acessibilidade.

Sendo assim, é possível notar uma evolução nas definições dadas ao tema nos escopos legislativos. Assunto que possui um pouco mais de informação em COSTA et al(2005) que dirá:

Ao longo dos anos, a sociedade civil, as universidades, os governos e os profissionais envolvidos com a área da deficiência contribuíram para enriquecer o arcabouço legal referente ao tema. Ressaltase, entre outras coisas, que acessibilidade não se resume apenas a um conjunto de soluções para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Graças à evolução nas discussões sobre o assunto, acessibilidade hoje é entendida também como a forma de projetar para todos, não importando quais as características das pessoas.

Essa citação enseja concluir que a evolução das definições de acessibilidade reflete a própria ampliação e o aumento do alcance dos direitos dos deficientes. Essa ideia de evolução dos direitos é nitidamente percebida nos diplomas legais pátrios que abaixo detalharemos após o diploma da ONU que analisaremos primeiro a fim de manter a consistência do texto.

3.1 Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes (1982);

Nos objetivos do programa já percebemos a presença da “realização de igualdade e participação plena”. É interessante esses dois pilares aparecerem aqui nos objetivos pois reflete um anseio, um dever ser, um vislumbamento do futuro, sendo assim, deste simples fato podemos entender que estes direitos estão sendo tolhidos aos deficientes e em maior grau a época da publicação desse documento. Este olhar para o futuro decorre, em especial, da observância de situações peculiares em cada cultura, em cada povo, em cada sociedade na qual o deficiente está inserido, pois que, tanto as causas como as consequências da deficiência variam de acordo com o ambiente de vivência da pessoa deficiente. No que diz respeito as causas da deficiência são elencadas no documento 16 principais, das quais, baseado em uma análise breve, nosso país está envolvido pela metade delas, ou seja, 8 fatores de aumento do número de deficientes e de sua marginalização estão atingindo nosso país. São eles: 1) A elevada proporção de famílias carentes e com muitos filhos, as habitações superpovoadas e insalubres, a falta de condições de higiene; 2) As populações com elevada porcentagem de analfabetismo e falta de informação em matéria de serviços sociais, bem como de medidas sanitárias e educacionais; 3) A falta de conhecimentos exatos sobre a deficiência, suas causas, prevenção, tratamento; isso inclui a estigmatização, a

discriminação e ideias errôneas sobre a deficiência; 4) Programas inadequados de assistência e serviços de atendimento básico de saúde; 5) Obstáculos, como a falta de recursos, as distâncias geográficas e as barreiras sociais, que impedem que muitos interessados se beneficiem dos serviços disponíveis; 6) Falta absoluta, ou situação precária, da infraestrutura de serviços ligados à assistência social, saneamento, educação, formação e colocação profissionais; 7) O baixo nível de prioridade concedido, no contexto do desenvolvimento social e econômico, às atividades relacionadas com a igualdade de oportunidades, a prevenção de deficiências e a sua reabilitação; e finalmente 8) A urbanização, o crescimento demográfico e outros fatores indiretos. Pelo menos esses oito fatores estão presentes em nossa realidade. Analisando os três direitos que compõem os pré-requisitos ao exercício da cidadania plena temos que o fator 1 é a negação da igualdade, o fator 2 é a negação da igualdade e da informação, o fator 3 é a negação da informação e tem como consequência a negação da igualdade, o fator 4 nega a igualdade, pois há quem tenha acesso a bons serviços e há quem não, o fator 5 é a negação do direito de ir, vir e ficar, mais uma vez o fator 6 é a negação quase que pura do direito à igualdade, da mesma forma o fator 7 e o fator 8 diríamos que não se relaciona diretamente com nenhum dos três direitos componentes da cidadania plena. Algo interessante é a forma como é a produção legislativa deste documento, mistura princípios, metas e objetivos e as respectivas justificativas para as diretrizes anunciadas. Como por exemplo temos nas propostas a criação de serviços gerais de saúde, educação, social e de formação profissional, o que aparenta não atacar o problema da acessibilidade, mas sim problemas relacionados com a pobreza. Isso é apenas aparência pois o próprio documento prova uma relação direta entre a deficiência e a pobreza, no sentido de que as causas da deficiência são mais nítidas nos pobres e suas consequências são verdadeiramente desastrosas na família com menos recursos, “O nascimento de uma criança deficiente ou o surgimento de uma deficiência numa pessoa da família pode significar uma carga pesada para os limitados recursos dessa família e afeta a sua moral, afundando-a ainda mais na pobreza” por isso o objetivo de transformar essa “carga pesada” financeiramente em fator de incremento na receita familiar a partir de uma formação profissional e da inserção dessas pessoas no mercado de trabalho o que aumenta a autoestima da pessoa e alivia os seus familiares do aspecto financeiro.

O tema da acessibilidade entra no programa de forma direta no que tange aos objetivos de igualdade de oportunidades, os quais, para a ONU, são medidas políticas e sociais que venham a garantir o direito de participação na vida de suas respectivas sociedades. Esta aproximação conceitual nos parece bem evoluída e avançada para a época em que foi produzida. No tópico da igualdade de oportunidades falase no ensino sendo dito que nos países em desenvolvimento o acesso a serviços especializados são muito limitados

disso decorrendo que “a maioria das crianças deficientes não recebem nem educação especializada nem educação convencional”(ONU, 1982, II, D, 1, 64) criando, em nosso sentir, o primeiro grau de exclusão e de tolhimento de direitos e impedimento ao exercício de cidadania plena que é o afastamento da pessoa com deficiência do ambiente escolar e da formação profissional e/ou acadêmica. Sendo excluídos do acesso à informação acadêmica/escolar ficam também excluídos do trabalho sendo negado a eles o emprego, nesse ponto sendo impossível o exercício de uma cidadania plena e ativa sem uma atividade profissional.

Fica claro nesse programa que a acessibilidade vem para garantir a cidadania da pessoa portadora de deficiência, pois busca a inserção deste em todas as atividades normais a vida humana, respeitando suas limitações e criando mecanismos de minimização dos efeitos da deficiência, e o argumento central da justificativa do programa é que a falta de informação educacional, e do acesso físico aos espaços sociais colocam os deficientes em condições desiguais, seja para concorrer a um espaço no mercado de trabalho seja para realizar as atividades mais simples do dia a dia.

3.2 Constituição Federal (1988);

Como chamada na doutrina e pelo próprio presidente da Assembleia Nacional Constituinte (Ulysses Guimarães) de Constituição Cidadã por colocar o povo como participante das decisões nacionais de forma ativa e em algumas ocasiões de forma direta em outras de forma representativa, temos no nosso diploma legal máximo a exaltação da cidadania. Foi promulgada nossa constituição definindo objetivos para nossa república e declarados pelo povo, por meio de seus representantes. E como primeiro objetivo foi consignado a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Três características essenciais e que apoiam a ideia de acessibilidade. A liberdade pode ser vista sob o aspecto da liberdade ambulatorial promovida pela acessibilidade garantindo o direito de ir, vir e ficar. Dessa maneira, a promoção da acessibilidade passa pela garantia de liberdade tanto de locomoção como de comunicação e informação. A acessibilidade também se alinha ao objetivo da construção de uma sociedade justa. Ainda que hajam diversas conceituações de justiça dentro da história ocidental e que algumas a tornem inacessível aos homens (BITTAR & ALMEIDA, 2010) como é o caso da ideia platônica, vemos adequada a ideia aristotélica como mais próxima da ideia de acessibilidade, pois a ideia central de Aristóteles é que a justiça é igualdade/proporcionalidade e está no sentido de tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. É útil essa ideia pelo fato de que a mera igualdade não é suficiente para colocar em condições iguais, sendo, portanto, necessário ver que os portadores de deficiência são iguais na forma da sua diferença e que precisam de proteção especial para que estejam em condições de igualdade com os não

portadores. Ademais do que foi dito, a

acessibilidade ainda está intimamente ligada a solidariedade, passando pela empatia com a dificuldade do portador de deficiência. A acessibilidade consiste também em fazer o bem de todos, independente da sua condição física de deficiência, alinhando também ao objetivo fundamental descrito no inciso IV do artigo 3º de nossa Charta Magna.

Falando ainda de objetivos temos no artigo 203 os objetivos da assistência social promoção da integração à vida comunitária das pessoas com deficiência. Para que essa integração ocorra se faz mister que haja meios de acesso aos equipamentos sociais, visto que só se integra uma comunidade sendo parte ativa desta, ou seja, sendo cidadão. “O propósito constitucional não é levar o necessitado à inutilidade, fomentando a política de 'esmolas', mas sim dar-lhe os meios para caminhar por suas próprias forças. Do contrário, seria estimular a ociosidade”(BULOS, 2012, p.1447), acrescentaríamos que a política de “esmolas” fere a própria dignidade da pessoa com deficiência que é vista com uma incapacidade além da que ela realmente possui além de cooperar para uma maior segregação da sociedade a qual, mesmo que não coopere para a inserção do deficiente, o julgará como um “peso” a ser carregado.

Ainda há um outro dispositivo constitucional relevante em nossa pesquisa que é o artigo 227 o inciso II e também o §2º, que falam em eliminação de obstáculos arquitetônicos, mas principalmente fala em treinamento para o trabalho e para a convivência do portador de deficiência, o que reforça a ideia tratada supra. No §2º temos a garantia de acessibilidade a edifícios e ao transporte coletivos, para efetivar o direito de ir, vir e ficar. O tema da acessibilidade é tratado na Constituição Federal de forma muito tímida (COSTA et al, 2005) delegando para a legislação infraconstitucional o tratamento devido dessa matéria. Em nosso ver, essa timidez não é despropositada, seu detalhamento em níveis constitucionais seria inchar a constituição com detalhes, quando já é suficiente delinear as balizas desse tema.

3.3 Lei 7.853 (1989);

Apenas 1 ano após a promulgação de nossa constituição era de se esperar que viesse uma legislação ainda incompleta no tema da acessibilidade. Ao que parece o conceito de acessibilidade ainda não era devidamente conhecido por nossos legisladores, embora haja elementos desse conceito já nessa norma. Percebemos clara a ideia de inclusão na área educacional, na área da saúde, na questão trabalhista e também na garantia do direito ambulatorio por meio da definição de diretrizes, ainda que muito amplas, sobre as edificações. Se avança com a criação da Corde, da atuação do Ministério Público na defesa dos direitos difusos e coletivos dos portadores de deficiência e criminalizando condutas discriminatórias e de negação de serviços sociais. Um apontamento sobre essa norma é que ela ainda era muito programática, no sentido de possuir um grau de

abstração ainda alto o que fez com que continuasse a lacuna quanto a norma de que falava a Constituição Federal no artigo 227, §2º.

Na regulamentação dessa norma, criada 10 anos após a publicação da lei, há os detalhamentos no tópico Da Equiparação de Oportunidades vem a ideia constitucional de integrar a pessoa portadora de deficiência pensando em desenvolver as potencialidades para facilitar a atividade laboral, educativa e social. (Art. 15, I, Decreto 3.298). Ainda nesse diploma legal está ausente o conceito de acessibilidade. Mesmo assim já há avanços significativos principalmente no que tange a concretização de direitos à educação e ao mercado de trabalho, a exemplo temos o sistema de avaliação especial para os portadores de necessidades especiais e as cotas de empregados com deficiência a serem preenchidas em empresas com mais de 100 empregados. Avanços sem dúvida significativos em direção da acessibilidade.

3.4 Lei 10.098 (2000).

É nessa lei que aparece pela primeira vez em nosso ordenamento jurídico a ideia de acessibilidade, ainda que seja uma definição restrita e muito atrelada a questão da dificuldade de locomoção apenas. Nem sequer são mencionadas em tópico próprio questões de comunicação e de informação, avanço promovido pela regulamentação promovida pelo Decreto 5.296/2004 que se trata de uma norma bem avançada na qual agrupam-se a maioria dos temas que dizem respeito aos direitos da pessoa portadora de deficiência. Avança significativamente no referente a direito de informação falando em acesso a sistemas e meios de comunicação e informação, que englobam além dos meios tradicionais de comunicação

(Rádio, TV e Telefone) os sites da internet.

Para o interesse da cidadania plena o Decreto 5.296 é fundamental já que ataca de forma veemente a concretização dos direitos de ir, vir e ficar e o direito de informação.

Assim, quando associamos as sanções civis propostas por esse decreto com as criminais que vêm tutelar os direitos individuais específicos do portador de deficiência na lei 7.853/1989, podemos ver uma complementaridade entre os dois diplomas.

4. CONCLUSÃO;

Percebemos que a legislação é vasta contém certo grau de detalhe na garantia da acessibilidade, no entanto está muito mais inclinada a promover a acessibilidade em seu sentido de garantir o direito de ir, vir e ficar (possuindo até normas técnicas de construção a NBR 9050) o que é bastante positivo, e ainda tendo o que avançar no sentido da promoção da igualdade e do acesso à informação ampla e de qualidade. Essa sugestão se justifica principalmente por estar cada vez mais reduzida a necessidade de se deslocar para necessidades básicas devido ao advento dos meios de comunicação em especial a internet que faz com que uma quantidade infindável de

informações e de serviços estejam disponíveis facilmente através do uso de sistemas de informação e informática e também porque segundo dados do Censo 2010 a grande maioria da população com deficiência possui deficiência visual, então a maior dificuldade dessas pessoas nem é motora e sim de informação e sinalização adequada.

Quanto a questão da eficácia das normas aqui discutidas enseja um segundo passo da pesquisa podendo partir para uma pesquisa de campo na cidade de modo a observar o cumprimento das normas aqui estudadas. Sugerimos isso a título de pesquisa posterior.

Finalizamos, então, alertando que é preciso avançar para expandir essa acessibilidade aos meios de informática e comunicações sem olvidar a acessibilidade ambulatoria. É assim, derrubar as barreiras físicas, sociais, culturais e psicológicas proporcionando cidadania plena a todos.

5. AGRADECIMENTOS.

Agradecemos à assistente social Fábila Halana Pita pelo material fornecido e ao amigo que cooperou na digitação do trabalho Pedro Rawan Meireles Limeira pelo esforço prestado.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de Filosofia do Direito. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

_____. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.

_____. Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada. São Paulo: Saraiva, 2012.

COSTA, Gabriela R. V.; MAIOR, Izabel M. M. de L.; LIMA, Niusarete M. de.

Acessibilidade no Brasil: Uma Visão Histórica. Disponível em:

<<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>>, acesso em: 18 de abril de 2015.

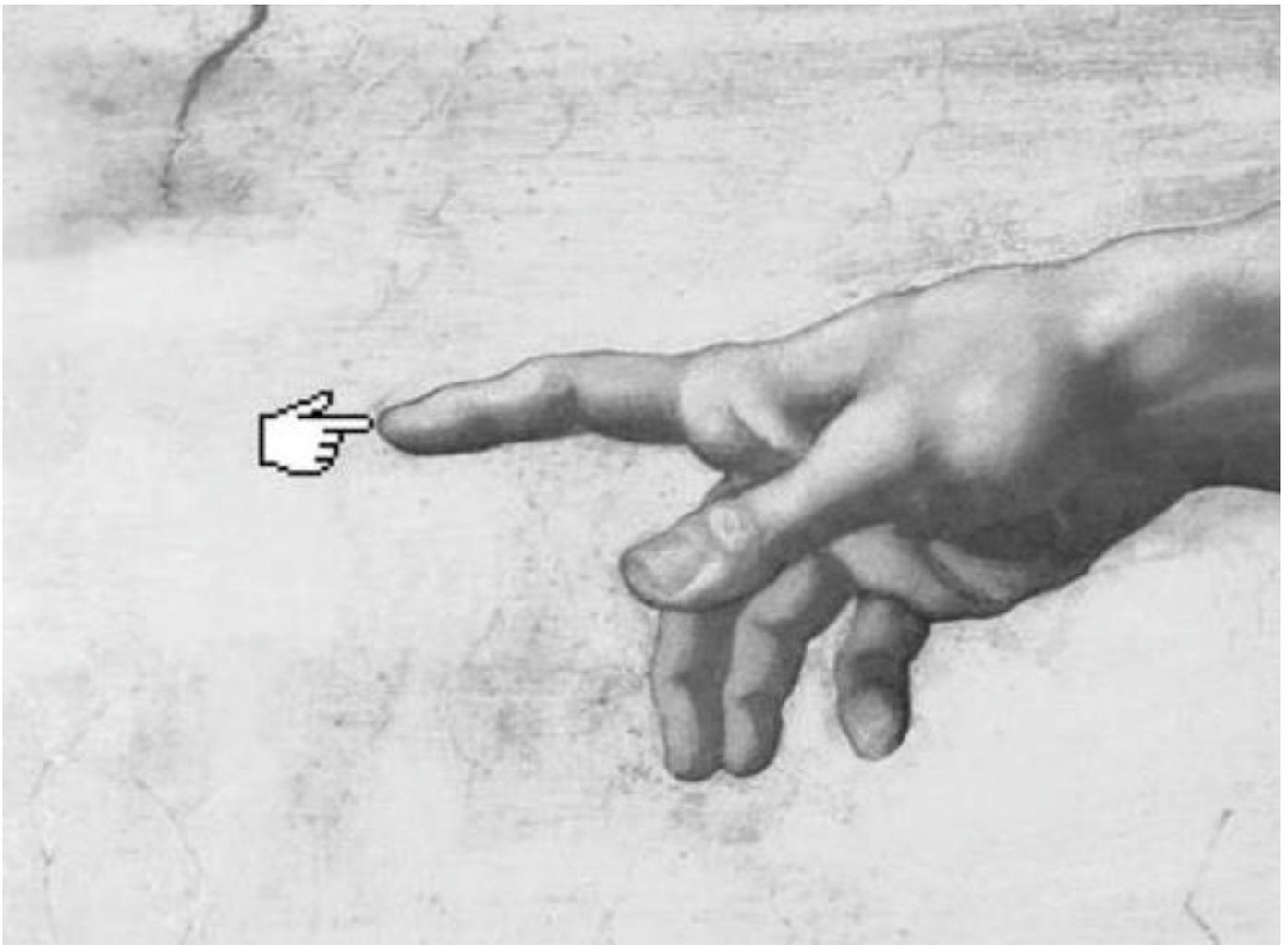
IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/23250>>, acesso em: 19 de abril de 2015.

ONU. Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes, de 1982.

ARTIGO

▶ **VIVIANE MARQUES GUEDES**

A EQUAÇÃO MODERNIDADE/PÓS-MODERNIDADE: CONFIGURAÇÕES SOCIAIS DA INFORMAÇÃO



INTRODUÇÃO

É vasto o número de conceituações sobre o que se convencionou chamar de modernidade e de pós-modernidade. Embora as definições sigam caminhos muitas vezes divergentes, é preciso reconhecer que esses momentos da história humana destacam-se por estarem associados a mudanças efetivas na configuração da sociedade. Essas peculiaridades serão destacadas no curso desse artigo.

Não trataremos de recortes conceituais que delimitam temporalmente a transição do mundo moderno ao pós-moderno, mas cabe aqui encontrar um significado para as práticas sociais inseridas no âmbito do contato íntimo entre essas épocas históricas.

Como já dissemos, são diversas as discussões teóricas que buscam conferir uma conceituação mais apropriada para o fenômeno da modernidade e da pós-modernidade. Nesse breve ensaio, apresentaremos, a partir de uma revisão bibliográfica, uma discussão sobre a relação entre essas épocas históricas, para compreendermos, a partir de uma perspectiva sociológica, as particularidades de tais conceitos.

Em seguida, passaremos a tratar mais especificamente do tema relacionado à sociedade de informação no mundo pós-moderno, enfatizando quais as características dessa aproximação e como se pode perceber a sociedade quando o dueto informação/comunicação é colocado no centro das interações entre os sujeitos.

1 Modernidade/pós-modernidade: um debate ainda atual

Agama de estudos sobre a modernidade e sobre a pós-modernidade procura oferecer um campo sistematizado de teorias que buscam compreender as transformações sociais, culturais, políticas e econômicas de cada uma destas épocas. Assim, a partir destes estudos é possível compreender como se organizam as diferentes esferas da sociedade em momentos históricos diferenciados.

De acordo com investigações sobre o fenômeno da modernidade, entende-se que este período é caracterizado por transformações sociais, políticas, ideológicas, econômicas, iniciadas por volta do século XVII, seguidas de um crescente processo de modernização associado a eventos de grande impacto, como a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e o constante desenvolvimento do capitalismo. Como podemos perceber, nas palavras de Kumar:

A Revolução Francesa deu à modernidade sua forma e consciência características – uma revolução baseada na razão –, a Revolução Industrial forneceu-lhe a substância material. (...) é difícil separar o industrialismo das correntes mais amplas da modernidade, das quais faz parte. Suas raízes fincam-se na revolução científica do século XVII e, mais anteriormente, no protestantismo do século XVI. Assim, a modernidade é tanto uma questão de idéias e atitudes quanto de técnicas (KUMAR, 1997, pp. 93-94).

O tecnicismo industrial da modernidade surge, dentre outros fatores, como consequência de um preparo precedente nas bases produtivas da sociedade ocidental, o que desencadeou inúmeras transformações na existência social daquela época, trazendo consequências imensuráveis também para o mundo contemporâneo. Segundo Giddens (1991, p. 13): “Estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes”.

Ao se questionar sobre o que é modernidade, Giddens (1991) conclui que ela se aproxima de um estilo, um costume de vida que surge na Europa a partir do século XVII e que se tornou globalizado. Ele também destaca que, passados três séculos, muitos argumentam que está se vivendo em um novo tempo que estaria nos levando para além da modernidade. Mas esse novo tempo seria o que se convencionou chamar de pós-modernidade?

Para Giddens (1991), são muitos os termos usados para designar essa nova era, mas talvez nenhum deles consiga sintetizar o que efetivamente se processa socialmente. Emergem então, nessas novas classificações, as idéias de que se vive em uma terceira fase da revolução industrial, que floresce à luz de um capitalismo tardio. Um momento marcado por uma “sociedade de informação” ou “sociedade de consumo”.

Talvez vivamos sim em um tempo em que a informação ganha um status inimaginável, há entretanto que se investigar em que medida a informação dialoga com as demais características essenciais do mundo atual: a questão da identidade, do sujeito, significado, real, razão, verdade, dentre outras entidades.

Em Lyotard (1998), a visão de pós-modernidade diferencia-se um pouco da proposta dada por Giddens (1991), na medida em que este último percebe a pós-modernidade como um período de alta modernidade. Segundo o autor de *A condição pós-moderna*, a pós-modernidade seria um momento em que o enredo perde a centralidade e o que aparecem são diversas maneiras de saber e perceber o mundo, onde a ciência perde o privilégio que detinha na modernidade.

Além destas visões parciais, que são oferecidas por autor A ou B, deve-se ter presente que a modernidade é efetivamente um período marcante para a história da humanidade, independente das considerações acerca de seus desdobramentos, que vislumbram apreender o período posterior a esta época como: pós-modernidade, alta modernidade ou modernidade tardia. A modernidade é antes de tudo um período histórico de uma sociedade. Isto se revela quer sejam nas conquistas, no progresso tecnológico e econômico, quer sejam nas problemáticas e contradições sociais adjacentes ao mundo moderno.

Nesse sentido, a realidade histórica tanto da modernidade, como da pós, representa um objeto para ser pensado pelas ciências sociais. O direcionamento dado por cada investigador para compreender as particularidades de cada uma dessas épocas será de

extrema relevância para a condução de suas pesquisas. Por isso, a importância de uma compreensão acurada dessas eras em questão.

No período moderno, o Estado, o mercado e a sociedade civil existem em fronteiras bem delimitadas, enquanto no plano da pós-modernidade essas fronteiras sofrem um processo de extinção. Começa então a haver uma separação entre o público e o privado, um progressivo desencantamento do mundo e uma busca cada vez mais acentuada de objetividade da razão. Por que estamos ressaltando esses pontos no presente texto?

Ora, pois essas são mudanças expressivas que demarcam distinções visíveis entre a modernidade e a pós-modernidade.

A modernidade apresenta-se de forma mais ordenada, destaca um propósito, um projeto de sociedade e para a ciência. Já a pós-modernidade parece ser mais disjuntiva, não destaca um projeto central, muito menos uma organização, mas caracteriza-se pelo acaso, pela anarquia, pelo caos em diversos aspectos sociais.

Importante ressaltar algumas características essenciais de momentos históricos diferenciados. Nas sociedades tradicionais, o que era mais central eram as pessoas. Na modernidade, o indivíduo passa a ser visto a partir da centralidade da razão. Na pós-modernidade, acontece o que se chama de a morte do sujeito centrado. Essas configurações são típicas de cada era em questão. Na modernidade, buscava-se enquadrar, corrigir e socializar os indivíduos. Enquanto a pós-modernidade apresenta-se fragmentada, passa a haver um desprezo pelos sujeitos, descartam-se os indivíduos e os excluídos são isolados em guetos.

Mas não apenas os sujeitos experimentam diretamente as particularidades de cada um desses momentos históricos. Outros fatores são significativos para entendermos a modernidade e a pós-modernidade. Vejamos a seguir.

É também na modernidade que a ciência destaca-se como um saber totalizante. É nesse passo que a razão exerce uma influência central no âmbito da sociedade, passando a influenciar também as descobertas e as investigações no campo social. Os clássicos da sociologia procuravam, dentre outros aspectos, compreender e muitas vezes transformar a realidade existente a partir de conceitos universalizantes, instaurando uma pretensa hegemonia do saber científico a partir das chamadas “metanarrativas”. As idéias centrais dos clássicos podem ser retratadas no que se segue:

Podemos dizer que a teoria sociológica clássica vê processos vitais intensificando-se para fundar a modernidade. Que processos são esses? Simplificadamente seriam: em Durkheim, a divisão do trabalho social; em Marx, a tecnificação; em Weber, as racionalizações (DINIZ e ALVES, 2005, pp. 28-29).

Habermas (2002), um dos mais importantes pensadores da modernidade, preocupa-se com a crise da modernidade a partir da década de 70. O autor trabalha com uma totalidade dividida em cultural e

social, ao contrário das metanarrativas anteriores.

A modalidade cultural caracteriza-se pela dessacralização do mundo tradicional. Enquanto a variante social se caracteriza por um jogo complexo de ações autônomas (ações políticas, econômicas, comunicativas).

Habermas se diz representante da modernidade crítica, tanto no aspecto cultural como no social. Para o pensador, a modernidade representa um projeto incompleto, o que será trabalhado em suas teorias sobre a razão comunicativa.

Habermas se inspira em Weber e Nietzsche para formular seu pensamento sobre o mundo vivido e sobre a esfera sistêmica. Segundo ele, o mundo da vida é um mundo que permite uma razão comunicativa, relação entre sujeitos e não mais entre sujeito-objeto. Com isso, a ciência poderia servir também como instrumento de libertação social.

De acordo com o autor em questão, a racionalização não gerou apenas coisas negativas, mas diversas possibilidades no mundo vivido em relação às ações comunicativas. Habermas vê na racionalização do mundo vivido um aumento de sentido e de autonomia dos sujeitos (formação de identidades).

Segundo com nosso estudo, ao visitarmos os conceitos de Bauman (1999), em sua obra *Modernidade e ambivalência*, vemos despontar algumas conclusões fundamentais para compreendermos a época em questão.

Segundo o autor, é próprio da condição humana, que é histórica, a existência da ambivalência. Em definição mais completa, ele reflete:

A ambivalência é um subproduto do trabalho de classificação e convida a um maior esforço classificatório. Embora nascida do impulso de nomear/classificar, a ambivalência só pode ser combatida com uma nomeação ainda mais exata e classes definidas de modo mais preciso ainda: isto é, com operações tais que farão demandas ainda mais exigentes à descontinuidade e transparência do mundo e assim darão ainda mais lugar à ambigüidade. (BAUMAN, 1999, p. 11).

Com isso, para Bauman (1999) qual seria a condição da modernidade? Seria então a necessidade de por as coisas em ordem, em classificá-las de forma arguta. A linguagem, por exemplo, seria um mecanismo por excelência de estruturação e ordenação do mundo.

Ao lado de Foucault, Bauman é responsável por formular reflexões fundamentais sobre a modernidade, muitas vezes com um pensamento que se opõe à proposta conceitual de Habermas e Giddens. Segundo estes últimos, a linguagem, além de representar um mecanismo de estruturação, seria também uma ponte para libertação social. Já Bauman e Foucault coadunam a idéia de que a linguagem é fonte de dominação, responsável por instituir diferentes relações de poder.

Em Berman (1986, p. 15), a modernidade é um ambiente de aventura, ou como ele mesmo afirma: “um

ambiente que promete poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”.

Essa contradição própria da modernidade parece ser tema de muitas reflexões de autores contemporâneos. A busca por compreender esse “turbilhão” moderno perpassa a obra de diversos pensadores, mas é em Berman que se tem a precisão necessária do que isso efetivamente representa. Como podemos perceber no trecho a seguir:

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas (...); a industrialização da produção (...); descomunal explosão demográfica (...); rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano (...); sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações (...); enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão (BERMAN, 1986, p. 16).

Essa é precisamente a atmosfera da modernidade retratada pelos teóricos da sociologia e vivida efetivamente pela sociedade. Compreender de maneira intrínseca as transformações ocorridas no mundo social no decurso do tempo e do espaço, faz-nos aptos a entender os diferentes trajetos e as múltiplas possibilidades de vida social, próprios do turbilhão que se apresenta aos sujeitos desde a modernidade até o mundo contemporâneo.

Esse turbilhão se propala na vida social de forma a conferir substrato para o pensamento das ciências sociais, tanto no que se refere ao mundo moderno quanto ao que concerne à era pós-moderna.

A partir da década de 70 do século XX, o campo social passa por mudanças significativas que se refletem tanto no modo de estar no mundo como nas mais diversas matizes do pensamento sociológico contemporâneo. Daí surgem conceitos e reflexões ocupados em sondar e sistematizar uma linha de apreensão tanto da realidade moderna como da existência pós-moderna.

A pós-modernidade apresenta-se como uma época de grandes mudanças no universo social, que se estende desde as transformações tecnológicas e fragmentação dos sujeitos até o convívio entre diferentes modos de saber, como a literatura, a poesia, a filosofia, a ciência, a religião e, por que não dizer, o saber das novas tecnologias da informação, uma forma de saber indissociável das sociedades contemporâneas.

Todas as novas conotações assumidas pela pós-modernidade têm influência direta na vida social, instaurando inclusive novos modos, costumes e

hábitos de vida social.

Nesse período pós-moderno, os indivíduos estão cada vez mais orientados “para o consumo, para a procura de experiências, os indivíduos são socializados sob os papéis de quem procura o prazer e acumula sensações” (DINIZ ALVES, 2005, p. 38).

Bauman (1998) acredita que a pós-modernidade representa um tempo de mal-estar, de desejo desairoso pela liberdade, algo que siga o inevitável ritmo das mudanças econômicas, culturais, da política, da tecnologia. O tempo das certezas da modernidade parece estar obsoleto; o que se apresentam, na realidade contemporânea, são fragmentos desconexos de incerteza, descontrole, insegurança e medo. Segundo Bauman:

A liberdade individual, outrora uma responsabilidade e um (talvez o) problema para todos os edificadores da ordem, tornou-se o maior dos predicados e recursos na perpétua autocriação do universo humano. (...) Os mal-estares da modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Os mal-estares da pós-modernidade provêm de uma espécie de liberdade e procura de prazer que tolera uma segurança individual pequena demais (BAUMAN, 1998, pp. 9-10).

Assim, o autor se refere a uma perda de segurança no mundo pós-moderno pautada, muitas vezes, na busca pela liberdade extrema, no hedonismo, na fragmentação e nos descentramentos dos sujeitos, no individualismo, nas descrenças sem precedentes. E nesse contexto pós-moderno, cabe ressaltar também a presença do grande fluxo informativo, influenciando e criando inúmeras possibilidades de apreensão do mundo; formando identidades; fomentando a busca das individualidades e reconfigurando as certezas do mundo moderno.

2. A informação na sociedade pós-moderna

A informação é um bem simbólico de extrema importância para toda e qualquer sociedade. A partir dela sabe-se do mundo exterior, as interações sociais tornam-se possíveis, interpretam-se fatos desconhecidos, adquire-se conhecimento em diversos níveis. Mas será que quando falamos em informação, temos apenas estes tópicos para elencar? Quais as implicações de se viver em uma sociedade de informação? Em que momento da história social, passamos a considerar a informação uma necessidade?

Muitos autores procuram elaborar hipóteses sobre o desenvolvimento da informação como um bem precioso para a sociedade, quer seja simbólico ou mercadológico. Uns ocupam-se em considerar que a informação começa a ganhar fôlego com o desenvolvimento da sociedade capitalista, e representaria uma terceira fase da revolução industrial. Outros acreditam que a informação sempre esteve presente no meio social, embora assumindo

conotações diferenciadas ao longo da história humana. Porém, há um fato que é motivo de consonância entre os teóricos: o advento da sociedade de informação está indissociavelmente ligado ao desenvolvimento das novas tecnologias. Assim nos fala Kumar (2006, p. 46): “O nascimento da informação não só como conceito, mas também como ideologia, está inextricavelmente ligado ao desenvolvimento do computador durante os anos da guerra e no período imediatamente posterior”.

Isso não quer dizer que as sociedades vivenciem a experiência da informação apenas com o advento do computador, mas esse marco técnico permitiu que a informação se processasse e se expandisse por caminhos até então inimagináveis.

Diversos autores trabalham com a idéia de que a sociedade pós-industrial representa uma sociedade de informação, assim como a sociedade do período industrial se configura como uma sociedade produtora de bens materiais.

De acordo com Bell (apud Kumar, 2006, p. 48), a premissa central:

É que conhecimento e informação estão se tornando os recursos estratégicos e os agentes transformadores da sociedade pós-industrial (...) da mesma maneira que a combinação de energias, recursos e tecnologia mecânica foram os instrumentos transformadores da sociedade industrial.

Independentemente das novas tecnologias de informação, o conhecimento se tornou uma ferramenta essencial do mundo pós-moderno. É certo que os aparatos técnicos, a exemplo do próprio computador e das telecomunicações, vêm dinamizar o fluxo informativo na sociedade.

Para Kumar (2006, p. 52), “da mesma forma que a sociedade industrial tomou o lugar da sociedade agrária, a de informação a está substituindo, e mais ou menos da mesma maneira revolucionária”.

Essa nova realidade se manifesta na sociedade de várias maneiras: seja no que se refere ao cotidiano mais comum dos indivíduos; seja na nova organização do trabalho que, muitas vezes, centra-se no conhecimento; ou também no desenvolvimento da vida econômica e política.

É realmente inegável as transformações vivenciadas pelos indivíduos hoje. Quer sejam nas transações financeiras, quer seja no intercâmbio de informação entre as pessoas e especialistas do mundo todo. Isso vem assegurar uma mudança substantiva no modo de ser da sociedade em relação à modernidade propriamente dita.

No caso do conhecimento relacionado ao trabalho, é importante ressaltar o que destaca Kumar (2006, p. 62):

o conhecimento (...) progressivamente influencia o trabalho de duas maneiras. A primeira é o aumento do conteúdo de conhecimentos do trabalho existente, no sentido de que a nova tecnologia adiciona mais do que retira da qualificação dos trabalhadores. A outra é a criação e expansão de novos tipos de trabalho no setor do conhecimento, de modo que trabalhadores em

informação serão predominantes na economia.

Com isso, vê-se que o conhecimento adquire status em diversos setores da sociedade, de modo a exercer influência nos mais variados campos sociais, independente de considerarmos que estamos ou não em uma era pós-industrial. É fato, pois, que vivenciamos um momento em que a centralidade da informação perpassa muitos dos fenômenos humanos no mundo pós-moderno.

Isso pode ser observado nitidamente também no plano da política e da economia. Com a demanda de trabalho no setor relacionado ao conhecimento, mudaram as relações trabalhistas e o regimento do governo no tocante a essas relações. Aumento de trabalhadores no setor privado em relação ao setor público; o Estado passou a exercer mais influência na economia relacionada à informação, de modo que “os governos assumiram papel liderante na promoção e disseminação da idéia de uma sociedade de informação.” (KUMAR, 2006, p. 67).

Bem, independente do fato de estarmos em uma sociedade pós-industrial, de consumo ou de informação, é preciso perceber que as desigualdades sociais iminentes ao período industrial ainda estão em grande parte presentes no mundo atual. Vive-se em um momento em que a informação exerce grande influência na vida social. Mas quem tem o acesso à informação que é produzida? Por quem e para quem essa informação é produzida? E quais os rumos que serão tomados por esta nova sociedade?

Estes e outros questionamentos são importantes para que não vivamos a ilusão de que o acesso à informação é igualitário para todos e que com o advento da sociedade de informação as desigualdades sociais poderão ser sanadas. Uma utopia sem precedentes, pois estamos ainda em um momento em que muitos indivíduos não têm sequer um computador, quanto mais acesso à internet e a outros meios de informação. Mesmo que os investimentos no setor tecnológico sejam gigantescos, de que adianta considerar que estamos efetivamente em uma sociedade de informação, enquanto muitos são excluídos desse universo. De que sociedade estamos falando? Da sociedade como um todo ou apenas de um grupo determinado e limitado de pessoas que efetivamente tem direito à informação?

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia da Letras, 1986.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva; ALVES, Patrícia Formiga Maciel. A implosão do sentido: o discurso

sociológico da pós-modernidade. João Pessoa: Manufatura, 2005.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva; BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; LATIESA, Margarita. Cartografias das novas investigações em sociologia. João Pessoa: EDU-UFPB/Manufatura, 2005.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1991.

HABERMAS, Jürgen. O discurso filosófico da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

ARTIGO

► ADEMILSON LAURENTINO DA SILVA

CONSERVADORISMO MORAL E SUAS REPERCUSSÕES NO SERVIÇO SOCIAL



RESUMO: Ao iniciar este trabalho, após várias leituras foi possível visualizar e entender a complexidade em que se envolve as mazelas que se escondem em julgamentos de valores tão pequenos por uma sociedade ainda tão conservadora, que chega a avaliar o indivíduo pela não aceitação do diferente, mostrando a falta de humanização social produzida pelo próprio ser social, que nos remete ao desafio como futuros assistentes sociais de nos colocarmos contra discursos moralistas, motivados apenas por preconceitos, diante de uma ideologia criadora de alienação da moral, elevando repercussões a falsos conceitos da livre escolha do outro.

PALAVRAS-CHAVE: julgamentos de valores, preconceitos, alienação da moral, diferente.

SUMMARY: When starting this work, after several readings was possible to visualize and understand the complexity that involves the evils that lurk in such small value judgments by a still so conservative society, arriving evaluate others by not accepting the different, showing a lack of social humanization produced by the very social being, which brings us to the challenge as future social workers to put ourselves against moralistic speeches, motivated only by prejudice before a creative ideology of alienation of morality, raising impact the false concepts of freedom choose another.

KEYWORDS: value judgments, prejudices, moral alienation, different.

Sempre ouvimos que, “Não se pode julgar um livro pela capa”, e assim sendo, jamais entenderíamos o significado deste ditado em sua plena essência, até conhecermos o Serviço Social, que sutilmente revela uma visão crítica do que encontra-se posto em nossa volta.

A frase acima citada é prova dessa afirmação, pois ao iniciarmos a leitura deste presente artigo abordaremos, o preconceito, usado em sua materialização em diferentes formas de discriminação, levantando uma realidade objetiva que envolve diversos segmentos, uma vez que, o comportamento do ser humano tem se tornado um terreno problemático, apresentando-se de múltiplas maneiras de opressão, diante daqueles vistos pela sociedade como “diferentes”, sejam por sua etnia, gênero, orientação sexual, entre outros, que os tornam vítimas da intolerância, da não aceitação das suas escolhas.

Esse tipo de comportamento social que envolve os diversos tipos de preconceitos precisam ser expostos como uma expressão da questão social, porque a partir do momento que elevamos o preconceito, estaremos sinalizando algum que automaticamente guia a sociedade a oprimir o “diferente” em todas as suas instâncias, simplesmente por não se adequarem ao modelo exigido, com tais intenções destituindo esse mesmo indivíduo “diferente” da sua autonomia de direitos, criando uma relação de conflitos entre o mais forte sobre o mais fraco.

Diante do exposto usaremos a reflexão crítica como nos cabem como assistentes sociais, para dessa

forma repelir todas as representações de expressões que materializa a discriminação e opressão a quem se apresenta fora dos padrões exigidos pela sociedade, utilizando-se das ferramentas que nos são apresentadas, a exemplo do nosso Código de Ética.

Com o nascimento do Código de Ética, foi aberto um leque de oportunidades para o entendimento e a desnaturalização do preconceito a medida que, nós como assistentes sociais fossemos alimentados ideologicamente de elementos para fortalecer nossas ações e críticas, para de tal forma, combater severamente toda atitude preconceituosa, aonde nos é fornecido como fonte de argumentação – os Códigos de Ética de 1986, e após reformulações o de 1993, que são instrumentos fundamentais para estabelecermos uma relação diante da dimensão ética e a necessidade de superação sobre os preconceitos latentes.

Seguindo este viés de entendimento a respeito do Código de Ética de 1986, podemos assegurar que o mesmo era visto como elemento significativo do processo de renovação profissional, principalmente nos aspectos políticos e teóricos, uma vez que, tinha uma aproximação teórica com as perspectivas marxista, porém, no decorrer de sua implantação foram apontadas várias limitações teórico-práticas, onde o documento de 1986 não observava a heterogeneidade intraclasses, que hoje discutimos no interior das instituições acadêmicas, sobre os aspectos das diferenças existentes entre os homens desde a sua etnia, religião, opção sexual, dentre outros, que levantava polêmicas nos debates, estudos, pesquisas e nos fóruns de discussão da categoria profissional, revelando dessa forma o amadurecimento do debate ético no interior da profissão, surgindo dessa forma uma necessidade de reformulá-lo.

Em um processo coletivo é elaborado o Código de Ética de 1993, onde é explícita a defesa da liberdade, como questão fundamental para a reflexão ética dentro da democracia, da cidadania em sua universalização de direitos efetivos, tais como, justiça social, dos direitos humanos, da luta pela eliminação de todos os preconceitos, como também respeitar à diversidade, que tornaram-se princípios defendidos pela profissão. Se pondo “... a favor da eliminação de todas as formas de preconceitos, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física” (CFAS, 1993, p11).

Podemos concluir que este código trata de dimensões da prática profissional em defesa da universalização dos direitos sociais e de mecanismos democráticos de regulação social, reproduzindo seus valores e princípios diante do compromisso profissional, nos norteando a identificar os horizontes apontados para nossa prática profissional na direção da prestação de serviços sociais, visando prestar assistência em seu pluralismo, a superação do moralismo, a negação do preconceito e da discriminação, indo de contra ao dogmatismo, quando

se trata em defender a tolerância e o respeito à diversidade. “O Código é inovador, abordando questões fundamentais à superação do moralismo” (BARROCO, 1996, p286).

PRECONCEITO:

Expressão do moralismo e conservadorismo

Para uma reflexão teórica sobre o moralismo e, em especial sobre o preconceito vamos juntar alguns elementos para desconstrução dos desvalores que os fundamentam, dessa forma trazer a compreensão do quanto pode ser nefasta a disseminação dos preconceitos no nosso cotidiano profissional, como também em outras esferas sociais.

Pois bem, em nosso cotidiano nos socializamos, aprendemos a mover para frete às práticas pela repetição mecânica, assimilamos hábitos, costumes e normas sociais de comportamentos ocultadas pela aparência, desde então, que surge a moral com a necessidade de nos colocarmos entre normas e regras para uma convivência social, mas na sociedade burguesa a moral é levantada como uma ferramenta ideológica para uma reprodução acrítica de um sistema de exploração, opressão e desumanização, que muitas vezes utiliza da intolerância e do desrespeito as escolhas alheias, escolhas que por não vincularem as suas, se tornam alvo de discriminação, que nos faz assimilar situações sem nos perguntarmos se realmente a escolha do outro se resultam em uma escolha verdadeiramente ruim para ela, a liberdade se faz presente na possibilidade de alternativas, sejam elas quais forem, desde que sejam conscientes.

Quando usamos um discurso moralista, motivado apenas por preconceitos e pela não aceitação do diferente, nos colocamos diante de uma ideologia conservadora, que nos remete a uma ideologia criadora da alienação moral, se materializando falsos conceitos a respeito da livre escolha do outro ser social, que também se faz membro da mesma sociedade daqueles que usam o moralismo - expressão do preconceito, ou melhor, o lado perverso da moral, motivado por preconceitos colocados por juízos provisórios, infelizmente sabemos que o repertório de pensamentos conservadores e moralistas são amplos e muitas vezes deformam a realidade, distorcendo por completo, muitas vezes, o melhor do outro indivíduo, simplesmente utilizando-se dos pensamentos conservadores que oferecem uma verdade pronta sem se quer remeter-se a uma análise crítica, apenas aderem aos costumes, à continuidade dos padrões moralistas pré-estabelecidos na história da própria humanidade.

Sendo assim, está em nós a oportunidade de modificarmos tais entendimentos a atitudes discriminatórias e começarmos a nos perguntar, que tipo de sociedade e relações humanas desejamos construir, até mesmo quando usamos exemplos aparentemente inocente, estamos ridicularizando o outro, muitas vezes usando o humor, pondo riso como

finalidade de tal maneira que, são criadas situações de constrangimento em um grau tão elevando desvalor do outro, que não se leva em conta os meios utilizados para seus fins, isso é bem notório na mídia brasileira, que expressam o “humor” em situações de vexames, sempre apontando para: os negros, a mulher, o homossexual, obesos, portadores de necessidades especiais, nordestinos, dentre outros.

Não podemos aceitar com naturalidade expressões como estas: “O bolsa Família é esmola usada para manipular os pobres, sobretudo aqueles que têm filhos e se encostam – dando a idéia de que são acomodados e culpados pela sua situação de miséria, ou ainda quando julgamos – A situação da criminalidade no Brasil, requer mais policiamento, mais penitenciárias, as leis devem ser mudadas, ou ainda – No Brasil quase não existe racismo e somente contra os negros, ou quando afirmamos que – A desigualdade social no Brasil é causada principalmente pela existência de muitos pobres, quando na verdade sabemos que as raízes são muito mais profundas. São esses pensamentos que precisamos combater e derrubar por terra toda essa ignorância de conhecimentos dos verdadeiros fatos, que nos coloca à prova todos diariamente a atuação profissional.

NO SERVIÇO SOCIAL:

A posição do assistente social como mediador crítico na conjuntura social.

O Serviço Social é uma profissão bem jovem, e que ao longo de sua história já enfrentou muitos avanços e transformações, avanços esses propostos pelo código de ética da profissão, elevando reflexões éticas no agir profissional, permitido a compreensão dos limites e possibilidades da atuação na profissão diante dos desafios colocados, assumimos um importante papel como um dos atores sociais, que ao abraçarmos o compromisso de atender as necessidades postas somos conscientes de que, não temos o poder de mudarmos o mundo, mas temos o poder de nortear o homem em seu mundo, usando instrumentos jurídicos que nos foram apresentados, sejam eles através do Código de Ética que explicita as mediações dos deveres e direitos profissionais, que impulsionam nossas ações diante dos desafios colocados pela negligência do Estado em nossa realidade social, da Constituição de 1988 que traz em suas linhas tantas leis sociais que a denominam como Constituição Cidadã, mas sabemos que não basta apenas fundamentação teórica-metodologia para uma ação transformadora.

Os profissionais de Serviço Social, precisam criar mediações, reflexões que fundamentem em seus pensamentos, em suas práticas os princípios defendidos pelo código, tais como, Liberdade, Cidadania, Direitos Humanos e Democracia, pois dessa forma o profissional encontrará subsídios para sua ação ética contra toda forma de discriminação e preconceito contra uma classe já tão fragilizada pelo

capitalismo opressor e desumano.

Sendo assim, podemos afirmar que a atitude de superarmos os preconceitos exigem um processo de reflexão e crítica diante dos “desvalores” que aprendemos muitas vezes no seio de nossas famílias, escolas, entre outros, aonde muitas vezes, estes “desvalores” escondem na aparência de serem corretas, o desrespeito e a discriminação. Uma vez que, “Por mais difundido e universal que seja um preconceito, sempre depende de uma escolha relativamente livre, o fato de que alguém se aproprie ou não dele. Cada um é responsável pelos seus preconceitos. A decisão em favor do preconceito é, ao mesmo tempo, a escolha do caminho fácil no lugar difícil, o 'descontrole' do particular-individual, a fuga diante dos verdadeiros conflitos morais, tornando a firmeza algo supérfluo.” (HELLER, 1989, p.60)

Portanto, diante da nossa postura como profissionais, inquietantes, questionadores, contribuinte no romper do comodismo e conservadorismo da nossa profissão, temos o dever de nos opormos aos desvalores e as ações preconceituosas. Está em nós a possibilidade de transformar tais entendimentos e atitudes discriminatórias, e nos apossarmos desses pensamentos, pois teremos diante de nós, todos os dias de nosso cotidiano profissional à presença de atores sociais, que trarão em suas histórias, marcas de discriminações, violações de seus direitos, negligenciados pela sociedade, cheios de perguntas sem respostas, então, seremos nós responsáveis pela construção dessas respostas, juntamente com outros sujeitos, sejam individuais ou coletivos, que por sua vez poderemos fortalecer a luta pela materialização do projeto de emancipação humana, posta no nosso Projeto Ético-Político profissional.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, M.L.S. *Ética e serviço social: fundamentos ontológicos*, 04 ed. – São Paulo, Cortez, 2006.
- COSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*, Brasília, DF, 1993.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 3º ed. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- TONET, Ivo, *Educação e Concepção de Sociedade*. *Revista Universitária e Sociedade*, Brasília, DF, v.9, nº 19, 1999.

ARTIGO

- ▶ YARA DOS SANTOS SILVA
- ▶ JACQUELINE MATIAS DOS SANTOS

MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E OS (DES) CAMINHOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL



RESUMO:

O presente estudo tem como objetivo investigar o processo de mundialização do capital, haja vista a emergência da lógica das finanças no interior das políticas sociais. Esta dinâmica vem combinada ao colapso da Era de Ouro e a chegada da grande crise capitalista em 1973, processo que ocasionou o desmonte das políticas que configuraram o chamado Welfare State nos países centrais, sob hegemonia neoliberal. Verifica-se que as atenções são desviadas para o quadro brutal de desemprego e desproteção social.

PALAVRAS-CHAVE: Mundialização do capital, política social, neoliberalismo

ABSTRACT:

The present study aims to investigate the process of globalization of capital, given the emergence of the logic of finance within social policies. This dynamic has combined the collapse of the Golden Age and the arrival of the great capitalist crisis in 1973, a process which led to the dismantling of policies that shaped the so-called Welfare State in developed countries, under neoliberal hegemony. It appears that attention is diverted to the brutal picture of unemployment and lack of social protection.

KEYWORDS: Capital globalization, social policy, Neoliberalism

1. A ascensão financeira na dinâmica da mundialização do capital

Contribuir para a construção teórica sobre quadro de desmonte das Políticas Sociais no capitalismo contemporâneo é considerar a mundialização do capital enquanto condição determinante para o surgimento das formas de valorização do capital financeiro. A desregulamentação dos mercados, a expansão do capital fictício e a globalização de políticas neoliberais foram os principais fatores que desencadearam a sucessão de crises vivenciadas por países centrais e periféricos nos últimos anos. No Brasil, especificamente, esta crise vem combinada a adoção de políticas comandadas pela lógica nas finanças.

Neste artigo, o nosso esforço teórico consiste em compreender esta tendência a partir da análise da ascensão da esfera financeira do capital e as suas determinações históricas. Por esta razão, não devemos partir de uma análise endógena desta esfera, mas compreendê-la na totalidade das relações sociais capitalistas que suscitaram a sua emergência, no final da década de 1960, fase em que a mundialização financeira começa a se manifestar. Este período tem como contexto geral o fim da Era de ouro, quando o capital produtivo entra em crise e se inicia o processo de internacionalização ou, se preferirmos, mundialização do capital.

A princípio, é preciso esclarecer importantes diferenças conceituais a respeito dos dois termos analisados pelo economista François Chesnais. Na

análise da mundialização financeira, Chesnais (1998) refere-se a um regime de acumulação capitalista dominado pelas finanças e interesses rentistas. A esfera financeira é evidenciada enquanto pedra angular das tendências essenciais da mundialização do capital, uma dessas tendências, diz respeito ao surgimento de um sistema de crédito (política monetária), que passa a ditar o vocabulário da política social alguns anos mais tarde. A concentração de capitais nas instituições bancárias constitui característica determinante dessa dinâmica, a partir da fusão do capital industrial e bancário, processo que originou o protagonismo do capital financeiro no cenário econômico mundial.

Diferente da primeira análise, na mundialização do capital, Chesnais (1996) parte do processo de internacionalização do capital produtivo, ou seja, da ascensão da esfera financeira enquanto resultado do papel desempenhado pelos grandes grupos industriais. Inicialmente, é esta a análise que nos interessa e que identificamos a gênese do capital financeiro. Feita esta diferenciação conceitual, voltamos ao nosso ponto de partida: a emergência da esfera financeira, a partir do processo de mundialização do capital.

A expressão “mundialização do capital” é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês “globalização”, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta “globais” (CHESNAIS, 1996, p.17).

O processo de mundialização do capital ou, se preferirmos, globalização, tem as suas raízes no período denominado fordismo-keynesiano ou, “anos dourados” – os trinta anos que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, que foram orientados por novas medidas liberais de reconstrução econômica, baseadas na doutrina keynesiana. Dentre os elementos constitutivos desta fase, o crescimento das taxas de lucro geradas pela produção e consumo em massa foram predominantes. Embora a riqueza produzida neste período jamais tenha sido distribuída mundialmente.

Hoje é evidente que a Era de ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, que, por todas essas décadas, representaram cerca de três quartos da produção do mundo e mais de 80% de suas exportações manufaturadas. Outra razão pela qual essa característica da era só lentamente foi reconhecida é que na década de 1950 o surto econômico pareceu quase mundial e independente de regimes econômicos (HOBBSAWM, 1995, p. 255).

Não à toa, o historiador Hobsbawm (1995) afirma que neste período foi produzida uma mudança paradoxal na estrutura política da economia mundial. O autor levanta aspectos extremos do crescimento econômico à época. Este crescimento é caracterizado, sobretudo, pela incapacidade dos países terceiro-mundistas acompanhar à risca o grande boom da economia mundial, embora se reconheça a participação destes países no processo transnacional de manufatura, ou seja, na dinâmica de importação e exportação de

mercadorias e serviços entre países centrais e periféricos. Mas a riqueza geral era concentrada por uma pequena parcela da população mundial.

Neste sentido, os países periféricos acompanhavam o ritmo de crescimento econômico em condições desiguais, através da importação e exportação de manufaturas. Enquanto os países centrais investiam na força de trabalho à baixo custo e na redução de custos e encargos sociais para abastecer as indústrias instaladas nos países periféricos. Este processo consolidou a expansão do comércio mundial, liderado pelas economias industriais capitalistas da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), dentre as quais fazem parte países como os EUA, a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha e o Japão.

Ainda Hobsbawm (1996) evidencia o incremento tecnológico da produção enquanto característica predominante da Era de ouro. Na medida em que se expandia uma imensa coleção de mercadorias baratas e de fácil acessibilidade nos países periféricos, reduzia-se cada vez mais o quadro de trabalhadores nas grandes indústrias. “A grande característica da Era de Ouro era precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos de gente, a não ser como consumidores” (Idem, *ibidem*, p. 262).

É pertinente lembrar que o investimento maciço dos industriais em capital constante, ou seja, em meios de produção; máquinas, tecnologias etc. é parte integrante da lógica capitalista para a exploração do capital variável. Esta relação Marx (2010, LIVRO I, Volume I, capítulo VI) denominou composição orgânica do capital, uma relação que varia de acordo com o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista na busca pela garantia da lucratividade. Nos ensinamentos de Marx:

Podem mudar as condições técnicas do processo de trabalho a tal ponto que, onde antes dez trabalhadores, com dez instrumentos de valor ínfimo, elaboravam uma quantidade relativamente pequena de matéria- prima, hoje um trabalhador, com uma máquina cara, elabora cem vezes mais matéria-prima (Idem, *ibidem*, p. 246).

Neste sentido, o investimento tecnológico relatado por Hobsbawm (1995) se traduz pela massa de trabalhadores despejados das indústrias à época. Apesar desta estratégia, os governos dos países centrais insistiam na “combinação keynesiana de crescimento econômico numa economia capitalista baseada no consumo em massa de uma força de trabalho plenamente empregada” (HOBBSAWM, 1995, p. 276).

É neste contexto que surgem os Estados de bem-estar (Welfare State), quando as grandes potências imperialistas da Europa passam a adotar políticas de seguridade social – manutenção de renda, assistência, educação etc. Esta combinação se dava enquanto mecanismo de concessão política para abrandar as reivindicações das classes trabalhadoras. À época, essa estratégia foi forjada pela garantia de políticas sociais,

principalmente, aquelas voltadas para o trabalho.

Mesmo no período de regulação fordista, quando os governos dos países centrais implantaram uma legislação protetora às classes trabalhadoras – combinadas às medidas liberais de reconstrução econômica adotadas por Keynes, estava a tentativa de manter o crescimento das taxas de lucro gerado pela produção e consumo em massa. Era preciso estabelecer um compromisso político para justificar a brutal desigualdade econômica gerada pelo processo de mundialização do capital. Mas este compromisso logo se torna insustentável, quando as saídas da crise são transferidas para as políticas sociais:

O Estado, diga-se, o fundo público, na perspectiva keynesiana, passa a ter um papel ativo na administração macroeconômica, ou seja, na produção e regulação das relações econômicas e sociais. Nessa perspectiva, o bem-estar ainda deve ser buscado individualmente no mercado, mas se aceitam intervenções do Estado em áreas econômicas, para garantir a produção, e na área social, sobretudo para as pessoas consideradas incapazes para o trabalho: idosos, deficientes e crianças (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 86).

Sob a lógica do capital, os trabalhadores necessitavam de um aparato jurídico para assegurar o seu salário que, por sua vez, garantisse o consumo. É interessante notar a capacidade inerente à dinâmica capitalista de criar e recriar estratégias econômicas que mantenham o trabalho em posição subalterna, a cada nova crise.

O que deixa claro que o estabelecimento de uma legislação protetora centrada nos planos de seguridade social, por parte dos países que viabilizaram o Welfare State, é coerente com a criação de um fundo público funcional ao sistema capitalista. Esta preocupação reside em interesses do mercado e na tentativa de geração de emprego em condições políticas determinadas.

2. As “entrelinhas” da expansão da Política Social no pós-guerra (Welfare State)

Uma das importantes contribuições para o debate em torno da expansão das políticas sociais no pós-guerra, se refere a análise de Esping - Andersen (1990) intitulada *As três economias políticas do Welfare State*. Ao desvendar as entrelinhas da combinação entre o mercado (liberalismo econômico) e o Estado democrático, o autor questiona até que ponto o Estado democrático, através das experiências welferianas, foi capaz de conter as desigualdades sociais produzidas pelo sistema capitalista.

Ao entender estas experiências enquanto produto do sistema capitalista, Esping-Andersen (1990) esbarra nos limites da proposta de ampliação dos direitos sociais por via dos regimes de Welfare State. Desse modo, o autor caracteriza três pilares dos regimes de Welfare State. O primeiro se refere ao welfare state “liberal”, em

que há predominância das políticas assistenciais aos que comprovarem necessidade, programas de transferências universais e previdência social. Neste regime, apesar da predominância dos benefícios sociais ao invés do trabalho, o Estado recorre ao mercado para a garantia de benefícios privados mínimos, são exemplos, o Estado norte-americano, canadense e australiano.

O segundo regime, diz respeito ao welfare state corporativo estatal. Nestes regimes, adotados por nações como a França, a Alemanha e a Itália, o autor observa um forte caráter estatal conservador e desprendido do mercado, onde se predomina a preservação das diferenças de status, ou seja, os direitos sociais estão ligados ao status que o indivíduo ocupa na sociedade, desprezando o aspecto redistributivo dos benefícios sociais.

O terceiro e último regime caracterizado pelo autor, se refere aos welfare states social-democratas, regimes pautados na igualdade e universalidade, distantes das garantias mínimas dos regimes anteriores. Neste regime, predomina-se uma política fundada na combinação entre liberalismo e socialismo, baseada no pleno emprego enquanto prática integral de bem-estar social, em detrimento aos benefícios pautados nas transferências sociais. Esping-Andersen (1990, p. 110) ressalta que “os welfare states formam um grupo, mas precisamos reconhecer que não existe um único caso puro”.

Esta variação de experiências trouxe para o Brasil características similares aos países desenvolvidos. Trata-se de uma mescla entre as estratégias de proteção ao trabalho e os programas de transferência de renda. Este artifício do Estado, através da legislação social, de se articular com o mercado para a garantia dos direitos sociais remete a crítica de Cignolli (1985, p. 13) quando afirma que, “o Estado intervém no processo de acumulação dando prioridade à criação e ampliação das condições gerais de produção”. Estas condições foram determinantes para a consolidação de uma política salarial durante o processo de industrialização brasileira.

A legislação trabalhista foi, ao mesmo tempo, uma das contribuições para a acumulação necessária à industrialização e a expressão maior de um “pacto” de classes, através do qual a burguesia, que começava a se desenvolver, buscava o apoio dos trabalhadores urbanos a fim de liquidar politicamente com os antigos proprietários rurais (CIGNOLLI, 1985, p. 21).

Nesta perspectiva, a evolução da política social brasileira, a partir da década de 1930, esteve associada ao processo de acumulação do capital e movida por um jogo de interesses ditados pela burguesia industrial emergente. Segundo Cignolli (Ibid., p. 21), “manter o capital em uma posição hegemônica e o trabalho em uma posição subordinada é uma constante histórica da teoria e da prática do Estado brasileiro”.

A repercussão das experiências welferianas na realidade brasileira ocorreu no sentido de combinar às reivindicações das classes trabalhadoras e impulsionar a economia. Nas entrelinhas da legislação trabalhista,

prevaleceu os interesses particularistas, coerentes com o caráter burocrático e conservador do aparelho estatal brasileiro, fruto da Era Vargas, a partir da década de 1930 e, posteriormente, com a opacidade do regime ditatorial entre 1964 e 1989.

A análise de Vianna (2000) sobre o processo de americanização da proteção social brasileira durante o chamado Welfare State aponta as “diversas formas pelas quais a privatização atingiu a política social” (Ibid., p. 145), anteriores ao surgimento das políticas neoliberais. A autora cita como exemplo o desvio dos fundos públicos criados para financiar a proteção social e a contratação de serviços terceiros no trato da saúde pública à época. Em sua análise:

A consolidação de um forte sistema público de proteção social, imprescindível, não implica, entretanto, a refutação do papel (irreversível) desempenhado pelas modalidades privadas ou semi-privadas. No Brasil, não há como fugir de desfechos híbridos, que, no caso, permitam a superação do atraso, da miséria, do apartheid social, sem barrar o ingresso do país na contemporaneidade tecnológica e produtiva (Ibid., p.199).

Entende-se por apartheid social, mais um artifício da lógica privatizante assumida pela proteção social. A confluência entre Estado e mercado, sempre existente no contexto das políticas sociais, tende a fragmentar as diversas frações de classes sociais, entre o direito e o não direito, ou ainda, o estímulo ao “direito de não ter direito”. Ainda Vianna (Ibid., p. 141) assinala que “a proteção previdenciária, um privilégio dos incluídos, se configurou como um mecanismo de discriminação “de baixo”.

Neste sentido, “o Welfare State não pode ser compreendido apenas em termos de direitos e garantias. Também precisamos considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado” (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 101). Segundo a análise do autor, as experiências welferianas favoreceram o fenômeno da demercadorização dos indivíduos, na medida em que são protegidos institucionalmente pelas políticas sociais. A mercadorização ocorre quando os indivíduos são despojados da proteção social:

[...] Quando os mercados se tornam universais e hegemônicos é que o bem estar dos indivíduos passou a depender inteiramente de relações monetárias. Despojar as sociedades das camadas institucionais que garantiam a reprodução social fora do contrato de trabalho significou a mercadorização das pessoas. A introdução dos direitos sociais modernos, por sua vez, implica um afrouxamento do status de pura mercadoria. A desmercadorização ocorre quando a prestação de um serviço é vista como uma questão de direito ou quando uma pessoa pode manter-se sem depender do mercado (Id., Ibid., p. 102).

Também Oliveira (1988) desenvolve esta tese ao analisar as relações entre capital, força de trabalho e fundo público. O autor constata que o padrão de financiamento público da acumulação capitalista no chamado Welfare State, contribui para a reprodução da força de trabalho via gastos sociais. Com a internacionalização produtiva e financeira da economia capitalista, o fundo público passa a comportar-se como “anticapital” ou “antivalor”, termo que intitulou a sua tese.

O padrão de financiamento público do Welfare State operou uma verdadeira “revolução copernicana” nos fundamentos da categoria do valor como nervo central tanto da reprodução do capital quanto da força de trabalho. No fundo, levado às últimas conseqüências, o padrão do financiamento público “implodiu” o valor como o único pressuposto da reprodução ampliada do capital, desfazendo-se parcialmente enquanto medida da atividade econômica e da sociabilidade em geral (OLIVEIRA, 1988, p. 14).

Neste sentido, o fenômeno da desmercadorização analisado por Esping-Andersen significou a extensão de bens e serviços sociais públicos às classes trabalhadores, que Oliveira (1988) denominou fundo público de antimercomodias sociais, “pois sua finalidade não é a de gerar lucro, nem mediante sua ação dá-se a extração da mais-valia” (Ibid., p. 15). Cabe ressaltar que o autor remete a alguns críticos marxistas que analisam, erroneamente, a relação entre fundo público e produtividade do trabalho, posto que não seja, necessariamente, funcional para a produção de valor.

Ainda Oliveira esclarece que a finalidade central de qualquer bem público deve ser a melhoria das condições de vida dos indivíduos, finalidade que difere do papel inconfundível do trabalho na sociabilidade: o de produzir valor para o capital. Nos escritos de Marx:

A fim de o possuidor de dinheiro encontrar no mercado a força de trabalho como mercadoria, é mister que se preencham certas condições. Por si mesma, a troca de mercadorias não implica outras relações de dependência além daquelas que decorrem de sua própria natureza. Assim, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado enquanto for e por ser oferecida ou vendida como mercadoria pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. A fim de que seu possuidor a venda como mercadoria, é mister que ele possa dispor dela, que seja proprietário livre de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa (Id., 2010, p. 198, LIVRO I, volume I, capítulo IV).

Podemos vislumbrar novas tendências dos fenômenos expostos pelos autores no capitalismo contemporâneo. Uma delas é a transferência dos direitos e garantias sociais para o mercado. Seguindo a ótica neoliberal, as políticas sociais têm sido reeditadas cada vez mais distantes da perspectiva da proteção social e implicando em um novo processo de mercadorização dos indivíduos e mercantilização dos

direitos sociais.

Desta vez, o mercado financeiro torna-se protagonista no cenário do capitalismo mundializado e a busca por melhores condições de vida e de trabalho é canalizada para o mundo das finanças, onde a política monetária (crédito) assume uma condição “redentora” para a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, em sua maioria, em condições precárias e aquém da proteção trabalhista.

De fato, a intervenção do Estado brasileiro no âmbito das políticas sociais parece não dar conta das múltiplas expressões que o próprio sistema produz. Esta crítica remete a análise de Netto (2005) acerca da relação entre o Estado e a questão social no capitalismo dos monopólios. A monopolização do capital bancário significou estratégia fundamental dos países capitalistas industriais no decorrer do século XIX e, até os dias atuais.

Seguindo a lógica do capital, a extração da mais-valia direta ou indiretamente passa a sustentar os superlucros produzidos pelo sistema capitalista e subsidiados pelo aparelho jurídico do Estado. Netto esclarece que na ordem monopólica, a novidade não está na intervenção do Estado na política social sob a concepção keynesiana, mas na organização sistemática e contínua da dinâmica capitalista. Ao assinalar a compatibilidade da captura do Estado pela burguesia monopolista, o autor acrescenta:

A legitimação é plenamente suportável pelo Estado burguês no capitalismo monopolista; e não é só suportável, como necessário, em muitas circunstâncias históricas, para que ele possa continuar desempenhando a sua funcionalidade econômica (NETTO, 2005, p. 28).

Durante a exposição dos seus argumentos, Netto não se desprende da crítica marxista à luz da teoria social. Com base nela, o autor desmistifica o distanciamento entre a relação Estado e a sociedade burguesa. Contudo, ressalta que a predominância do papel do Estado no âmbito das políticas sociais não significa uma conseqüência direta da organização dos monopólios. O autor nos lembra que a política social é produto das lutas de classes, logo, deve ser entendida como fruto das condições criadas no seio da dinâmica capitalista. Nos escritos de Marx:

O Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas esse Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses (MARX, 2007, p. 75).

É importante lembrar que, quando falamos em Estado, não estamos restringindo a sua essência aos interesses e determinações capitalistas. Ora, o Estado absolutista feudal é anterior ao sistema capitalista e, durante a Idade Média, significou até um instrumento de

entreve para a livre circulação de mercadorias à época. Nela, a essência hierárquica da feudalidade e a ordem conservadora do clero eram predominantes.

Apenas depois que a acumulação primitiva da usura e do capital mercantil alcançou certo grau de maturidade, alterando de maneira fundamental as relações entre as antigas e as novas classes proprietárias e solapando as formas tradicionais de dominação política por meio da expansão do capital-dinheiro, é que o próprio Estado tornou-se mais explicitamente um instrumento da acumulação progressiva de capital e o parceiro do modo de produção capitalista (MANDEL, 1982, p. 335).

Com esta afirmação podemos entender que apenas com a maturidade da acumulação capitalista é que o Estado se torna, mais evidentemente, um instrumento dos interesses privados. Só quando a propriedade privada alcança um nível tal, que os não proprietários perdem o significado de ameaça, é que o Estado foge do consenso entre as partes para atender mais explicitamente à ordem burguesa, constituindo, deste modo, o papel do Estado burguês.

Discutindo o desenvolvimento capitalista no pós-guerra, Mandel (1982) resgata as características que correspondem a realidade dos países centrais naquela época, sobretudo, em países como a França, Grã-Bretanha, Itália e Estados Unidos. Em 1945, características como a redução da rotação do capital fixo, a aceleração da inovação tecnológica e o aumento do custo com projetos de acumulação de capital, foram determinantes para a emergência do aparelho estatal no sistema capitalista. Principalmente, pela busca inexorável de um aparato legal para financiar e assegurar os superlucros do capital nesta fase tardia, tendo em vista a sua função de “proteger institucionalmente e legitimar juridicamente a propriedade privada” (MANDEL, 1982, p. 346).

Para explicar a fase correspondente ao capitalismo tardio, o autor descreve três fases de desenvolvimento. A primeira fase se refere ao capitalismo de mercado, quando o crescimento do capital industrial acontece no âmbito dos mercados domésticos entre 1700 e 1850. A segunda fase, marcada pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista, perdurou até 1960, quando se dá o esgotamento do boom da economia mundial no pós-guerra, esta fase é marcada pelo desenvolvimento imperialista dos mercados internacionais.

A terceira fase corresponde ao desenvolvimento do capitalismo tardio, a que corresponde a crise desencadeada no final da década de 1970, quando a produção em massa peculiar do modelo de regulação fordista, deixa de significar consumo em massa. Esta fase tem como elementos constitutivos a expansão das grandes organizações multinacionais, a mundialização dos mercados e do trabalho e a intensificação dos fluxos internacionais do capital.

Segundo Mandel (Ibid., p. 342), além de um estágio de desenvolvimento, trata-se de uma crise de

reprodução do capital, uma vez que o crescimento do consumo e, portanto, da produção, tornam-se insustentáveis para o desenvolvimento do sistema capitalista. Esta função, na medida em que foi favorável ao desmonte das experiências de welfare states, foi determinante para o aumento da concentração de capital, paralelamente, ao incentivo e expansão do crédito ao consumo, enquanto tentativa de superar a crise do modelo fordista-keynesiano

3. A crise capitalista e os (des) caminhos da Política Social no Brasil

Com a crise capitalista do final da década de 1970 e a ascensão da esfera financeira do capital, cria-se um cenário econômico adequado às flutuações do mercado, onde o capital precisa compartilhar a crise com todas as nações, indistintamente. Mas os efeitos da inserção dos países periféricos na nova dinâmica internacional são drásticos, o descompasso provocado pela perda da autonomia e a fragilidade econômica e fiscal destes países demonstram o grau de disparidades refletido, principalmente, na vulnerabilidade das classes trabalhadoras, no que se refere ao desmonte dos direitos conquistados após um longo período de mobilizações.

Esta dinâmica pressupõe disparidades regionais, provocadas pela incapacidade dos Estados periféricos acompanhar o desenvolvimento global, repercutindo nas estimativas de renda extremamente desiguais. Embora seja importante assinalar, desde já, que estas estimativas também alcançam, inexoravelmente, os países que estão no centro da economia capitalista. Não por acaso, Hobsbawm (1995, p. 264) afirma que “a Era de ouro democratizou o mercado”, característica diretamente proporcional ao índice alarmante de desemprego e desigualdade social.

A esfera financeira imprimiu uma liberdade inexorável para o capital, esta liberdade se reflete na tendência do que Chesnais (1996, p. 299) evidenciou: o enfraquecimento dos países periféricos a partir da desvalorização da força de trabalho, no contexto da mundialização do capital. Ao analisar os impactos da financeirização nas economias da América Latina, Salama (1998) também mostra que os efeitos destrutivos do livre fluxo de capitais vão além da esfera financeira: consiste em um conjunto de mecanismos que passam a ditar a exploração da força de trabalho e a distribuição de renda nos países periféricos.

A flexibilidade do trabalho aumenta e as formas modernas de exploração da mão-de-obra se desenvolvem. Mas, em seguida, a financeirização das atividades se opõe ao aumento necessário da taxa de acumulação e o desemprego, a exclusão crescem ao mesmo tempo em que as atividades informais se concentram nos segmentos de “estrita sobrevivência” (SALAMA, 1998, p. 247).

Percebe-se que o fenômeno da mundialização do capital agravou o quadro de desigualdade entre os

países em função do equilíbrio monetário e lucros excessivos. Não é novidade a adoção de políticas neoliberais enquanto proposta de enfrentamento. A novidade consiste na adoção, por parte dos Estados, de mecanismos oriundos do mercado financeiro enquanto proposta de geração de trabalho e renda. Estes mecanismos passam a ditar o vocabulário das políticas sociais a partir da década de 1980. Nesta dissertação, nos voltaremos para a análise da política de microcrédito e as suas relações com o trabalho, enquanto tendência do capitalismo contemporâneo.

Seguindo a ótica neoliberal, alternativas que antes eram viabilizadas pelas políticas sociais, são substituídas pela possibilidade de trabalho através do acesso ao microcrédito. O que deixa a cargo do indivíduo a inserção no mercado de trabalho, enquanto consequência da redução drástica dos postos formais de trabalho.

O grande número de desempregados, direta ou indiretamente funcionais ao modo de produção capitalista são reflexos da mundialização do capital, cujas raízes coincidem com o colapso da Era de ouro no final da década de 1970, quando as políticas neoliberais surgem para varrer as conquistas que ainda restaram às classes trabalhadoras dos países centrais após o declínio do Welfare State.

As primeiras idéias neoliberais surgem na Inglaterra, em 1947, quando a Europa vivenciava plenamente o Welfare State, que floresceu por trinta anos no final da Segunda Guerra. Na concepção neoliberal, o Estado de bem-estar era um entrave para a livre concorrência dos mercados. Neste sentido, vários teóricos foram impulsionados a buscar novas formas de pensar o desenvolvimento capitalista. Nos estudos de Anderson:

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (1995, p. 9).

Por iniciativa do inglês Friedrich Hayek, foi fundada a Sociedade Mont Pèlerin, na Suíça, espaço onde se reuniam membros adeptos ao ideário neoliberal, em contrapartida ao Estado democrático vigente. “Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p.10). Mas numa fase em que o capitalismo experimentava a sua fase de “ouro”, com altas taxas de crescimento econômico e expansão dos mercados mundiais, o neoliberalismo não passava do campo das idéias.

Foi preciso o colapso da Era de Ouro e a chegada da grande crise capitalista em 1973, para que o

neoliberalismo ganhasse terreno, sobretudo, no campo político. Isto explica a preocupação de Braga (1996) ao distinguir o ideário neoliberal das suas formas de intervenção estatal.

O neoliberalismo como doutrina e política econômica não pode ser nada muito além do que uma resposta determinada do capital em tentar conferir sentido e direção, portanto, inteligibilidade, a sua mais profunda crise. Uma resposta determinada, somada a outras, como a reestruturação produtiva em curso, que se apresenta enquanto um movimento de contra-ofensiva social e ideológica em escala mundial, dada a sua disposição de transformar todo o mundo a sua imagem e semelhança. Uma tentativa para alcançar a finalidade de reanimar o capitalismo mediante a restauração das taxas de crescimento estáveis (BRAGA, 1996, p. 220).

De acordo com a literatura econômica (MÉSZÁROS, 2006; MARQUES; NAKATANI, 2009, BELLUZZO, 2008; MORRIS, 2008) não há dúvidas de que a crise que vivenciamos na atualidade seja a mais brutal da história do capitalismo. No entanto, as estratégias neoliberais evidenciadas por Braga (1996) são reeditadas, a cada nova fase de desenvolvimento do capitalismo. Estas estratégias se fundam na subsunção inegável do trabalho ao capital.

Ainda Braga (Ibid., p. 220), afirma que o projeto neoliberal pode ser traduzido enquanto “estratégia ideológico-político-econômica de passivização das conquistas das classes subalternas”. Esta passivização é caracterizada, sobretudo, pela fragilidade das nações periféricas para enfrentar as propostas de privatização das empresas e dos serviços públicos. O desemprego em massa nas grandes indústrias, a redução de custos com encargos sociais, o surgimento de novas formas de gestão da força de trabalho mediadas pela esfera financeira etc., são os principais alvos dessas propostas, tudo em nome da “superação” da crise capitalista, em sua constante histórica.

Neste sentido, a proposta neoliberal para a reorganização da vida estatal, representa uma brusca ameaça às conquistas históricas das classes trabalhadoras, após um longo período de lutas. Ao fazer um balanço do neoliberalismo enquanto fenômeno mundial, Anderson (1995) faz uma importante reflexão a respeito do êxito do neoliberalismo enquanto saída para a crise econômica suscitada na década de 1970:

Cabe perguntar por que a recuperação dos lucros não levou a uma recuperação dos investimentos. Essencialmente, pode-se dizer, porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial

de mercadorias reais. O peso de operações puramente parasitárias teve um incremento vertiginoso nestes anos. Por outro lado – e este foi, digamos, o fracasso do neoliberalismo –, o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais (ANDERSON, 1995, p. 16).

Estava posta a tendência ao fracasso do ideário neoliberal em seu aspecto econômico, dada a redução das atividades produtivas e surgimento de novas estratégias monetárias do capital em busca de valorização, ao menos no aspecto político, ele ainda é compreendido enquanto projeto liberal hegemônico. Embora a hegemonia neoliberal não se resuma a unidade político-econômica do seu projeto. De acordo com a análise de Netto (1995, p. 32) “a ofensiva neoliberal tem sido, no plano social, simétrica à barbarização da vida societária”. Esta questão torna-se ainda mais preocupante quando levamos em consideração os impactos da hegemonia neoliberal nos países da América Latina, a partir da década de 1980.

Para desmontar o argumento de que o projeto neoliberal seria um instrumento de contenção da crise capitalista e controle da inflação, Salama (1995) e Fernandes (1995) analisam três categorias fundamentais para entender as controvérsias em torno deste debate: mercado, crise e exclusão social. Os autores inauguram um debate intitulado: “pós-neoliberalismo”, que sinalizava uma ruptura política com o neoliberalismo. Estes estudos analisaram, sobretudo, os impactos do comportamento dos mercados nas políticas sociais dos países latino-americanos.

Ao analisar a adoção do projeto neoliberal por parte da maioria dos governos da América Latina, a exemplo, o Brasil, a Argentina e o Chile, Salama (1995, p.155) conclui que o projeto neoliberal acentuou a inflação nestes países, o que cai por terra o aspecto “redondor” atribuído ao neoliberalismo para superação da crise:

Por um lado, consolidam-se mercados globais – como os mercados monetários e financeiros – que reduzem a capacidade de os Estados regularem as suas próprias economias. Por outro, a proporção dos gastos públicos dos Estados nacionais para os seus respectivos PIBs não pára de crescer. Por um lado, se desmontam barreiras monetárias e alfandegárias em nível nacional em nome de uma integração econômica mundial inevitável e irreversível. Por outro, se generalizam barreiras não tarifárias e se consolidam grandes blocos e territórios econômicos com lógicas eminentemente protecionistas (FERNANDES, 1995, p. 156).

As contradições expostas pelo autor põem em questão o neoliberalismo enquanto projeto hegemônico. O fracasso deste projeto político nas nações periféricas esbarra nas determinações do sistema capitalista e nas suas relações com o trabalho. Este fracasso vai além da lógica privatizante dos serviços públicos e desmonte dos sistemas de proteção social: trata-se de uma nova fase de acumulação capitalista fundada no capital financeiro-especulativo, que mesmo sob orientação neoliberal não

é capaz de reverter o diagrama da dinâmica capitalista: os impactos das crises na totalidade das relações sociais continuam a ser preponderantes. O que nos faz questionar se o projeto neoliberal se configurou enquanto estratégia de saída da crise.

Segundo Fernandes (1995), as contradições políticas do ideário neoliberal são coerentes com as contradições estruturais do sistema capitalista. O que deixa claro que nem quebrando as fronteiras políticas e econômicas entre os países, o capital deixará de ditar suas regras. Isto porque a insaciabilidade do capital se funda da exploração da força de trabalho e na especificidade das relações sociais de cada nação.

REFERENCIAS

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2007. – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.2).

BRAGA, Ruy. A restauração do capital: um estudo da crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. (org). A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

CIGNOLLI, Alberto. Estado e força de trabalho: introdução à política no Brasil. Ed. Brasiliense, 1985.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. Lua Nova, São Paulo, n. 24, 1990.

HOBSBAWM, Eric. J. Era das Extremos: o breve século XX 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: In: O Estado na fase do capitalismo tardio. Abril Cultura, 1982.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1980. v. 2.

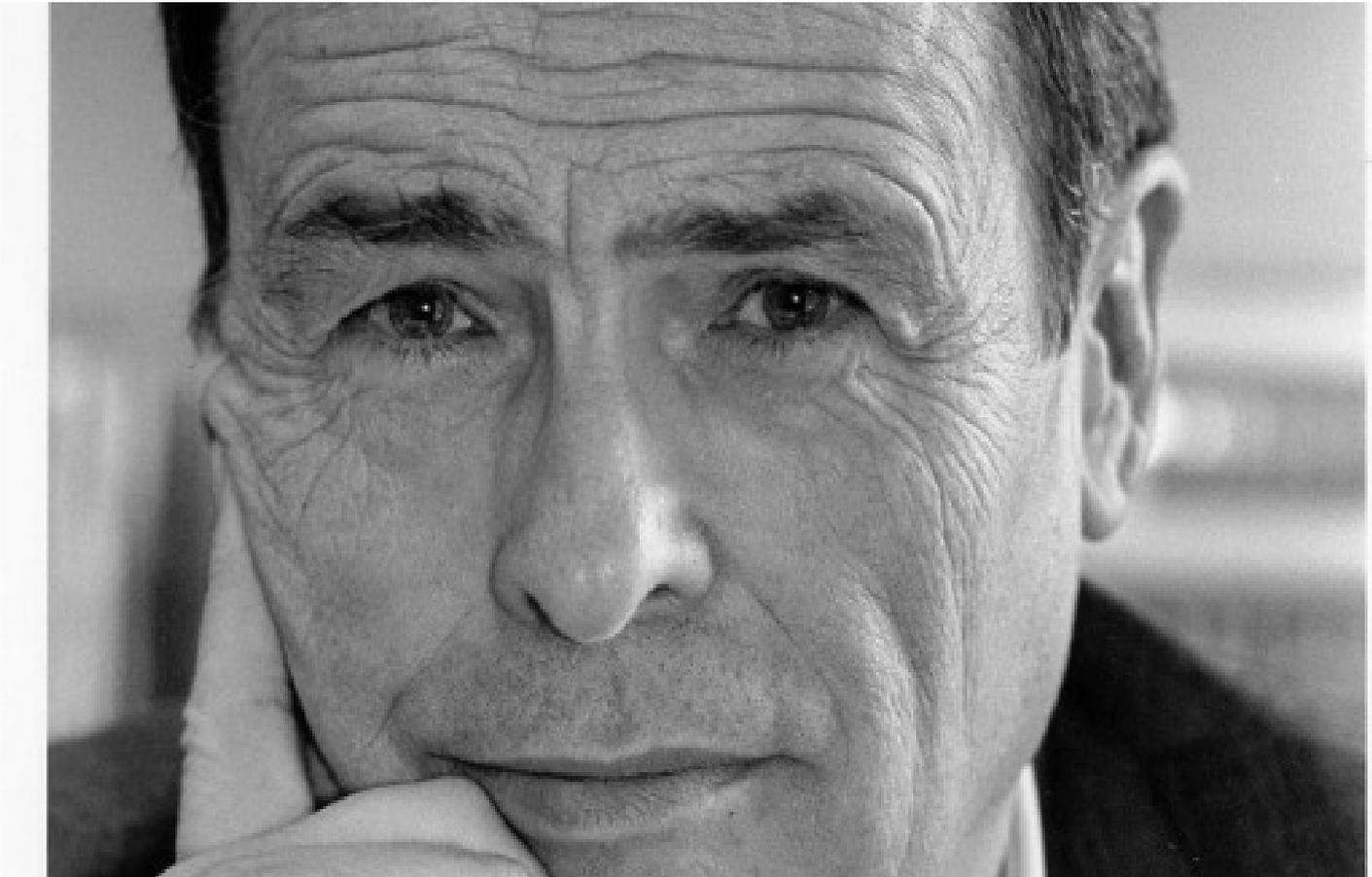
OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. Novos Estudos CEBRAP. N°22, 1988

SALAMA, Pierre. A financeirização excludente: as lições das economias latino-americanas. In: A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

ARTIGO

▶ **FABIANO PEREIRA SILVA**

PIERRE BOURDIEU: A COMPREENSÃO E A PRÁTICA SOCIOLÓGICA



RESUMO

O presente artigo busca traçar um panorama geral dos principais elementos teóricos da sociologia de Pierre Bourdieu. Para tanto, apresentamos ao leitor – a título de contextualização – algumas referências sobre a vida e obra deste autor. Nesse ponto serão abordados aspectos fundamentais da sua trajetória de vida e acadêmica, tendo em vista sua importância para construção de sua obra. Na segunda parte, procuramos mostrar como Bourdieu compreende os fenômenos sociais a partir de seus principais conceitos. Na terceira e última parte, concluímos mostrando a contribuição e inovação do autor para a sociologia contemporânea.

Palavras-chave: Pierre Bourdieu, Capital Cultural, Violência Simbólica, Campo e Habitus.

INTRODUÇÃO

A Sociologia contemporânea em seu esforço de explicar a diversidade dos fenômenos sociais tem apresentado uma gama de conceitos e formulações teóricas das mais diversas que ora dialogam com os clássicos desta ciência, ora se distanciam.

É bem verdade que a sociedade em que vivemos hoje não é mais a mesma daquela do século XIX, momento em que toda a Europa passava por grandes mudanças sócio-políticas e econômicas que fizeram emergir o capitalismo industrial e que, por sua vez, mudaria não só a vida das pessoas, mas a dinâmica das relações entre os grupos e destes para com a sociedade como um todo.

Os autores, hoje considerados clássicos, assim o são por suas pioneiras incursões na tentativa de explicar – embora muitos outros prefiram o termo compreender – a sociedade de sua época. Ao fazerem isso, fundaram não somente uma nova ciência – a Sociologia –, mas, legaram às gerações posteriores de sociólogos uma vasta terminologia que buscava dar conta da explicação ou compreensão do mundo social de seu tempo.

Não cabe aqui discutir o êxito (ou não) destas incursões dos autores clássicos, tendo em vista que há diversas obras e autores que, bem ou mal, já o fizeram; tendo em vista também que a própria dinâmica da vida social impõe uma atualização/revisão de conceitos e teorias.

É neste momento que emerge uma nova geração de autores contemporâneos que vão dialogar – alguns mais direta e outros mais indiretamente – com os autores clássicos ora criticando, ora readaptando aspectos de suas teorias para a compreensão da realidade social contemporânea.

Entre os autores da sociologia contemporânea, Pierre Bourdieu tem um lugar de destaque. Ao longo de sua carreira, transitou com desenvoltura por diversas ciências se firmando na Sociologia e construiu, a partir de suas reflexões sobre o mundo, uma sólida teoria de interpretação da vida social que se pretende ao mesmo tempo crítica e reflexiva.

1. Pierre Bourdieu: vida e obra

Pierre Bourdieu nasceu na França no de 1930 em um povoado chamado Béarn localizado em uma zona rural. Desde os seus primeiros anos de estudos o autor conviveu com camponeses, operários e comerciantes. O próprio Bourdieu foi uma exceção quanto à questão do capital econômico e cultural e das limitações que uma origem social humilde impõe as pessoas e que suas teorias buscaram explicar ao longo da sua produção acadêmica.

Logo após, ele foi para uma cidade vizinha onde fez o ensino médio e se destacou nos estudos, onde em seguida ganhou uma bolsa para o Liceu Louis-le-Grand de Paris, local de destaque onde eram selecionados alguns dos melhores estudantes do país. Bourdieu logo ingressou na École Normale Supérieure onde começou a cursar filosofia. Na França desta época, predominava no ambiente acadêmico o existencialismo de Sartre. Bourdieu dedica seus interesses ao estudo da lógica e da história das ciências.

Podemos afirmar que Bourdieu é um autor difícil de ser categorizado em uma escola de pensamento sociológico, devido não só a grande originalidade de suas obras voltadas para as ciências sociais, como também pela influência filosófica adquirida ao longo dos seus estudos, assim como suas incursões pela antropologia.

Bourdieu iniciou na Antropologia através das suas primeiras pesquisas de campo na Argélia, durante o período da guerra colonial. Devido aos graves problemas desse país, o autor começou a focar as questões sociais e políticas.

No Início, ele utilizou a etnografia e a estatística em conjunto para analisar o conflito estabelecido entre os colonialistas e os libertadores nacionais. No ápice do conflito, Bourdieu teve que se retirar imediatamente do país, pois aqueles que eram classificados como liberais começaram a correr sérios riscos.

De volta à França, o autor assumiu o cargo de professor assistente na Sorbonne e na Universidade de Lille. Nessa função, leu e ministrou aulas sobre os autores da sociologia clássica como Durkheim, Weber e Marx. Ao mesmo tempo, continuou a analisar dados na Argélia durante os seus períodos de férias no ano de 1964.

Em seguida, tornou-se diretor e fundou o Centre Européen de Sociologie, a pedido de Aron. Daí em diante, treinou por três décadas um grupo de acadêmicos que se voltaram para as mais variadas questões sociais. Assim, o autor se afastou da Filosofia e da Antropologia estruturalista, aproximando-se do rigor científico e das técnicas de pesquisa de campo oferecido pela Sociologia e por outras áreas da própria Antropologia. Logo após, em 1973 foi visiting member no Institute for Advance Studies (Princeton, EUA).

Entre suas principais obras, “Os herdeiros: os estudantes e a cultura” (1964), em parceria com Jean-Claude Passeron, é uma análise inovadora sobre a questão da desigualdade perpetuada através das

instituições educacionais como no caso das escolas. Outro destaque é *Un Art moyen: essai sur les usage sociaux de la photographie* (1965) e *L'Amor d'Art les musées d'art européens et leur public* (1966). Além disso, publicou *Les Règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire* no qual analisou o campo artístico nos tempos de Flaubert; desenvolveu a teoria da violência simbólica que lhe trouxe destaque entre os grandes nomes da Sociologia.

O próximo passo de Bourdieu foi resgatar o conceito aristotélico de *habitus*, desenvolvendo também a ideia de capital cultural. Além disso, elaborou uma teoria sociológica voltada para a ação e criou uma ferramenta analítica chamada de campo, entendida como um espaço social relativamente autônomo de disputas de poder.

Em *La Noblesse d'Etat: grandes écoles et esprit de corps* (1989) relatou a exploração social e a dominação tecnocrática nas sociedades desenvolvidas onde o Estado exerce o monopólio legítimo da violência simbólica. Em "A dominação masculina" (1998) verifica o paradigma do poder sobre a concepção de reconhecimento e o não reconhecimento.

Buscando manter certa autonomia intelectual, afastou-se da postura de sociólogos que apareciam em revistas de renome e criou instituições de produção científicas não vinculadas a lógica mercadológica e estatal. Em um desses projetos criou uma editora, onde diversos pensadores deram sua contribuição. Ao longo de vinte cinco anos Bourdieu publicou a revista *Le sens commun*. Outra contribuição foi a criação do periódico *Actes de la recherche en science sociales*. Bourdieu também dirigiu *Liber* uma revista europeia voltada para resenhas, publicada simultaneamente em nove línguas diferentes cujo propósito era uma maior divulgação das Ciências Sociais.

Publicou ainda, em 1993, em parceria com outros autores, "A miséria do mundo". Essa obra contém mais de mil páginas de análise social sobre os grandes dilemas e sofrimentos do mundo contemporâneo, constituindo-se como uma denúncia ao sistema neoliberal. E mais recentemente surge o documentário "Sociologia: Um esporte de combate" (2000), que mostra suas intervenções políticas em manifestações, bem como palestras, participações em programas de rádio e TV etc.

No dia 23 de Janeiro de 2002 morre Pierre Bourdieu no auge de seu reconhecimento intelectual. Pouco tempo antes, acabara de finalizar um curso que tinha como foco sua própria produção, posteriormente lançado em livro: *Esboço para uma autoanálise*.

2. Compreensão e ação

Bourdieu recupera a sociologia na vida acadêmica e a descola da filosofia. Sua postura é a de encontrar uma sociologia reflexiva, ou seja, uma sociologia de autoquestionamento.

Para Bourdieu a pesquisa deve ser aprendida de forma racional, colocando em suspenso as noções

vulgares ao mesmo tempo em que se critica a desvinculação dos fatos, o que resulta na maximização do rendimento do pesquisador. Segundo este autor, "só a reflexividade, que é sinônimo de método, mas uma reflexividade reflexa, baseada num trabalho, num olho sociológico, permite perceber e controlar no campo, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza" (BOURDIEU, p.694, 1997).

A tarefa do cientista social passa a ser instaurar na prática científica a conversão do pensamento e a ruptura com o pré-construído que se encontra na ordem social que o sustenta. Ter consciência de cada etapa do objeto a ser analisado e vê-lo criticamente. É dessa forma que a sociologia é construída para Bourdieu.

A partir de então, Bourdieu complexifica a concepção de Durkheim e Weber aproximando-se de Marx quanto ao processo conflitual. Para o autor o conflito pode reforçar uma norma gerada na reprodução da estrutura, preservando o status quo.

Além disso, grande parte da problematização da teoria bourdieusiana gira em torno da ideia de mediação entre o agente social e a sociedade, ou seja, entre o objetivismo e subjetivismo, questão sartriana retomada por Bourdieu.

Bourdieu junta os polos macro e micro. Enquanto o objetivismo dá ênfase nos aspectos estruturais, o subjetivismo analisa os indivíduos através da ação. Bourdieu se coloca numa síntese que envolve ambos. Dessa forma, procura ir além da concepção da realidade social de Durkheim e Weber, pois, segundo Bourdieu, não se pode apreender a estrutura como coisa e nem apenas como uma subjetividade pura.

Três aspectos predominam em seu esquema teórico: o conhecimento praxiológico, a noção de *habitus* e o conceito de campo. Outros aspectos relevantes são os que dizem respeito à questão da violência simbólica, capital cultural e poder simbólico.

Assim, em seu esforço para entender a dinâmica do mundo social, Bourdieu articula os conceitos de campo, *habitus* e capital que devem ser compreendidos tendo em vista a sua interdependência. Estes conceitos permitem ao pesquisador captar como se desenvolvem as relações na sociedade a partir de uma sociologia praxiológica. A seguir, veremos como Bourdieu concebeu cada um desses conceitos.

No conceito de praxiologia, o autor vai buscar uma sociologia teórica e prática que consiste na relação com as disposições objetivas da vida do indivíduo. Sua teorização tem o sentido de cortejar problemas reais que existem para ser testados como análise da compreensão de algo. Nele se procura vincular o ator social junto à estrutura social, ocorrendo através da dialética entre o campo e o *habitus*.

O campo é um local onde se estrutura a relação de poder entre os agentes sociais que reforçam suas posições. Nesse âmbito a ação faz parte necessária de um jogo, pois é nele que ocorre uma luta concorrencial entre os agentes em busca de determinados interesses que caracterizam uma área em questão.

Enquanto espaço de relações de poder, o campo se

estrutura a partir de uma distribuição desigual de um quantum social. Este, por sua vez, vai determinar a posição que cada agente ocupa dentro do campo. Bourdieu vai chamar esse quantum de capital social. Assim, os dominantes detêm um maior capital social e aqueles com menor capital ocupam a posição de dominados. Por sua vez, a classe dominante de um campo define o habitus deste campo.

A noção de habitus designa “[...] um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada” (THIRY-CHERQUES, 2011, p.33). O habitus é marcado pela interiorização das estruturas sociais que são internalizadas de forma inconsciente. Neste processo, o agente internaliza as externalidades e exterioriza as internalidades. Consequentemente o habitus é um princípio não escolhido de todas as escolhas aonde várias camadas dessa experiência vão se sobrepondo numa memória que não é exclusivamente definida no nível intelectual.

Em função das imposições e lutas no interior do campo ocorre a violência simbólica, pois há uma disparidade de capital social e cultural durante a interação dos agentes no interior do campo. Ela se expressa de uma maneira legítima e não é percebida, mas naturalizada, propiciando que o dominado não se oponha ao seu opressor. Para Bourdieu (1989, p. 14-15), a violência simbólica se dá através de um poder simbólico que “[...] só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. [...] [Assim, o poder simbólico] se define numa relação determinada [...] entre os que exercem o poder e os que lhes estão sujeitos [...]”.

A violência simbólica é exercida através de diferentes instituições, inclusive a escola. Nesta, ocorre um processo de internalização das normas e regras sociais de uma maneira mais influente, já que o sistema educacional é um dos sistemas mais eficazes de poder e prestígio.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força que as fundamenta e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados (BOURDIEU, p.11, 1989).

Diferentes classes estão envolvidas nessa luta simbólica para imporem sua visão de um mundo social nos diferentes campos. Essa luta pode ser extravasada para o contexto do cotidiano que passa a fazer parte diretamente dessa relação de poder em que se dá a produção e reprodução simbólica.

Bourdieu enfatiza que o sociólogo, durante a sua pesquisa de campo, está submetido a essa relação de poder e com isso, deve-se trabalhar para diminuir essa dissimetria social, pois é o pesquisador que estabelece

as regras do jogo e o mesmo deve procurar estabelecer uma “comunicação não violenta”.

Quanto à noção de capital, Bourdieu vai além da concepção economicista de Marx e inova ao enfatizar outros aspectos como aquilo que ele determina como capital cultural. Embora esta noção passe a ser englobada principalmente no aspecto educacional, contudo não se limite apenas a isso. Para o autor, o capital cultural é apresentado como um princípio de diferenciação que começa a ser gerado já no seio familiar nos anos mais tenros do indivíduo. Desta forma, o acesso a determinados meios de adquirir conhecimento ocorre de forma limitadora e restrita para alguns grupos, enquanto que, para outros, este acesso ocorre de uma forma mais fácil.

3. Conclusão

No panteão da sociologia contemporânea, Pierre Bourdieu tem um lugar de destaque. O seu legado sociológico o coloca entre os grandes pensadores desta ciência. Seu esquema teórico de compreensão dos fenômenos sociais – que ora dialoga com os clássicos, ora os atualizam – se constitui hoje um das mais importantes contribuições não só para a Sociologia e Antropologia, mas também para a epistemologia das ciências sociais.

Representante de uma quarta geração de sociólogos na França, Bourdieu deu um novo fôlego à sociologia, atuando como um institucionalizador dessa disciplina que até então estava um tanto quanto despopularizada. Contribuiu de tal forma com a difusão do saber sociológico pelo mundo que atualmente diversos países têm acesso aos seus principais artigos e livros. Além disso, Bourdieu renovou a postura científica e militante da sociologia francesa, alterando as implicações políticas e éticas da investigação social.

Em suma, Bourdieu concebia as Ciências Sociais como um serviço público cujo principal propósito é o de desmistificar e desnaturalizar aspectos da sociedade por meio de descobertas nas tramas sociais, tanto objetivas e subjetivas que fazem com que as pessoas perpetuem certos tipos de posturas e condutas.

Suas análises são extremamente ricas, pois interagem com as principais escolas sociológicas de uma forma que procura desvendar os mecanismos e as relações de poder, apresentando um novo prisma da reprodução estrutural.

Bourdieu percorreu o caminho que vai da Filosofia à Antropologia e desta para a Sociologia chegando por fim – nos últimos anos antes de sua morte – a assumir uma postura política e crítica frente ao mundo neoliberal e globalizado que começou a se desenhar em meados da década de 1980 e que teve seu auge nos anos 1990. Deixou um legado teórico em sintonia com as principais correntes clássicas, mas não menos original pelas inovações e atualizações propostas no conjunto de sua obra.

Assim como os grandes sociólogos, Bourdieu fez escola deixando para seus seguidores o desafio de

continuar e atualizar seu pensamento. E como bem lembrou Loïq Wacquant (2002, p. 95-96), os maiores pensadores de qualquer época são aqueles que não apenas

“fazem descobertas” importantes – essa é a tarefa de qualquer cientista, como, aliás, afirmou Émile Durkheim –, mas também são aqueles que causam naqueles à sua volta uma mudança no modo de pensar, indagar e escrever. Pierre Bourdieu pertence a essa categoria, pois ele alterou para sempre a maneira como os estudiosos da sociedade, da cultura e da história em todo mundo [...] concebem e exercem seus ofícios.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

ORTIZ, Renato. “A Procura de uma sociologia na prática”. In: Renato Ortiz, org. Pierre Bourdieu. Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática, 1994, pp. 7 a 36

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, fev. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122006000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 out. 2011.

WACQUANT, Loïq J. D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n.19, Nov. 2002 Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782002000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 Ago. 2011.

WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais. Tradução de Augustin Wernet. Introdução à edição brasileira de Maurício Tragtenberg. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ARTIGO

- ▶ DANYELLE RODRIGUES
- ▶ LUZIA PEDROSA
- ▶ MONICA JUSTINO

“QUESTÃO SOCIAL” E PAUPERISMO



Os estudos sobre a “questão social” compreendem um campo teórico de debates amplos e heterogêneos no lastro das ciências sociais. No campo do censo comum esta realidade também é verificável. Ela tornou-se objeto dos noticiários, das redes sociais, das chamadas empresas sociais, e, sobretudo do Estado burguês. Sua existência é factual e conforma um leque de posicionamentos e atribuições diversas relacionadas ao tema.

Por vezes, ela é entendida como manifestação imediata, presente em toda e qualquer forma de sociabilidade, mas completamente resolvível por intervenções políticas. Em outros casos ela é naturalizada, entendida como vontade divina, tornando-se, portanto, fato inconteste. Em ambas as interpretações, a possível solução está diretamente relacionada a uma reforma moral do homem e da sociedade, mas nunca em proporções que atinjam o seu cerne, canalizando para o fim do modo de produção capitalista (NETTO, 2011).

O que parece inequívoco em todas as formas de compreensão da “questão social” é sua estreita relação com o fenômeno da pobreza, gerando inclusive, algumas vezes, uma contradição em termos.

O artigo ora apresentado tem por finalidade tecer algumas considerações sobre a relação entre “questão social” e pauperismo. O esforço teórico aqui empreendido pretende situar a “questão social” e a sua relação orgânica com a pobreza apontando uma revisão teórica e histórica sobre esta pertinência. Para este fim e considerando a teoria como uma modalidade peculiar do conhecimento, entendemos que a compreensão do objeto implica entender o seu movimento, a sua estrutura e dinâmica. Portanto, para se chegar à essência do objeto em estudo, numa perspectiva de totalidade, recorreremos ao trato teórico analítico desse objeto a partir das categorias fundamentais da crítica da economia política.

Dada a complexidade que envolve a totalidade da vida social e a reprodução da força de trabalho, compreendemos que a pobreza, assim como a desigualdade, não se esgota a aspectos socioeconômicos, mas se relaciona a problemáticas pluridimensionais (NETTO, 2007). Ou seja, ela não se limita apenas a dimensão da renda, o que nos leva a considerar uma falácia a tese segundo a qual o crescimento econômico é a única condição necessária para enfrentar, combater e reduzir o pauperismo.

Partimos do pressuposto de lei geral da acumulação capitalista de que “a força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital” (MARX, 2013, p.719). Assim, entendemos o pauperismo como consequência do desenvolvimento do próprio capital, é componente ineliminável da sua dinâmica.

Faz-se necessário esclarecer que, de fato, a expressão “questão social” surge como sinonímia ao fenômeno do pauperismo. “A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da [...] primeira onda

industrializante [...] trata-se do fenômeno do pauperismo” (NETTO, 2011, p.152). Mas, vale dizer: a “questão social” não se reduz apenas a este último, suas expressões estão para além dele.

Vale ainda frisar o seu traço sócio-político, pois a “questão social” só encontra lugar nas preocupações da classe burguesa a partir do momento em que as lutas operárias e a organização dos trabalhadores passam a reivindicar solução para as péssimas condições de vida a que estavam submetidos. É, portanto, a partir das lutas sociais e políticas do proletariado que surge a “questão social”. A discussão sobre o tema sempre esteve presente na obra marxiana, entendida como questão operária vinculada à luta de classes (CASTELO, 2006).

Cabe inicialmente sinalizar que pelo termo “questão social” se quer indicar o conjunto das mazelas próprias da sociedade burguesa, colocando-a, portanto, como “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da classe capitalista” (NETTO, 2011, p. 17).

Também, Iamamoto se posiciona de forma esclarecedora, porém não divergente, dizendo que:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia [...] (IAMAMOTO, 2008, p.77).

A partir das palavras acima colocadas, parece consensual afirmar que a gênese da “questão social” remonta ao tempo histórico moderno à inserção da forma de produção social baseada na grande indústria. Pode-se dizer que a sua emergência data de meados da terceira década do século XIX, tendo em vista o surgimento do pauperismo e das lutas do proletariado contra a burguesia. É neste momento, quando a luta operária ganha força e visibilidade política, em que a classe dominante, até então esquecida das condições de vida as quais estavam submetidas o proletariado, volta seus olhares para sua classe dominada.

A “questão social”, enquanto categoria teórica e problemática histórica emergiu no cenário europeu em meados do século XIX, quando a classe operária, então liderada pelas suas franjas operárias, impôs-se como um ator político independente e autônomo, lutando e reivindicando soluções para as suas mazelas, tais como pauperismo, fome, péssimas condições de habitação, degradação do espaço urbano, dentre outras tantas. Estamos diante de necessidades sociais prementes sendo transformadas em demanda política coletiva, organizada e consciente dos seus meios e objetivos (CASTELO, 2006, p.16).

Por aquela ocasião, intelectuais de diferentes posicionamentos ídeo-políticos ocupavam-se de pensar

as transformações ocorridas com o surgimento do novo mundo e a emergência da chamada “questão social”. Esta foi uma expressão largamente utilizada, inclusive pelos teóricos orientados pela vertente crítico-dialética, visto que segundo Castelo (2006), os próprios autores marxianos utilizaram-se deste termo até 1844. No entanto, no pós 1848, o termo foi apropriado pelos intelectuais burgueses, mas numa perspectiva diferenciada, notadamente esvaziada de sentido relacionado ao conteúdo de que trata.

A partir do uso indevido do termo, a “questão social” passou de uma análise sócio-histórica, associada a uma perspectiva de totalidade, para progressivamente cair numa relação que favoreceu o modo burguês, de forma a legitimar a reprodução da propriedade privada dos meios de produção, o que lhe conferiu uma análise naturalizada, deslocada das relações espaço-temporais.

Entretanto, vale abrir um parêntese a este respeito. Importa ressaltar que ainda que o termo tenha sido apropriado pelo pensamento burguês, esta sempre foi uma problemática presente no pensamento marxiano. Castelo frisa que apesar de ter havido um abandono da categoria em termos, “esta foi, ao longo da obra dos pensadores revolucionários alemães, uma constante que nunca saiu de cena” (CASTELO, 2006, p.19).

Por ocasião da inserção de mudanças nas bases produtivas na Inglaterra do século XVIII, o processo de pauperização da classe trabalhadora, apresentando-se naquele momento de maneira absoluta, ganhou atenção enquanto fenômeno inédito por constituir-se de maneira diferente das formas pelas quais a pobreza até então se expressava.

Santos deixa claro que “a pobreza existente antes do capitalismo era determinada socialmente pela divisão entre classes, mas se devia, principalmente, ao baixo desenvolvimento das forças produtivas” (SANTOS, 2012, p.29). Portanto, a pobreza em tempos anteriores se apresentava de maneira totalmente diversa de como ela se coloca após a emergência do capital. Se antes tal fenômeno era originado principalmente pela escassez de bens que pudessem suprir as necessidades das pessoas vivendo em sociedade, em determinados momentos históricos, ou seja, pela carência de bens na esfera da circulação, com a emergência do capital ela é ocasionada, sobretudo, pela produção fabril. Em outros tempos, o pauperismo no modo de produção capitalista está hipotecado à esfera da produção de mercadorias. Na avaliação de Netto,

Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que se aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova

precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão (NETTO, 2011, p.153-154).

De fato, a desigualdade entre classes não era um fator novo, pois perpassou as formas anteriores ao modo de produção capitalista. Contudo, no momento em que se colocam as bases para o funcionamento da grande indústria, com o desenvolvimento das forças produtivas no sentido de ampliar a produção de mercadorias e aumentar a rentabilidade do capital, colocam-se também as bases para um empobrecimento alargado daqueles que vendem força de trabalho em troca de um salário que garanta sua reprodução.

Marx nos explica que é ainda sob a lógica da produção que se inicia o processo de pauperização do trabalhador. Pois o mesmo “torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, [...] com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens” (MARX, 2001, p.111).

Na sociedade de classes, a riqueza produzida não é socializada com os seus produtores diretos (os trabalhadores), mas apropriada pelo dono dos meios de produção. Assim, fica candente que, pela própria dinâmica tendencial do capital, o avanço da acumulação coloca de um lado uma enorme massa de riqueza produzida e de outro, uma também assombrosa concentração de pobreza. Desta forma, torna-se cada vez mais restrito o acesso de bens necessários a reprodução da vida por esta classe expropriada.

Engels, em A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, livro concluído no ano de 1845, mas publicado em língua portuguesa pela primeira vez somente em 1975, faz importantes considerações acerca das consequências da I Revolução Industrial para a classe trabalhadora inglesa. O referido livro compõe a ata de pesquisa do autor que, impactado com os efeitos que o capital surtiu sobre a classe trabalhadora nesse momento histórico, assim decidiu redigi-lo após uma pesquisa de vinte e um meses.

Este é um livro da sua época, e não pode ser entendido fora desta realidade, portanto, um clássico. Ele continua a ser considerado hoje, como foi no ano de sua publicação, a melhor obra sobre a classe operária inglesa (Hobsbawm, 2011). Não que inexistam outras, mas este status se deve ao fato de que, mesmo representando uma obra da jovialidade do autor, ela representa a primeira tentativa de utilização do método em Marx e como tal, tratando a classe operária inglesa como um todo e desenvolvendo uma análise geral do capitalismo que então se apresentava: o industrial-concorrencial.

Naquele momento Engels se deparou com momento de organização do capital que já revelava, de alguma forma, ciclos de depressões econômicas, como os dos anos de 1825 e 1836, “o que articula uma ordenação societária típica: a urbanização acelerada e dramática polarização social” (NETTO, 2004, p.33).

A formação das cidades ganha ênfase especial dada por Engels, quando as analisa no seu terceiro capítulo. Sobre a cidade de Londres, o jovem a relata como um espaço de aglomeração de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas que, indiferentes entre si, isolam-se cada um nos seus próprios interesses pessoais. Estas pessoas, para o autor, conformam uma guerra social, de todos contra todos. Ao visitar um dos bairros de “má fama” (termo utilizado pelo autor para designar os locais nos quais se concentrava a classe operária) conhecido como “Ninho dos Corvos”, o descreveu da seguinte forma:

É uma massa desordenada de três ou quatro andares, com ruas estreitas, tortuosas e sujas, onde reina uma agitação tão intensa como aquele que se registra nas principais ruas da cidade - com a diferença de que, em St. Giles, vê-se unicamente pessoas da classe operária. Os mercados são as próprias ruas: cestos de legumes e frutas, todos naturalmente de péssima qualidade e dificilmente comestíveis, complicam o trânsito dos pedestres e enchem o ar de mau cheiro, o mesmo que emana dos açougues. As casas são habitadas dos porões aos desvãos, sujas por dentro e por fora e tem um aspecto tal que ninguém desejaria morar nelas. Mas isso não é nada se comparado aos becos e vielas transversais, aonde se chega através de passagens cobertas e onde a sujeira e o barulho superam a imaginação: aqui é difícil encontrar um vidro intacto, as paredes estão em ruínas, os batentes das portas e os caixilhos das janelas estão quebrados ou descolados, as portas - quando as há - são velhas pranchas pregadas umas as outras; mas, nesse bairro de ladrões, as portas são inúteis: nada há para roubar. Por todas as partes, há montes de detritos e cinzas, e as águas servidas, diante das portas, formam charcos nauseabundos. Aqui vivem os mais pobres entre os pobres, os trabalhadores mais mal pagos, todos misturados com ladrões, escroques e vítimas de prostituição (ENGELS, 2010, p.71).

Ao se referir as mudanças cataclísmicas operadas naquele momento, decorrentes da inserção da máquina a vapor e seu contínuo aperfeiçoamento, o abandono da agricultura, e a produção de ferro e extração de minerais e a ampliação da indústria têxtil, Engels (2010) se expressa da seguinte maneira:

Com essas invenções, desde então aperfeiçoadas ano a ano, decidiu-se nos principais setores da indústria inglesa a vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual e toda a sua história recente nos revela como os trabalhadores manuais foram sucessivamente deslocados de suas posições pelas máquinas. As consequências disso foram, por um lado, uma rápida redução dos preços de todas as mercadorias manufaturadas, o florescimento do comércio e da indústria, a conquista de quase todos os mercados estrangeiros não protegidos, o crescimento veloz dos capitais e da riqueza nacional; por outro lado, o

crescimento ainda mais rápido do proletariado, e a destruição de toda a propriedade e da toda a segurança de trabalho para a classe operária, a degradação moral, as agitações políticas e todos os fatos que tanto repugnam aos ingleses proprietários [...] (ENGELS, 2010, p.50 – grifos do autor).

Quanto ao fenômeno da polarização social, concomitante ao processo de formação das cidades, Netto (2004) afirma que ela se expressa, sobretudo pela miséria. Ele elucida dados dizendo que “na civilizada Inglaterra, oficina do mundo, tem, nos anos 40 do século XIX, 10% da sua população oficialmente qualificada como indigente” (NETTO, 2004, p.34).

Sobre esse episódio da história, e a respeito da situação da classe operária naquele momento, Huberman (2010) nos diz que:

[...] com a chegada das máquinas e do sistema fabril [...] os ricos ficaram mais ricos, e os pobres, desligados dos meios de produção, mais pobres. [...] As máquinas que podiam ter tornado mais leve o trabalho, na realidade o fizeram pior. [...] Os capitalistas achavam que podiam fazer como bem entendessem com as coisas que lhes pertenciam. Não distinguiam entre suas “mãos” e “máquinas”. [...] Pagavam os menores salários possíveis. Buscavam o máximo de força de trabalho pelo mínimo necessário para pagá-las. Como mulheres e crianças podiam cuidar das máquinas e receber menos que os homens, deram-lhes trabalho [...]” (HUBERMAN, 2010, p.142-144).

O trabalho infantil e feminino apareceu aos donos das grandes fábricas como uma verdadeira benção, pois além de mais passivo, representava uma força de trabalho incrivelmente mais barata. Se de início o trabalho infantil era uma forma de complementar os ganhos dos seus pais, com o tempo ele começou a constituir-se como base do sistema. Eles iam ao chão de fábrica, submetiam-se a uma jornada extensa de trabalho intenso. Sem dúvida, estavam expostos não apenas ao controle rígido do tempo de produção bem como a acidentes de trabalho.

Hobsbawm também comenta esse momento da história.

[...] havia muito mais pobres que, diante da catástrofe social que não conseguiam compreender, empobrecidos, explorados, jogados em cortiços onde se misturavam o frio e a imundície, ou nos extensos complexos de aldeias industriais de pequena escala, mergulhavam na total desmoralização. Destituídos das tradicionais instituições e padrões de comportamento, como poderiam muitos deles deixar de cair no abismo dos recursos de sobrevivência, em que famílias penhoravam a cada semana seus cobertores até o dia do pagamento, [...]. O alcoolismo em massa, companheiro quase invariável de uma industrialização e de uma urbanização bruscas e incontroláveis, disseminou uma 'peste de embriaguez' em toda a

Europa. [...] A consequência mais patente dessa deterioração urbana foi o reaparecimento das grandes epidemias de doenças contagiosas (principalmente transmitidas pela água), notadamente a cólera, que reconquistou a Europa a partir de 1831 e varreu o continente de Marselha e São Peterburgo em 1832 e novamente mais tarde. [...] a bebida não era o único sinal desta desmoralização. O infanticídio, a prostituição, o suicídio e a demência têm sido relacionados com este cataclismo econômico e social [...] (HOBBSWAM, 2011, p.323-325).

Sobre os subúrbios nos quais os trabalhadores se amontoavam, Huberman (2010) ainda acresce um dado interessante. As doenças e a morte assolavam de tal forma, que nessas localizações a expectativa de vida era determinada pelo local onde se morava, variando assombrosamente de uma rua para a outra.

É com a obra de Engels que fica claro que o proletariado inglês não é apenas designado como pobre, mas pelas suas próprias condições foram impelidos a se rebelar. Portanto, ele coloca em cena a luta de classes. Em uma só palavra: a “questão social” ganha contorno necessariamente a partir da organização das franjas operárias como sujeito político na reivindicação de soluções para as condições de vida nas quais estavam submetidos naquele momento histórico.

Hobsbawm questiona: “Por que os governos europeus concluíram que tinham de levar o operariado a sério?” E responde: “o que realmente deixava os governos nervosos não eram os cálculos eleitorais, e sim a evidente consciência de classe dos operários, que encontrou expressão nos partidos de classe, preponderantemente 'vermelhos’” (HOBBSAWM, 2004, p. 359-360). Foi, portanto, a partir da conjuntura política de protestos e reivindicações que a classe dominada passou a ser objeto de preocupação da burguesia.

Ora, “A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos [...] Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como 'questão social’” (NETTO, 2011, p.154).

Daí que se coloca a importância da organização do proletariado enquanto sujeito político neste cenário. Os sindicatos, enquanto locus dessa organização, assumem relevante importância nesse momento, sinalizando a consciência política e o reconhecimento de classe em si e para si da classe trabalhadora. Pode-se dizer, portanto, que a luta de classes é o elemento constitutivo da “questão social”. Ela não se reduz apenas as consequências próprias do capital emergente do seu desenvolvimento, mas, se coloca, sobretudo, como expressão da luta de classes, tornando-se sujeito notável e uma ameaça concreta a classe burguesa pelo seu papel revolucionário.

Para Santos “as lutas de classe são ineliminavelmente constitutivas da “questão social”. Elas atingem o cerne do processo de sua produção: as relações sociais contraditórias e antagônicas entre

capitalistas e trabalhadores [...]” (SANTOS, 2012, p.30).

Pois bem, se o pauperismo ganha forma necessariamente a partir da emergência da sociedade burguesa, junto com ele a “questão social” aparece materializada no conjunto das mazelas próprias deste modo de produção, em suas sequelas, englobando o conjunto de desigualdades fundadas especificamente sob a relação entre capital e trabalho. Portanto, partindo dessa concepção é que se pode afirmar que o pauperismo, assim como a “questão social”, são insuprimíveis sob o marco do capital. Sua relação com este modo de produzir é intrínseca. Imaginar a solução da “questão social” sob a lógica do capital é o mesmo que pensar a sua manutenção e reprodução sem a acumulação (NETTO, 2008).

E vale dizer: a “questão social” ganha novas expressões e dimensões com o avanço dos níveis de acumulação. Tendo em vista que o pauperismo constitui-se como uma das expressões da “questão social” e resultado da relação contraditória entre trabalho e acumulação, à medida que o capital explora mais força de trabalho, é possível se chegar a um nível de excedente que, ao ser reinvestido na produção adquire novamente a forma de capital, o que permite que se avance a acumulação.

Portanto, à medida que o trabalhador transfere valor para as mercadorias produzidas, ele sofre um processo de empobrecimento. É assim próprio da dinâmica capitalista produzir pobreza à medida que produz, por outro lado, riqueza. É isto que Marx sugere a partir da lei geral da acumulação capitalista.

Isto porque, colocando em evidência a capacidade própria do trabalho humano em criar valor, o trabalhador começa a sofrer um processo de pauperização ainda no âmbito da produção, pois “o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, [...]. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens” (MARX, 2001, p.111).

Compreendemos, portanto, como se dá a relação entre “questão social” e pauperismo entendendo a gênese e os fundamentos históricos que colocam a pertinência dessa relação. Em linhas gerais, a relação entre “questão social” e pauperismo tem o seu entendimento hipotecado a delimitação da profundidade e largura das consequências advindas do conflito entre capital e trabalho, o que lança as bases para a materialização da primeira, em suas diversas facetas, inclusive dando concretude a segunda. Em outros termos, o pauperismo é, pois, expressão concreta da “questão social”. Aquele se liga à forma de como esta se estabelece neste modo de produção.

REFERÊNCIAS

CASTELO, Rodrigo. A teoria marxiana do pauperismo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Unicamp, 2006. Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx/anais_v.../Rodrigo_Castelo_Branco.pdf>. Acesso em julho de 2012.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Tradução de Schumann, B. A. São Paulo: Boitempo, 2010.

HOBBSAWM, Eric. J. A Era das Revoluções: 1879-1848. 25ª Edição rev. Trad. Maria Tereza Teixeira & Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem: do feudalismo ao século XXI. 22ª Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. O serviço social no processo de reprodução das relações sociais. In: Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 22ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl. Manuscritos Economicos-filosóficos. 1ª Edição. 3ª Reimpressão. Coleção a obra-prima de cada autor. Texto Integral. São Paulo: Martin Claret Ltda., 2001.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Desigualdade, Pobreza e Serviço Social. Revista Em Pauta, nº 19, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190>>. Acesso em setembro de 2011.

_____. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 8ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Josiane Soares. “Questão Social”: particularidades no Brasil. Biblioteca Básica de Serviço Social; vol.6. São Paulo: Cortez, 2012.

ARTIGO

▶ **VIVIANE MARQUES GUEDES**

UM NOVO OLHAR PARA PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS



RESUMO: Este artigo tem por objetivo promover uma breve reflexão sobre a concepção errônea a respeito das pessoas com transtornos mentais a partir da Reforma Psiquiátrica e a coparticipação do Serviço Social, tendo como suas principais conquistas: o ambiente terapêutico e outros espaços de assistências; amparados pela Lei Nº 10.216/2001 que dar legitimidade aos seus direitos.

Palavras chave: Reforma Psiquiátrica; Ambiente terapêutico; Direitos das Pessoas com Transtornos Mentais; Serviço Social e Saúde Mental.

Abstract: This paper aims to promote a brief reflection on the design error about people with mental disorders from the Psychiatric Reform and the co-participation of social work, having as its main achievements the therapeutic environment and other areas of assistance, supported by law No. 10.216 / 2001 to give legitimacy to their rights.

Tags: Psychiatric Reform; Therapeutic environment; Rights of Persons with Mental Disorders; Social Work and Mental Health.

INTRODUÇÃO

Historicamente no Brasil a Saúde Mental, ou seja, as pessoas com transtornos mentais eram vistos como loucos excluídos pela sociedade, família e estado por oferecerem perigos viviam isolados e encarcerados nos manicômios com mínimas condições de sobrevivência e total abandono. Com o advento da Reforma Psiquiátrica no Brasil que teve sua gênese nos anos 70, trouxe uma proposta de romper com o modelo vigente de assistência à saúde mental.

Tendo como prioridade a efetivação da cidadania das pessoas com transtornos mentais, apresentando denúncias das condições sub-humanas e atrocidades cometidas contra os internos, como também a precariedade e condições de trabalho dos profissionais da área. Este movimento tem por pano de fundo, a transformação das instituições que assistem as pessoas com transtornos mentais, e busca conscientizar a sociedade que todo indivíduo com transtornos mentais ao nascer é dotado de direitos, direitos estes assegurados a partir da Lei nº 10.216/2001, que contribuiu com profunda conscientização e humanização da sociedade como num todo.

Buscando um novo olhar e uma nova concepção a cerca do indivíduo, olhar esse clínico e ampliado rompendo com o modelo antigo respeitando seus saberes, dizeres, crenças e culturas, com um acolhimento humanizado através de uma proposta qualificada, tendo como porta de entrada: o PSF, NASF, o CAPS, CAIS, Consultório de Rua, Equilíbrio do Ser, PASM, e a família como a base prioritária para esse tratamento terapêutico, em sua adaptabilidade humana na sociedade e garantindo êxodo do tratamento, formando assim uma rede de cuidados. Proporcionando políticas públicas de qualidade e garantindo justiça social, assistindo o cidadão em sua totalidade.

1. REFORMA PSQUIÁTRICA

As legislações anteriores relacionadas à saúde mental no Brasil era baseada na Declaração de Caracas, documento norteador das políticas de Saúde Mental, na qual não tinham a preocupação de incluir as pessoas com transtornos mentais, e sim de excluir os denominando como loucos. De acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS - ONU, entendem-se como Transtornos Mentais e Comportamentais as condições caracterizadas por alterações mórbidas do modo de pensar e/ou do humor (emoções), e/ou por alterações mórbidas do comportamento associadas a angústia expressiva e/ou deterioração do funcionamento psíquico global. Os Transtornos Mentais e Comportamentais não constituem apenas variações dentro da escala do "normal", sendo antes, fenômenos claramente anormais ou patológicos.

No Brasil, a reforma psiquiátrica surgiu no fim da década de 70, é responsável pela transição do modelo centrado dos hospitais psiquiátricos para o modelo de atenção comunitária. Foi construída a partir I Conferência Nacional de Saúde Mental ocorrida em 1987, quando foram formuladas propostas para reestruturação da assistência em saúde mental pautada no modo psicossocial de cuidar. Em 1992, com a II Conferência Nacional da Saúde, a reforma psiquiátrica se tornou política oficial do país e as famílias passaram a integrar as comissões representativas junto aos órgãos institucionais. Nesta ocasião, o Ministério da Saúde, pela Portaria nº 224, propôs o atendimento à família em todos os serviços e a ampliação da rede de assistência mediante criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS), lares protegidos, serviços de urgências psiquiátricas, unidades psiquiátricas em hospitais gerais e hospitais especializados em psiquiatria(3). (JORGE; RAMIRES; LOPES; QUEIROZ; BASTOS, 2008)

No campo legislativo, destacamos o Projeto-lei nº 3.657/89 do deputado Paulo Delgado, denominado Lei da Reforma Psiquiátrica, sancionado em 2001 com a aprovação da Lei nº 10.216. Esta lei dispõe sobre os direitos e proteção das PTM, regulamenta a internação compulsória, contudo, contrariando o projeto original e atendendo a pressões dos grupos econômicos do poder, prevê a construção de uma rede de serviços alternativos ao modelo manicomial concomitante à construção de hospitais e à contratação de novos leitos. (JORGE; RAMIRES; LOPES; QUEIROZ; BASTOS, 2008)

Com a reforma, a modificação do modelo de assistência psiquiátrica levou a inclusão da família e, ao mesmo tempo, possibilitou-lhe desempenhar papel ativo nas comissões de controle social das políticas de saúde. Desse modo, há transformou em lugar estratégico e privilegiado das intervenções de reabilitação e reinserção psicossocial das PTM.

O debate da lei levou 12 anos, com várias pessoas que lidavam com essa questão da Saúde Mental e que defendiam a ideia de fazer uma Saúde Mental mais aberta na comunidade que respeitasse os direitos do

usuário. A lei enfim foi aprovada, sancionada e a partir daí, todas as medidas que se faz para criar uma psiquiatria aberta uma Saúde Mental Comunitária passaram a ser oficiais, antes da lei 90% do recurso eram destinados a hospitais e menos 10% seriam destinados a todos os serviços extra hospitalares ou comunitários.

Com a reforma, a modificação do modelo de assistência psiquiátrica levou a inclusão da família e, ao mesmo tempo, possibilitou-lhe desempenhar papel ativo nas comissões de controle social das políticas de saúde. Desse modo, a transformou em lugar estratégico e privilegiado das intervenções de reabilitação e reinserção psicossocial das PTM. (JORGE; RAMIRES; LOPES; QUEIROZ; BASTOS, 2008)

A Reforma Psiquiátrica de uma maneira geral vem atender não só aos interesses dos enfermos e seus familiares, mas também aos interesses de governos, haja vista que a manutenção de hospitais psiquiátricos acarreta dispêndio de altos recursos públicos. Não se pode ser ingênuo nessa seara e acreditar que tudo está sendo feito no melhor dos mundos e para o bem geral da nação. O Poder Público não pode tudo é certo, mas, a maioria da população que depende para sua sobrevivência dos serviços públicos de saúde e da assistência social, caso não encontre a sua disposição tais serviços gratuitos estará entregue à própria sorte.

2. AMBIENTE TERAPÊUTICO

Com o advento da Reforma Psiquiátrica, a assistência e a promoção de saúde as pessoas com transtornos mentais, tem na sociedade, na família e nos espaços terapêuticos a garantia de um melhor acolhimento, respeitando a sua autonomia. A reforma trouxe ambientes substitutivos como: CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), (SRT) Serviço Residencial Terapêutico; Pronto de Atendimento em Saúde Mental (PASM).

Os CAPS são instituições destinadas a acolher pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar e apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecendo-lhes atendimento médico e psicossocial. Um dos objetivos do Programa é possibilitar a organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no Brasil.

Os pacientes são atendidos de acordo com o Projeto Terapêutico Singular, que consiste em um tratamento específico para cada indivíduo, elaborado pela equipe. Além das consultas, o Projeto pode ser composto por diversas atividades, como oficinas terapêuticas e culturais, rodas de conversa e orientações individuais ou em grupo, entre outras.

“A expectativa dos profissionais dessas instituições era oferecer um cuidado personalizado ao pacientes, com a complexidade que cada caso requer, por períodos tão longos quanto o tipo da evolução de sua doença exigisse e sem afastá-los da família e da comunidade.” (GOLDBERG, 1998, p.12).

Existem diferentes tipos de CAPS: CAPS I e CAPS II: Atendimento diurno (segunda a sexta) de adultos com transtornos mentais; CAPS III: Atendimento diurno e noturno (24 horas) de adultos com transtornos mentais; CAPS Infantil I e II: Atendimento diurno (segunda a sexta) a crianças e adolescentes com transtornos mentais; CAPS Infantil III: Atendimento diurno e noturno à crianças e adolescentes com transtornos mentais; CAPS Álcool e Drogas: Atendimento diário à população com transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas, como álcool e outras drogas.

Sendo assim, o CAPS é um serviço que tem como estratégia a concretização do atual modelo político de Saúde Mental do Brasil, que pretende oferecer uma rede de serviço substitutiva aos hospitais psiquiátricos, capaz de responder as necessidades das pessoas com transtornos mentais, respeitando sua cidadania.

O Serviço Residencial Terapêutico (SRT) são casas localizadas no espaço urbano, constituídas para responder as necessidades de moradia de pessoas com transtornos mentais graves egressas de hospitais psiquiátricos ou hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico que perderam os vínculos familiares e sociais; moradores em situação de rua portadores de transtornos mentais severos desde que inseridos em projetos terapêuticos acompanhados nos CAPS. O número de usuários em casa SRT poderá variar de uma pessoa até um pequeno grupo de no máximo 8 (oito) pessoas, que deverão contar com suporte profissional sensível às demandas e necessidades de cada um.

Os SRTs estão vinculados aos CAPS ou a outros serviços ambulatoriais e terão prioridade na implantação de suas unidades nos municípios sede de hospitais psiquiátricos e com CAPS. Como parte integrante SRT está O Programa De Volta Para Casa que busca inserir a pessoa com transtornos mentais na sociedade, com o objetivo de garantir a assistência, o acompanhamento e a integração social fora da unidade hospitalar, e histórico de longa internação psiquiátrica – 2 (dois) anos ou mais ininterruptos em instituições psiquiátricas, Hospitais de Custódia ou residência terapêutica. É parte integrante deste Programa o auxílio-reabilitação no valor de R\$240,00 mensais, pagos ao próprio beneficiário durante um ano, podendo ser renovado se necessário.

O PASM é um dos meios pelo qual as PTM pode procurar, sendo esse um meio de emergência que funcionam 24 horas, para intervir na melhora da saúde mental, na qual se encontra as PTM no momento. A forma de abordar a pessoa com transtorno mental em um momento de emergência é tão importante que, se realizada com segurança, habilidade e qualidade é capaz de fazer a pessoa aceitar e aderir ao tratamento. Também, pode ser reproduzida como a principal tecnologia de um serviço de emergência, através dela, pode ser efetivada a escuta ativa pelo profissional, demonstrando o respeito à singularidade do paciente, lhe oferecendo respostas moldadas e cuidado de enfermagem decisivo. As ações de atenção devem estar articuladas a outros serviços disponibilizados pelo sistema, permitindo o adequado direcionamento dos

pacientes a outros serviços competentes. Este método de desenvolver o trabalho em saúde possibilita o acolhimento e contribui para constituir uma relação de confiança do usuário com o serviço e com os profissionais.

Ao considerar as novas mudanças que ocorrem na assistência em saúde mental no contexto da reforma psiquiátrica, quanto ao entendimento de doença mental, os métodos de tratamento e a inserção de novos serviços, aparece a necessidade de uma reflexão sobre a assistência prestada a estes pacientes. Integram-se nesses serviços, as unidades de atendimento em emergência nas quais cabe aos profissionais de saúde realizar a recepção de pessoas com transtorno mental, destacando sua importância na prevenção das dificuldades e verificação dos quadros agudos que apresentem risco de vida.

Nesta direção, emergência em saúde mental se refere a alguma perturbação do pensamento, sentimentos ou ações que precisam de uma intervenção imediata para defender a pessoa ou a terceiros do risco de morte. Dentre as situações de emergência mais encontradas, têm-se a atitude suicida, comportamento agressivo e distúrbios do pensamento e da imaginação, sendo que 20% das pessoas atendidas em serviços de emergência em saúde mental têm problemas de suicídio e 10% de comportamento agressivo.

O comportamento violento e agressivo exteriorizado pelo paciente provoca medo, ansiedade e insegurança naqueles que estão em sua volta, incluindo os profissionais. Entretanto, o medo de algumas pessoas relacionado a todos os pacientes psiquiátricos é desproporcional aos poucos que, realmente, constituem risco para os outros. O medo elevado nos profissionais pode dificultar o julgamento clínico e levar ao uso antecipado e em grandes quantidades de medicamentos calmantes e de restrições físicas, como as contenções no leito.

O tempo todo, o homem é cobrado e influenciado pelo meio social em que vive, e este meio também determina como ele deve agir pensar e se comportar. Se ele fugir as normas sociais consequentemente será punido pela sociedade, com isso o indivíduo é vigiado, por este motivo, sendo assim o nível de estresse ao qual é submetido todos os dias é alto, saindo às vezes do “normal” para “transtorno” o que passa a ser um risco, porém nem mesmo na condição de portador de transtorno mental e ou dependente químico, o indivíduo se livra da cobrança e do julgamento social, e como não pode mais obedecer às regras sociais, passa a ser excluído do convívio em sociedade. A família em muitos casos faz parte deste processo de exclusão do doente, muitas vezes por medo, desconhecimento, ou simplesmente pelo estigma de ter em seu convívio familiar um doente tido pela sociedade como alguém inútil, “louco” ou “drogado”. Percebemos as dificuldades e a carga psicológica na qual as famílias estão expostas, porém é essencial, todo e qualquer apoio nestes casos, sendo de suma importância seu envolvimento e participação durante todo o tratamento terapêutico

vivenciado pelo paciente ao longo de sua internação, a fim de conhecer e entender melhor a problemática.

3.O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO TERAPÊUTICO DO PACIENTE

A família são pessoas ligadas por laços afetivos, têm objetivos em comum. No caso desse funcionamento ser alterado, como quando um dos membros está internado, é natural que surjam dúvidas e insegurança em todo e qualquer membro da família. O apoio familiar é muito importante, sendo mais ainda durante o tratamento, porém esse papel no trato com o doente não é fácil, pois vários são os sentimentos que ela pode apresentar diante dessa situação, tais como culpa preconceito e incapacidade. Além do preconceito que os portadores de transtornos mentais e dependentes químicos sofrem da sociedade, eles também são submetidos aos da família, que se sente envergonhada pela sociedade pelo simples fato de não terem conseguido formar um indivíduo “saudável”. Os familiares tornam-se essenciais no processo de tratamento do doente, no entanto necessitam saber como lidar com as situações estressantes, evitando comentários críticos ao paciente ou se tornando exageradamente super protetores, dois fatores que reconhecidamente provocam recaídas. Torna-se muito importante que os familiares doseem o grau de exigências em relação ao paciente, porém sem deixá-lo abandonado, ou sem participação na vida familiar. Conhecendo melhor a doença e tendo um diagnóstico claro, a família passa a ser um aliado eficiente em conjunto com a medicação e a terapêutica trabalhada pela equipe multiprofissional.

O papel da família é importantíssimo em todas as fases do processo terapêutico, porém fundamental no início do tratamento onde o paciente ainda não percebe claramente que aquilo que acontece com ele é decorrente de uma doença, sendo que para este alucinações e delírios são reais, dizer ao paciente que tudo não passa de sua imaginação não resolve, ao contrario isso aumenta sua resistência ao tratamento. Tanto a família quanto a equipe responsável pelo paciente necessitam estar alinhadas objetivando adquirir confiança e vínculo, para que se estabeleça uma relação de confiança e de aceitação ao tratamento, o que ira garantir a efetivação do tratamento e conseqüente melhora. Podemos perceber que a recuperação de uma pessoa com transtorno mental ou dependente químico é um processo longo, e em muitos casos gradual e lento, no entanto em muitos casos são muito satisfatório.

Ao mesmo tempo em que se trata o quadro do paciente, a família deve receber toda atenção no sentido de ser orientada em sua abordagem ao paciente ou em sua dinâmica de relacionamento durante o processo terapêutico, visto que em muitos casos a família adocece em conjunto, sendo necessário um processo de apoio e orientação.

4.DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL

O direito à saúde mental segundo o Ministério Público é um direito fundamental do cidadão, previsto na Constituição Federal para assegurar bem-estar mental, integridade psíquica e pleno desenvolvimento intelectual e emocional. No Brasil, o direito à saúde mental é amparado pela Lei e já conta com o acesso gratuito e facilitado a vários serviços públicos de atenção e auxílio. Mas vale lembrar que depende, sobretudo, da existência de condições para uma vida digna, contando, assim, com a constante articulação de indivíduos, comunidades e da sociedade como um todo para a construção de uma realidade social mais justa. Uma Pessoa Pode adoecer mentalmente de formas diferentes, quanto aos sintomas, intensidades e maneiras de expressão no comportamento. Toda pessoa tem seus limites e, eventualmente, pode necessitar da atenção e cuidado de seus familiares e amigos para perceber que precisa buscar ajuda na rede de saúde mental. (Ministério Público).

É possível identificar uma situação de risco à saúde mental. Na maioria das vezes, uma mudança se faz notar na disposição diária da pessoa com a sua própria rotina de atividades, sobretudo em seu modo de interagir com os outros. A depressão é bastante comum, por outro lado há também a euforia, que volta a agressividade não a si, acompanhadas ou não de algum mal-estar físico, que acabam comprometendo o poder de concentração e a capacidade de realização da pessoa, acarretando baixo rendimento escolar ou no trabalho, agravamento de conflitos cotidianos e desarmonia nas relações familiares e sociais.

No caso de suspeita de transtorno mental, o auxílio pode ser buscado em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ou uma unidade do programa de Saúde na Família. Lá a pessoa é encaminhada para tratamento multidisciplinar com médicos, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, educadores físicos, além de técnicos de diversas áreas. Tomar remédios, conversar na Psicoterapia, praticar uma terapia corporal, pintar, desenhar e várias outras atividades podem ajudar. Os melhores resultados são obtidos quando esses tratamentos são feitos ao mesmo tempo e quando os profissionais trabalham de forma coordenada entre si.

A Lei 10.216/ 2001 indica uma direção para a assistência psiquiátrica e estabelece uma gama de direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais; regulamenta as internações involuntárias, colocando-as sob a supervisão do Ministério Público, órgão do Estado guardião dos direitos indisponíveis de todos os cidadãos brasileiros.

A Constituição Federal assegura como direito fundamental para o cidadão bem-estar mental, integridade psíquica e pleno desenvolvimento intelectual e emocional. Garantida e amparada pela Lei nº 10.216/2001, conta com acesso facilitado e gratuito aos espaços e serviços públicos, sem nenhuma forma de discriminação como assegura o Art. 1º:

“Art. 1o Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei,

são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.”

Durante o atendimento as pessoas com transtornos mentais, assim como seus familiares ou responsáveis, deveram ser devidamente informados e orientados sobre seus direitos, quanto à oferta dos serviços a ele prestados como gosta no paragrafo único do Art. 2o:

Art. 2º Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo. (PLANALTO)

Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:

I - ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;

II - ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;

III - ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração;

IV - ter garantia de sigilo nas informações prestadas;

V - ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária;

VI - ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;

VII - receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento; VIII - ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; “IX - ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental. (PLANALTO)

A Lei nº 10.216/2001, expressa claramente a inclusão da PTM sofrimento ou transtorno mental no elenco daqueles a quem, pública e juridicamente, reconhecemos a condição de titular do direito fundamental à igualdade, impondo o respeito de todos à sua diferença, ao considerar a internação, sempre de curta duração em quaisquer de suas modalidades, posto que, necessariamente vinculada aos momentos de grave crise, uma medida excepcional ao próprio tratamento, como consta no Art. 8. :

Art. 8o A internação voluntária ou involuntária somente será autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM do Estado onde se localize o estabelecimento. § 1o A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta. § 2o O término da internação involuntária dar-se-á por solicitação escrita do familiar, ou responsável legal, ou quando estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento. Art. 9o A internação compulsória é

determinada, de acordo com a legislação vigente, pelo juiz competente, que levará em conta as condições de segurança do estabelecimento, quanto à salvaguarda do paciente, dos demais internados e funcionários.

É certo que a lei federal nº 10.216/2001 foi uma grande conquista no âmbito do movimento social e legitima o processo de Reforma Psiquiátrica, ou seja, ela reconhece a assistência como direitos as pessoas com transtornos mentais, visto que, comumente, associam-se aos transtornos a pobreza, o desemprego, o analfabetismo as vulnerabilidades sociais em geral

Art 4º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

§ 1º O tratamento visará, como finalidade permanente, a inserção social do paciente em seu meio.

§ 2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral a pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.

Como esta bem claro na lei nº 10.216/2001 em seu Art 4º paragrafo 2 o estado deverá oferecer estrutura para a pessoa portadora com transtorno, significa dizer que esta estrutura deverá acontecer em qualquer lugar seja clinicamente ou em seu seio familiar também a mesma lei em seu Art. 12. diz que o Conselho Nacional de Saúde, no âmbito de sua atuação, criara comissão nacional para acompanhar a implementação desta lei ou seja que haveria uma fiscalização por parte do estado, mas o que vemos na real é que nada disto vem sendo cumprido, porque a falta de estrutura é notória nas casa de internação e muitas vezes na família por falta de subsistência.

5. SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL

Os anos 40 foi um marco histórico para o Serviço Social, pois o mesmo passa a ser parte integrante e coparticipante da equipe de profissionais da Saúde Mental, no entanto na trajetória desse processo, a profissão esteve desvalorizada, reduzindo a importância dessa profissão (BUSSULA; OLIVEIRA; VOLPATO).

É perceptível a diferença entre as antigas e as atuais atribuições do assistente social direcionada à saúde mental ao analisarmos, a atuação do profissional nos anos 50, em que o serviço social era exercido em hospitais psiquiátricos, mas em condição de inferioridade relacionado ao saber médico, as atribuições se resumiam a serviços de rotina e burocráticos que não ofereciam nenhuma ação transformadora na vida dos pacientes e seus familiares (BUSSULA; OLIVEIRA; VOLPATO). Por ter sua gênese conservadora a atuação da profissão em nada contribuía para mudar a realidade das pessoas com transtornos mentais, e assim reproduzindo o que lhe era posto.

É a partir da década de 70 que ocorreram mudanças

e transformações de grandes impactos tanto na saúde mental quanto para o Serviço Social. Considerando-se a complexidade dos serviços de saúde mental, os critérios nem sempre adequados na seleção dos profissionais da área, a insuficiência dos programas de educação permanente para os mesmos e a importância do assistente social (AS) na saúde mental como membro da equipe dos CAPS.

É preciso ressaltar que ainda existindo “assistentes sociais” que não sabem como aborta os objetivos de seu trabalho na saúde mental, o objeto do profissional não se exausta no PTM e na busca por sua cura, mas também as fragilidades e a importância de sua família. Cabe ao assistente social desvelá-las, pois neste sentido a Lei n. 10.216/2001, do Artigo 1º. O trabalho do assistente social com as famílias dos PTM deve estar direcionado ao fortalecimento dos vínculos para com o membro que necessita de atenção e cuidados especiais, ou seja, resulta no distanciamento e rejeição, prejudicando ambas as partes e muitas das vezes.

O AS se colocar a disposição da família para escutá-las, demonstrando atenção e importância para os diversos problemas. Cujo diferencial está na intencionalidade do AS que pode se deixar levar pelos limites institucionais e outros desafios a serem superados ou então propor e efetivar mudanças na realidade dessa família vítima da exclusão social. É necessário ao assistente social reconhecer seu próprio valor, saber o que está fazendo, criar um discurso profissional, publicar idéias, lutar por seus princípios, fazer alianças, se expor profissionalmente em Saúde Mental. O seu trabalho resume-se a visitas domiciliares, entrevistas e encaminhamentos, reduzindo a importância e necessidade da profissão perante a sociedade, pois que se não estiverem acompanhados de uma intencionalidade, de fato não farão sentido algum. Objetivos colocados pelo Serviço Social e, portanto distanciando-se da luta pela efetivação de direitos sociais que contemple a transformação da realidade (BUSSULA; OLIVEIRA; VOLPATO).

Cabendo ao assistente social disponibilizar mecanismos para que essa família tão vitimada pela a exclusão. O profissional deve em seu cotidiano materializar os seus princípios éticos que priorizam a emancipação, autonomia, luta contra o preconceito e discriminação, busca ao acesso a serviços e programas de qualidades provenientes das políticas sociais, entre outras questões que tanto se aproximam da realidade do PTM e suas famílias.

CONCLUSÃO

A reforma psiquiátrica sem dúvidas trouxe avanços e conquistas para a saúde mental, pois levou a enxergar o outro além das suas diferenças e complexidades. Qualquer ser humano está sujeito a ser acometido por surtos ou transtornos mentais. Por se tratar de uma enfermidade da alma causa muita dor, aliada a isso a distância e o sentimento de medo da sociedade faz com que se agrave ainda mais, interferindo de forma

preconceituosa a vivência desses indivíduos. Entendemos ainda que a reforma nos traz um modelo diferenciado no que tange o tratamento humanizado, como preconiza os direitos a saúde na qual se faz notória a crescente falta de conhecimento e a negação desses serviços nos equipamentos públicos na linha de cuidado e a ausência de um projeto político pedagógico a cerca da saúde mental.

Foram vários avanços com descrição e diretrizes dentro de uma estrutura programática que merece ser louvável e admirável, mas existe uma distancia entre essas políticas pensadas, elaboradas e escritas, com a falta de dificuldades ou agilidade na sua implementação. Considerando as dificuldades de acesso a esses serviços de saúde pública.

É importante salientar que a família é de fundamental importância para o estado no qual se encontra a PTM por vários fatores; entre eles o vínculo familiar, sentimentos e apegos culturais, ou seja, lhe proporcionando uma elevação de autoestima fazendo com que ele sintam-se um individuo produtivo.

Entendemos ainda que devemos levar em consideração três vertentes: primeiro a família na condição de estrutura base; segundo a sociedade como meio de sociabilidade e inclusão social, pois esse ser social é fruto dessa sociedade; terceiro o papel do estado em suas três esferas governamentais e suas instituições com políticas públicas que cheguem a esse público alvo, em especial as pessoas com transtornos mentais. Tendo como principio a constituição vigente em nosso país que referenciando a saúde/doença nos garante que: "saúde é um dever do Estado e direito de todos", nesse último caso entra no cenário um terceiro personagem que é o Serviço Social, com um pensamento munido de intensas transformações no que tange ao pensar a cerca do ser humano, embasado na teoria de Marx. Sendo o Assistente Social o profissional que servirá como elo de ligação da pessoa com transtornos mentais à efetivação de seus direitos.

REFERÊNCIAS

CARTILHA DIREITO À SAÚDE MENTAL. Disponível em: <http://www.abrata.org.br/new/arquivos_folder/cartilhadireitossaudemental.pdf>. Acesso em 05 de Abril de 2015.

CAPS- UM NOVO OLHAR. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g6rdAhXR6IE>. Acesso em 15 de Abril de 2015.

FAMÍLIA.DISPONÍVELEM:<[HTTP://WWW.SCIELO.BRBR/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI_ARTTEXT&PID=S0080-62342011000200028](http://WWW.SCIELO.BRBR/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI_ARTTEXT&PID=S0080-62342011000200028)>. ACESSO EM 20 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 10.216/2001, DE 06 DE ABRIL DE 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm>. Acesso em 10 de Abril de 2015.

Oliveira, Dayane Aparecida Lacerda, Luci Martins Barbatto Volpato, and Dayane Aparecida Lacerda Volpato. "O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AOS PORTADORES DE TRANSTORNO

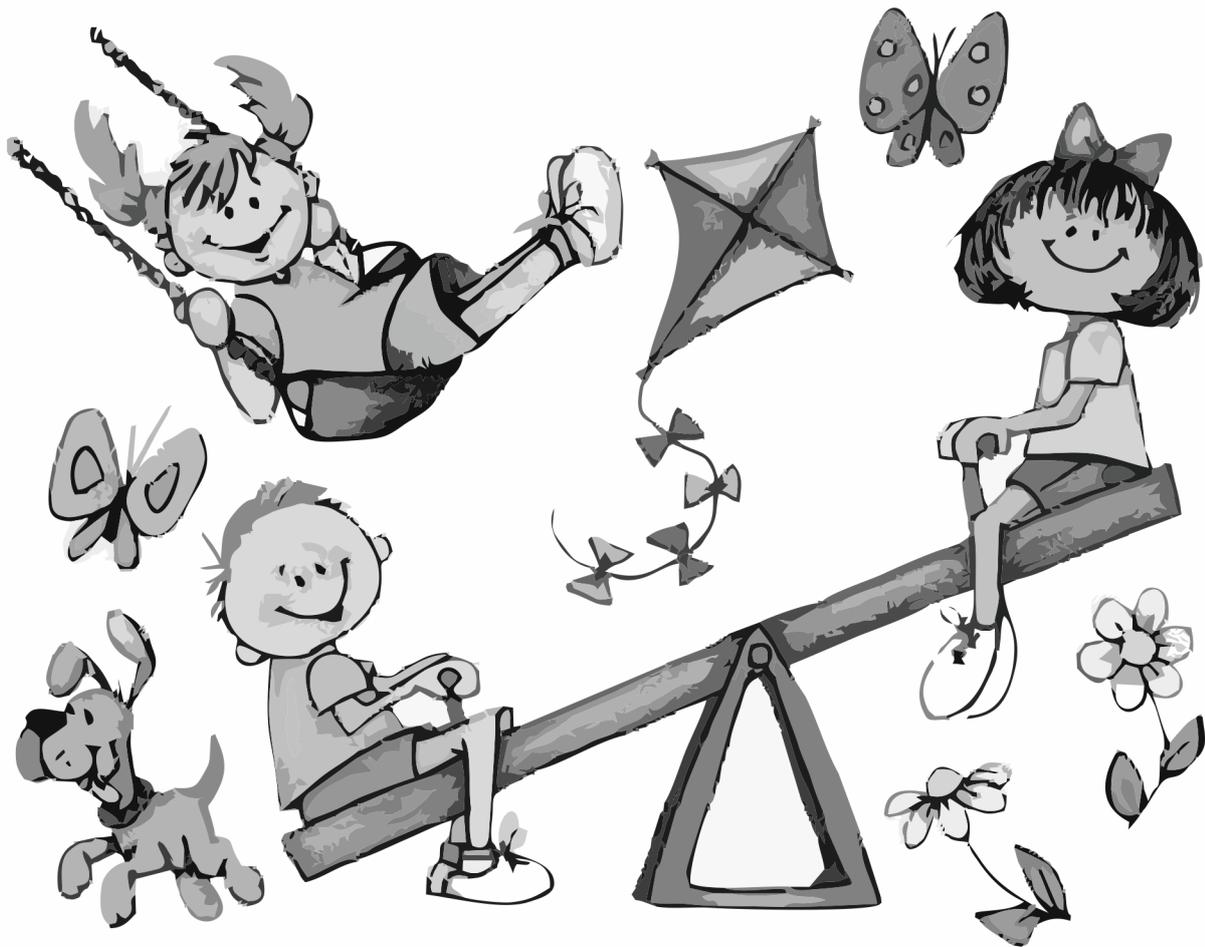
MENTAL E SUA RESPECTIVA FAMÍLIA." ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498 5.5 (2010).

O que são Transtornos Mentais. Disponível em: <<http://www.psiqweb.med.br/site/?area=NOL/LerNoticia&idNoticia=230>>. Acesso em 11 de Abril de 2015.

Autor(a):

▶ BENILDES PEDRO DA SILVA

ARTIGO
**A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NAS
SÉRIES INICIAIS**



RESUMO: O objetivo deste artigo é o de ressaltar a importância do uso de métodos lúdicos no que se refere a promoção e efetivação do processo de ensino-aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental, assim como também explicitar as positivas contribuições dos jogos e também das brincadeiras no processo educacional para que se possa atingir um objetivo específico, bem como promissor. Sabemos que os jogos constituíram sempre uma forma de atividade do ser humano, tanto no sentido de recrear, como também no sentido de educar ao mesmo tempo. A relação entre o jogo e a educação é antiga. Os Gregos e os Romanos, por sua vez, já falavam da importância do jogo para a educação da criança. Portanto, a partir do século XVIII é que se expande a imagem da criança como sendo um ser distinto do adulto, e, deste modo, o brincar passa a se destacar como sendo algo típico da idade.

Palavras-chave: Atividades lúdicas. Jogos. Ensino-aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

As atividades lúdicas vêm sendo bastante exploradas, principalmente, nos últimos anos por diversos estudiosos, bem como pensadores da educação. Grande parte entra em consenso ao afirmar que as atividades lúdicas representam um conjunto de ações significativas capaz de promover não apenas um simples avanço, mas também o aceleração do desenvolvimento da criança.

As atividades doravante denominadas de brincadeiras, surgiram no período pré- histórico, quando se promovia festividades ao se iniciar atividades várias, a exemplo das danças, tiros religiosos, caça, etc. Tempos depois, meados do final do século XVII e início do século XVIII, foi fundado na Alemanha um estabelecimento de ensino com o intuito de melhor realizar as aplicabilidades dos ideais do filósofo Rousseau.

Tal estabelecimento recebeu o nome de Philantropinum e nele se realizaram trabalhos de cunho manual, intelectual, bem como também, atividades recreativas (SILVA, 2009).

Vygotsky (1990, p. 87), assegura que:

Quando está a brincar, a criança, espontaneamente, utiliza sua habilidade de promover a separação do significado de um objeto sem ter consciência de que está a fazer isso, da mesma forma como também não tem consciência de que está falando em prosa, todavia, fala sem prestar atenção nas palavras. Deste modo, a partir de conceitos ou de objetos, as palavras se tornaram partes de uma coisa.

Dependendo do sentido, uma criança quando está brincando se encontra livre para designar suas próprias ações, contudo, em outro, trata-se de uma liberdade que não é real, haja vista que suas ações se encontram, certamente, subordinadas aos significados das coisas e estas agem de acordo com

eles.

De acordo com este contexto, diversos questionamentos surgem, tais como: sendo as práticas e atividades lúdicas de grande valia para os alunos da educação infantil, por qual motivo elas quase inexistem no nível de ensino que sucede este, ou seja, no ensino fundamental? Não seriam as atividades lúdicas fortes aliadas para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem? Por algum motivo, razão ou circunstâncias, os discentes do ensino fundamental deixam de ser crianças, e por isso a presença das atividades lúdicas, assim como das brincadeiras, não devem acontecer?

O presente estudo pretende, de modo geral, promover uma reflexão acerca da importância do lúdico nas séries iniciais, no que toca ao avanço das atividades pedagógicas voltadas para as crianças não importando se elas já se encontrem no ensino fundamental.

Ademais, por meio de objetos peculiares se buscou absorver as postulações dos mais renomados teóricos e suas parcelas de contribuição em relação à importância do lúdico no que se refere ao progresso de ordem física, cognitiva, moral e até mesmo ética das crianças que se encontram com idades de acordo com o nível de ensino fundamental.

2. A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NAS SÉRIES INICIAIS

Com o passar dos últimos anos, se percebeu que os jogos se tornaram objetos de estudo e também de pesquisas, haja vista que vários teóricos os consideraram significativas no processo de desenvolvimento do indivíduo na educação infantil.

Do ponto de vista natural as crianças são completamente levadas às brincadeiras múltiplas, para tanto, não se julga necessário, que sejam estabelecidas normas ou padrões fixos. Também não é necessário que se expressem ordens para que a criança brinque. As brincadeiras são muito significativas para os indivíduos infantes, pois através das mesmas, diversos benefícios podem ser adquiridos como, por exemplo, o desenvolvimento intelectual, emotivo. Além disso, vale ressaltar também que através das brincadeiras se aprimoram as habilidades e capacidades motoras.

O lúdico atua como hiperônimo de brincar, destarte, também envolve a atividade individual e coletiva independente de ser livre ou constituída de regras. De forma geral a palavra “ludicamente” é relacionada pelos profissionais de educação a advérbio de modo prazerosamente ao invés do termo livremente. O que é prazeroso resulta do que possui caráter livre, gratuito; sendo assim, pode muito bem se referir a toda e/ou qualquer atividade.

De forma contrária, a imposição automaticamente pode fazer com que a atividade se apresente desprovida de prazer, o que configura um aspecto negativo, uma vez que as atividades que trabalham o

lúdico são extremamente positivas para a criança, haja vista que elas possibilitam as transfigurações de ordem qualitativa no psicológico da criança.

De acordo com Vygotsky (1990, p.43)

Para que as atividades lúdicas se tornem educativas elas devem despertar o interesse do discente pela disciplina. Deste modo, aos professores competem a tarefa de aproveitar do lúdico ao passo que atuam como facilitadores da aprendizagem; pois tais atividades condicionam o despertar do gosto pela vida.

O anseio de aprender conduz a criança ao sucesso ou até mesmo ao fracasso escolar. Neste sentido, as atividades lúdicas atuam como elementos essenciais, no que se refere ao incentivo pela vontade de aprender que, por sua vez, se trata de algo tão buscado pelas crianças e, muitas vezes esquecido, infelizmente.

Diversas pesquisas evidenciaram a importância da ludicidade para a garantia de êxito na efetivação do processo de ensino-aprendizagem. Quando a ludicidade é praticada para fins educacionais, um leque de oportunidades surge para que as crianças desenvolvam o seu lado afetivo, expressem os seus sentimentos e absorvam conhecimentos. Por meio do lúdico os espaços para a ação simbólica são delineados, assim como os espaços que abordam as ações de linguagem.

Neste sentido, Queiroz (2010) salienta que as atividades lúdicas são fundamentais para a criança, haja vista que instiga a inteligência, a capacidade imaginativa e criatividade. Além disso, auxilia no exercício de atenção, concentração, contribuindo significativamente para a efetivação da motricidade infantil. Por sua vez, Kishimoto (2002, p.26) confirma o que foi mencionado ao salientar que:

A partir do momento que a livre manifestação do imaginário infantil é permitida através de objetos simbólicos que se encontram dispostos e forma intencional, a função pedagógica fornece subsídios ao desenvolvimento integral da criança. Neste contexto qualquer jogo apresenta caráter de cunho educativo, podendo receber a denominação de jogo educativo, desde que respeite a natureza do ato lúdico em si.

Sendo assim, podemos inferir que os jogos e também as brincadeiras exercem influências positivas e notáveis na vida de toda a criança, sobretudo, naqueles que se encontram nos anos iniciais, até porque, por meio destes a criança pode estabelecer contato com várias circunstâncias, o que certamente possibilita o desenvolvimento linguístico, intelectual, emocional, ético, moral, social, etc.

Quando se está com um ano e meio até três anos de idade, a criança se põe a imitar certas ações do dia-a-dia, atribuindo vida aos objetos com os quais tem contato. As imitações primeiras realizadas pelas crianças resultam de suas observações do mundo

adulto e geralmente configuram exemplos de imitação de modelo que lhe estão próximos, tais como os seus pais, irmãos e demais parentes e indivíduos com os quais a criança convive. Primeiramente a criança analisa as gesticulações das pessoas para em seguida imitá-la de um modo mais simples.

A partir dos quatro anos de idade, até os sete, os jogos simbólicos estabelecem uma aproximação maior com a realidade. Enquanto se encontra nesta fase, a criança procura satisfazer os seus anseios e prazeres através da representação simbólica, isto é, do mágico, atribuindo aos objetos um outro significado. Deste modo, rapidamente, uma pedra se transforma em uma chave, um pedaço de madeira se torna um navio; qualquer objeto passa a ser possível, uma vez que a criança transforma outros objetos de acordo com seus desejos e necessidades.

Sendo assim, ela aprende agindo a partir da experimentação de diversos papéis sociais que são exercidas tendo como ponto de partida a observação do mundo dos adultos. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil -RCNEI (BRASIL, 1998) - assegura que pelo fato de ser tão imprescindível para o desenvolvimento infantil, o jogo, isto é, o lúdico se torna um assunto que recebe bastante interesse por parte dos profissionais da educação.

Isso explica o motivo pelo qual o jogo se tornou objeto de interesse de educadores, psicólogos e pesquisadores, visto que se mostram de grande importância para as crianças e também por se mostrar como sendo uma ideia prática auxiliar do desenvolvimento infantil, capaz de construir e também potencializar os conhecimentos.

Sobre este contexto, Piaget (1998, p. 67) evidencia que:

É a atividade lúdica o local de nascimento das diversas atividades de cunho intelectual da criança, portanto, ela é fundamental para a prática educativa. Ademais, a função da brincadeira no que se refere ao desenvolvimento da criança é o de promover a transfiguração dos espaços, bem como dos objetos de lazer. Em decorrência da crescente urbanização e diversas mudanças no seio da dinâmica da família, percebe-se que a educação não mais ocorre apenas no próprio lar ou nos arredores da vizinhança, mas também por meio da realização coletiva nas escolas.

Deste modo, a partir do exposto, notamos que, tendo em vista as peculiaridades das crianças, assim como a representação tanto da brincadeira, quanto da ludicidade para a vida delas, destacamos que a instituição escolar possui um papel extremamente significativo e essencial.

Martins (2009, p. 33) considera que "os povos da antiguidade já possuíam consciência da importância das brincadeiras", visto que na Grécia Antiga, Aristóteles já havia estabelecido a classificação do homem de três formas distintas, a saber: homo

sapiens, a partir do momento que conhece e também aprende, homo faber, a partir do momento que produz e homo ludens, ou seja, o que usufrui das brincadeiras. De acordo com tal classificação, não há prevalência de um sobre o outro.

Para Luckesi (2005, p. 45), a ludicidade se dimensiona para além da ideia de mero lazer que se encontra fortemente limitado às experiências de ordens externas. Segundo o teórico:

Quando definimos a ludicidade como sendo um mero estado de consciência, na qual a experiência se dá em estado de plenitude, de modo algum estaremos falando das atividades que podem ser consideradas como sociológicas e culturais, ou seja, objetivas e lúdicas em si, a exemplo dos jogos ou outras coisas semelhantes. Todavia, estaremos tratando do estado interior do sujeito que está a vivenciar a experiência de natureza lúdica. Até mesmo quando o sujeito está a vivenciar tal experiência com outros indivíduos, a ludicidade é de natureza interior. Destarte, o ato de partilhar e de conviver com outras pessoas, certamente, lhes oferecem sensações de prazer, contudo, esta sensação se configura como sendo interior de cada indivíduo, mesmo que o grupo se harmonize, o grupo, enquanto grupo não sente, mesmo assim, acrescenta e acaba englobando um sentimento que acaba se tornando comum. Entretanto, em último caso quem acaba sentido é o sujeito. (LUCKESI, 2005, p.45)

Por sua vez, os teóricos, Soares & Porto (2008) defendem o mesmo conceito de ludicidade que Aristóteles, concebendo o lúdico como sendo um fenômeno que possibilita o indivíduo se sentir em sua totalidade sem que haja difusão expressa entre o pensamento, razão e emoção. Deste modo, a ludicidade se mostra como sendo as atitudes dos indivíduos, ao contrário de ser algo próprio de alguém.

Estes mesmos estudiosos ainda definem as atividades lúdicas como sendo expressão que se encontra relacionada aos jogos, ao brincar, às festas o que certamente provoca alegria, satisfação prazerosa, bem como também espontaneidade. Entretanto, não é basicamente pelo simples fato de disponibilizar atividades com jogos e brincadeiras que a ludicidade se mostrará presente. Para Canda (2008) todo ato espontâneo em que o indivíduo se sente por completo é caracterizado como sendo uma ação lúdica. Ela ainda assegura também que:

A atividade pode ser tratada como lúdica a partir do momento em que o indivíduo passa a se sentir por inteiro, isto é, quando os sentimentos, a imaginação e o conjunto de ações agem de modo integrado no momento em que a atividade acontece. Desse modo, ao ouvir uma canção musical que transmite uma sensação prazerosa, ou até mesmo de reflexão sobre a vida, por exemplo, de forma que possibilite a execução de novas percepções sobre a realidade,

pode-se dizer que o simples ato de ouvir a música constitui uma experiência lúdica. (CANDA, 2008, p. 143)

O ato de brincar é abordado pelos estudiosos Almeida e Shigunov (2002) como sendo uma característica nata do indivíduo humano e que, por sua vez, pode ser entendida tanto por crianças, quanto por adultos cobrando-lhes atenção por um dado período de tempo que oscila dependendo da faixa etária do sujeito. Os mesmos teóricos ainda conceituam o lúdico como comportamento de origem espontânea ao se praticar atividades diversas, tais como, jogos onde os próprios participantes elaboram e fixam as normas. Os objetos identificados como sendo próprios para as brincadeiras, assim como também o contato com brinquedos vários provocam na criança, estímulos para que ela possa agir, representar e imaginar.

De acordo com tal perspectiva, Queiroz (2010) evidencia que:

O professor deve estar consciente de que as atividades lúdicas e as brincadeiras trazem benefícios para a interação entre as crianças, assim como também entre as crianças e os adultos, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento motor, emotivo, social e cognitivo. (QUEIROZ, 2010, p.28)

Deste modo, percebe-se a importância do lúdico. A respeito do mesmo, Tezani (2008) salienta que:

(...) a ludicidade é fundamental e muito importante na infância, haja vista que a criança necessita de brincadeiras, de jogos e de criar para que possa se desenvolver e manter equilíbrio com o mundo. Sendo assim, é necessário que o professor adquira a concepção de que inserir brinquedos, jogos, bem como outras brincadeiras ao desenvolver a prática pedagógica é extremamente fundamental, uma vez que traz grande contribuição para que a criança desenvolva a aprendizagem e o pensamento. Por meio de tais atividades a criança se ver capaz de vencer os seus próprios limites, equilibrando-se ainda mais com o mundo em que vive, relacionando-se cada vez mais de forma próxima para com o mesmo. (TEZANI, 2008, p. 66)

Deste modo, fica mais que notável que a função do professor é de imensa relevância, pois cabe a ele o pape de relacionar os jogos e as brincadeiras a fim de serem adequadamente trabalhadas com as crianças. Freire (2011) corrobora que:

Há um mundo muito amplo e totalmente rico de cultura infantil, dotado de movimentos, de jogos fantásticos e magia que é simplesmente bastante ignorado pelas instituições educacionais.

A instituição escolar, sobretudo, até 5º ciclo do 1º grau é repleta de alunos que possuem como especialidade maior, a prática do brincar. (FREIRE,

2011, p. 52)

Isto, certamente, configura um exemplo muito claro de grande perda, uma vez que um significativo conhecimento está a ser desprezado e, portanto, não é aproveitado pelo currículo escolar. Negar a cultura infantil representa sem sombras de dúvidas, mais uma das diversas cegueiras e descasos do sistema de ensino vigente. Simplesmente, esquecem de que tanto o corpo como a mente do indivíduo, que devem ser concebidos como importantes componentes capazes de integrar um organismo em sua unidade. Desta forma, percebemos a importância de se desenvolver atividades lúdicas, com o intuito de contribuir significativamente para a evolução e o desenvolvimento dos discentes, visto que ajuda para que o conhecimento se forme e seja mais bem assimilado.

Freire (2011) é bastante convicto em seu discurso ao afirmar que:

Quando viaja pelo mundo da fantasia, a criança se direciona para caminho longínquos. Sendo assim, conhece diversas coisas que os adultos já viveram e esqueceram. Por muitas vezes a criança vai bem mais além do que os adultos. Entretanto, existem pessoas mais velhas que acabam se enveredando pelo mundo fictício, se tornando capazes de trazer deste mundo certos conhecimentos que acabam revolucionando o mundo. Certamente, é uma grande pena que os homens deixem suas fantasias caírem no mundo obscuro e inacessível do esquecimento. (FREIRE, 2011, p. 32)

O que é bastante intrigante e, certamente, desperta a nossa atenção é que a criança se embasa na realidade para que possa vivenciar suas fantasias, até porque a nossa imaginação é dependente dos traços delineados a partir da experiência que adquirimos na realidade, de acordo com nossa cultura. Ainda para Freire (2011, p. 34):

Quando está imaginando a criança não encontra absolutamente nada capaz de interpor sua fantasia, no entanto, no momento da execução da ação corporal que está consigo, nota-se que existe um esforço de nivelamento com o mundo externo. Trata-se de uma espécie de acompanhamento, vamos por assim dizer. De outro lado, vemos que a ação imaginada não se origina na mente de forma exclusiva e única, mas exatamente na relação real que a criança estabelece com o mundo. (FREIRE, 2011, p. 34).

Sendo assim, percebemos o quanto o brinquedo da criança, com toda sua simbologia, é extremamente importante para a mesma, contribuindo para o seu desenvolvimento tão significativo e amplo que todos os esforços analíticos são insuficientes para que se possa entender a totalidade de possibilidades existentes.

Temos consciência de que as mais significativas e

valiosas aquisições realizadas pelas crianças são obtidas no brinquedo ou por meio dele. Tais aquisições, futuramente, em transformação em seus níveis básicos de ação real e de moral. Pesquisas realizadas a respeito da aprendizagem e do desenvolvimento infantil corroboram que o momento em que a criança chega à unidade escolar, traz consigo toda sua pré-história que, por sua vez, foi originada a partir de suas experiências.

A maior parte destas experiências pode ser observada por meio de processo e de atividades lúdicas. Sendo assim, percebe-se o quanto a ludicidade se configura em uma interessante e significativa metodologia que auxilia na diminuição dos expressivos índices de abandono e reprovação dos discentes na escola, visto que a prática de atividades lúdicas possui a capacidade de contribuir positivamente para que os resultados adquiridos pelos alunos apresentem melhoras. São estas atividades lúdicas que atuam como verdadeiras mediadoras das progressões e contribuições para que a sala de aula se transforme em um ambiente verdadeiramente agradável e favorável à efetivação do verdadeiro processo de ensino e aprendizagem.

Não apenas a criança, mas também o jovem demonstra oposições em relação à instituição escolar, bem como ao ensino praticado pela mesma, pelo fato dela não trabalhar a ludicidade, se mostrando, então como algo não prazeroso e que, portanto, deve ser evitado. Diversos estudos e pesquisas ressaltam que é por meio das atividades lúdicas que o discente explora sua capacidade de criação, apresenta melhoramento de sua conduta no que toca ao processo de ensino e aprendizagem em si. O indivíduo dotado da capacidade de criação se configura como um importantíssimo elemento para que a sociedade funcione de fato, visto que é este indivíduo o responsável por efetivar a descoberta, inovar e produzir alterações de várias ordens no meio em que vive. Ademais, a melhor forma de a criança aprender é participando de brincadeiras, deixando-se levar pela fantasia.

O lúdico, certamente, representa uma necessidade do sujeito humano não importando a idade em que o mesmo se encontre e sendo assim, de modo algum poderá ser enxergado como mera diversão. O desenvolvimento da aura lúdica em si possibilita uma aprendizagem mais satisfatória e significativa, além disso, também é capaz de contribuir para o desenvolvimento do ser humano, da sociedade da qual o mesmo faz parte, bem como também de sua cultura. O lúdico ajuda para a obtenção e manutenção de boa saúde mental, tornando mais fáceis os processos de socialização, de comunicação e de rendimento das competências cognitivas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo educacional de forma lúdica contribui de forma bastante significativa e satisfatória

na formação do discente, tronando possível que o mesmo cresça alegre e sadio, levando consigo tal enriquecimento não apenas pessoal, mas, sobretudo, cognitivo.

As atividades lúdicas apenas contribuem juntamente com o educador, haja vista que por meio delas, é possível educar com criatividade, desprovido de monotonia, adquirindo cada vez mais novas formas de se trabalhar de acordo com a realidade do discente. Sendo assim, podemos concluir a partir do que vimos e discutimos que a educação representa um amplo processo de vida, mas jamais será um simples processo de preparação para a mesma que estará por vir, em tempo futuro.

A instituição escolar tem o dever de representar a vida e seu tempo presente. Ou seja, vida dotada de realidade latente e fortemente vital para a criança, comparada à vida que a mesma possui em sua residência e também em suas brincadeiras.

Neste contexto, fica claro que as atividades lúdicas são práticas bastante privilegiadas para que se possa aplicar e desenvolver uma educação que objetive o desenvolvimento do indivíduo enquanto pessoa e enquanto sujeito ciente de seu papel na sociedade, fazendo com que se mostrem cada vez mais participativos, dinâmicos e envolvidos com o mundo no qual vivem.

CANDA, Cilene Nascimento. As Atividades Lúdicas na Alfabetização Político-Estética de Jovens e Adultos. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador. v.15, n. 25, jan./jun. 2008.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física. São Paulo: Scipione, 1999.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, Cipriano. Estados de consciência e atividades lúdicas. In: PORTO, Bernadete (Org.). Educação e ludicidade. Salvador: UFBA, 2005.

MARTINS, Marilena Flores. O Homem lúdico. São Paulo. Martins Fontes, 2009.

PIAGET, Jean. A Psicologia da criança. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

QUEIROZ, Marta Maria Azevedo. Educação infantil e ludicidade. Teresina: Edufpi, 2010.

SILVA, Nivaldo P. da et al. Segmentação de mercado turístico: a importância do lazer e recreação no turismo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. Ponta Grossa, 2009.

SOARES, Ilma M. F.; PORTO, Bernadete de S. Se Der a Gente Brinca: crenças das

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana C. P. C. de; SHIGUNOV, Viktor. A Atividade Lúdica Infantil e Suas Possibilidades. In: Revista da Educação Física. Maringá. v. 11. n. 01, 2002.

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. v. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

ARTIGO

► ANABEL LÚCIA LOPES DA SILVA

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COM A LITERATURA DE CORDEL EM SALA DE AULA PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES



RESUMO: A Literatura de Cordel, mesmo configurada como sendo uma literatura de origem modesta, apresenta, em sua essência, uma aura classicista, que almeja a exatidão, do ponto de vista poético, e ainda é considerada como portadora de um propósito educativo. O cordel caracteriza um exemplo de poesia oral, contudo exerce uma influência notável na escrita, haja vista a exigência de atendimento à norma gramatical culta da língua, desde que não se trate de cordel que estabeleça relação para com a poesia matuta, obviamente. A competência para, dos fatos mais simples do cotidiano, extrair não apenas histórias, mas também alegorias diversas, sem trazer à lume uma visão totalmente crítica e irônica, corrobora de forma muito significativa para que o indivíduo humano desenvolva virtudes fundadas na mera intuição emotiva que, por sua vez, se coloca muito além dos atos humanos. O objetivo do presente trabalho é o de estabelecer uma reflexão a respeito da Literatura de Cordel, bem como do seu valor para a sala de aula no que toca à linguagem, discurso, valores sociais e, principalmente, do incentivo à leitura e a escrita. Para a realização do presente trabalho, foi adotada reflexões teóricas postuladas por Mikhail Bakhtin, Fiorin, Márcia Abreu e de outros autores, com intuito de melhor compreender a literatura de cordel, a exemplo do estudioso Manoel Diégues Júnior.

Palavras-Chave: Gênero do discurso; Literatura de cordel; Leitura; Escrita;

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a leitura e a escrita, assim como também os valores sociais representam exemplos de elementos extremamente indispensáveis no que se refere ao processo de formação escolar, elas carecem da atenção especial dos professores não apenas de língua, mas de diversas áreas do conhecimento. Cabe à escola o papel de originar um círculo, de fato eficaz, com o intuito de promover a melhoria da aprendizagem global do discente por meio de tais elementos fundamentais, conforme está supracitado.

É imprescindível que os professores não se limitem a realizar e disponibilizar aos seus alunos uma leitura de materiais que se encontre no âmbito da sala de aula apenas. Outros horizontes precisam ser alcançados. Neste contexto, “a leitura de mundo torna-se uma aliada fundamental para que o indivíduo possa compreender a realidade na qual ele se encontra inserido” (FREIRE, 1985). A leitura e a escrita, **f u n c i o n a m c o m o e l e m e n t o s** possibilitadores/facilitadores do acesso à maior parte da cultura humana. Não basta apenas reproduzir as palavras enquanto som, é essencial compreendê-las. Entretanto, para que tal objetivo possa ser alcançado é necessário utilizar diversas formas e meios com o propósito de atender aos interesses das crianças e dos jovens. Destarte, o uso de técnicas mais variadas possíveis funcionam como aliadas para que os

discentes despertem o interesse pela leitura, assim como também pela escrita. Entre essas técnicas que possuem o propósito de fazer com que os discentes adquiram o hábito e sintam prazer pela leitura se encontra a Literatura de Cordel que, enquanto gênero discursivo, apresentando uma linguagem simples, acessível, escrita um tanto curta e que dialoga com a realidade de forma muito constante, possui a capacidade de não apenas de despertar, mas também de facilitar a leitura.

Enquanto gênero do discurso, o Cordel facilita a memorização, o que está fortemente ligado a compreensão daquilo que é lido, uma vez que só é possível adquirir gosto e apreciar aquilo que se compreende. Destarte, a apropriação da leitura passa a se materializar de forma efetiva. Ademais, vale salientar que o fato das palavras estarem basicamente restritas ao som de forma alguma irá determinar de modo único as formas de expressá-las, mas também os métodos de pensamento, bem como o de estocagem do conhecimento a ser formado e/ou adquirido.

Neste contexto, o presente trabalho pretende estabelecer reflexões diversas a respeito da Literatura de Cordel, assim como também de sua importância para a sala de aula, principalmente, no que se refere aos diversos elementos, tais como a linguagem, o discurso, os valores sociais, o incentivo à leitura e a escrita. Para tanto, adotamos como metodologia a revisão bibliográfica e literária, por meio das quais pudemos estabelecer contato com diversas considerações postuladas por teóricos distintos, além da proposição de atividades com intuito de demonstrar, com mais afinco, as diversas possibilidades existentes de se realizar o trabalho com a Literatura de Cordel de forma proveitosa em sala de aula.

2.A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COM A LITERATURA DE CORDEL EM SALA DE AULA PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES

O indivíduo humano, em seu cotidiano, certamente, se depara com inúmeras atividades integrantes da esfera que constituem a vida humana, a exemplo do trabalho nas fábricas e/ou indústrias, nas instituições escolares, religiosas e assim sucessivamente. Sendo assim, o homem se enxerga inserido em diversas circunstâncias, meios e situações que requerem do mesmo, capacidades variadas com intuito de atender de forma satisfatória às esferas da sociedade na qual encontra-se inserido. É nesse contexto que o gênero se origina.

Se tecermos uma análise do ponto de vista prático, perceberemos, de forma notável, que o homem sempre trabalhou os gêneros e seus conceitos. Tomemos como exemplo uma biblioteca, nela os livros são organizados de acordo com as suas características e especificidades comuns. Bakhtin (2000) considera que “as propriedades de forma alguma irão constituir a o valor proeminente dos gêneros, haja vista que tal valor irá ser formado a partir

da relação existente entre as propriedades e as relações de natureza humana”. Seguindo o mesmo preceito, Fiorin (2007, p. 62) assegura que:

O ponto de partida dos gêneros é justamente o vínculo intrínseco que existe entre a utilização da linguagem em si e entre a utilização das atividades de natureza humana. Neste sentido, todos os enunciados devem ser vistos na sua função no processo de interação.

A linguagem em si representa um dos mecanismos responsáveis por sustentar as atividades humanas mais diversas possíveis. Destarte, visando atender a utilização da língua em sua realização que ocorre de forma múltipla e, portanto, plural, configurando, assim, o que se pode denominar de processo de interação, Bakhtin (2000) estabeleceu por convenção chamar de gêneros do discurso.

Bakhtin (2000) assevera que seja qual for a atividade exercida, o homem utiliza a língua de acordo com as suas intenções, bem como de acordo com um objetivo exclusivo. Ademais, também constroem enunciados que se materializam de várias formas. Tais enunciados se tornam completamente visíveis através do processo de interação verbal que, por sua vez, é exercida por seus locutores. Neste contexto, cabe ao falante se apropriar do gênero, exercendo domínio sobre o mesmo. Dessa maneira, quanto maior for a competência, conseqüentemente será maior o desempenho, o que certamente possibilitará ao falante, prever os diversos quadros de sentidos e os quadros comportamentais nas mais diversas situações comunicacionais do dia a dia. É este conhecimento que irá tornar exequível a escolha de vocabulário de acordo com a ocasião apresentada, além do ajustamento de uma prática de origem social, além de suas formalidades. Pois, como evidencia Bakhtin (2003, p. 285):

Os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso, são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua. Nenhum fenômeno novo (fonético, lexical, gramatical) pode entrar no sistema da língua sem ter sido longamente testado e ter passado pelo acabamento do estilo-gênero.

Deste modo, torna-se perceptível a ideia de que quanto mais apresentamos domínio sobre o gênero, mais poderemos usá-los de forma livre e espontânea.

Os gêneros discursivos se apresentam de forma heterogênea, haja vista que resultam das diversas relações sociais que se fazem presentes na humanidade. Neste sentido, percebe-se que tanto a riqueza quanto a diversidade dos gêneros discursivos se apresentam de modo infinito, até porque representam algo inesgotável as inúmeras possibilidades da atividade humana que, por sua vez, se mostra de diversas formas. Além do mais, julga-se

imprescindível que em cada campo destas atividades os gêneros do discurso se torne cada vez maior ao passo que cresce e passa a tornar ainda mais complexo um campo determinado (BAKHTIN, 2000, p. 260).

Bakhtin (2000) propôs a divisão dos gêneros sob forma de dois grupos diferentes. Um dos grupos foi denominado por ele de Primário, já o outro de secundário, respectivamente. Os gêneros primários ou simples (como também são chamados) configuram produtos das inúmeras situações de comunicação verbal, portanto, não se apresentam de forma elaborada, mas bastante espontânea. Neste contexto, é o nível e/ou grau de informalidade que fazem com que tais gêneros sejam classificados como primários ou simples. De acordo com Bakhtin (2000), os gêneros primários são aqueles que tiveram formação a partir de uma situação verbal espontânea, a exemplo da linguagem do cotidiano, linguagem filosófica, bem como também a linguagem familiar.

Os gêneros denominados de secundários apresentam complexidade maior tendo em vista que existe uma espécie de instrumentalização propriamente dita, ou seja, a escrita, o que, sem dúvidas alguma, corrobora para que este gênero seja mais elaborado com o objetivo principal de dá origem a um enunciado mais culto. As pesquisas científicas e os romances, configuram exemplos de tais gênero, considerados como sendo secundários ou até mesmo complexos.

Pelo fato de se desprenderem do vínculo imediato com a realidade concreta, bem como com os enunciados reais de origem alheia, Bakhtin atesta que os gêneros simples podem muito bem serem assimilados pelos gêneros complexos. Estes, por sua vez, se transfiguram-se adquirindo características inovadoras (BAKHTIN, 2000, p. 262). Atentemos para a abordagem que os PCN de Língua Portuguesa realizam em relação aos gêneros discursivos.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os métodos tradicionais de ensino se tornaram ultrapassados e desinteressantes, pois os diversos avanços ocorridos na área da comunicação, da industrialização e demais setores os tornaram antiquados, sem mencionar os inúmeros casos existentes de reprovação e abandono escolar. Levando em consideração esta realidade, inúmeros questionamentos e discussões foram realizados visando promover a inversão da situação.

O ensino de Língua Portuguesa se configura como sendo o verdadeiro ponto central de nossa discussão, sobretudo, no que toca à apropriação do domínio da escrita e da leitura pelos discentes. Sem dúvida alguma, seria muito importante que o modo de ensinar fosse modificado. Alunos desestimulados, escolas em péssimas condições, alto índice de reprovação e abandono são alguns exemplos de elementos que integram a realidade do quadro encontrado pelos especialistas muito bem antes do aparecimento dos PCNs.

Ao ser aplicado de forma meramente descontextualizada, os conteúdos de Língua Portuguesa contribuem de forma significativa para que o discente venha a se sentir desestimulado, pois ao mesmo não foi apresentado os reais motivos e razões que justificam a necessidade de se aprender tais conteúdos e/ou regras. Ademais, a valorização, absurdamente maior, da Gramática Normativa que se limita na abordagem e no estudo de regras corrobora para que os índices de reprovação e abandono escolar se tornem cada vez maiores. Ao trabalhar a língua com ênfase em seu caráter prescritivo, o professor está, automaticamente, contribuindo para que o aprendizado se torne desinteressante.

Os PCNs postulam que é através da linguagem que o acesso à informação, cultura e à construção de visão, etc. se tornam possíveis. Neste sentido, é do professor o papel de ensinar aos discentes a melhor forma possível de se fazer uso da língua, além de promover o ajustamento dos recursos em contextos diversos, bem como de entender o recebimento dos discursos em sua variedade. Destarte, os PCN apontam as trajetórias a serem seguidas pelo docente, não obstante, percebe-se que o seu discurso acaba por limitar o papel do professor. Neste contexto, é de bom alvitre mencionar que os PCN à medida que estabelece os deverem a serem observados e cumpridos também acaba entrando em contradição, pois preconiza que a proposta não se configura como sendo uma norma pedagógica, mas uma forma de autonomia (PCN, 1998, p. 70).

Percebemos a presença de um discurso Bakhtiniano (mesmo que não haja a formulação de uma citação direta) nos PCN de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental. Contudo, é importante trazer à lume que os PCN abordam os gêneros discursivos de forma muito simplificada e, desse modo, optam por não dá a atenção necessária que tal conteúdo necessita. Em suma, os PCN acabam por destacar muito mais os aspectos formais que os aspectos construídos.

Após os PCNs estabelecerem que o ensino de Língua Portuguesa deveria se pautar no ensino dos gêneros, diversos livros didáticos surgiram trazendo uma visão de gênero como sendo uma espécie de conjunto dotado de propriedades formais e que, por sua vez, deverá orientar o modo que o texto será elaborado. Tal concepção acaba por colocar o gênero na condição de produto e o seu ensino acaba por apresentar um teor normativo, assim como o ensino de gramática (FIORIN, 2007, p. 62).

Os PCN também apresentam uma tabela responsável por estabelecer quais são os gêneros que deverão ser trabalhados pelos docentes. Nessa tabela também se encontra o Cordel, entretanto, de forma concomitante, notamos que os PCN consideram o Cordel somente como sendo um texto oral, como se não coubesse ao mesmo o direito de estar também inseridos nos textos escritos e como se fossem apenas constituídos de elementos orais.

O início da literatura de cordel encontra-se diretamente relacionado com a propagação, bem como divulgação de histórias de cunho tradicional que abordam narrativas pertencentes a tempos passados, mas que foram conservadas e difundidas através da memória popular. Conforme menciona Diégues Júnior (1978 p. 4):

(...) as novelas de cavalaria, os romances, as narrativas que abordam as guerras, viagens ou até mesmo as conquistas e explorações marítimas, configuram formas de exemplos de tais histórias que chegaram até nós graças a conservação e difusão pela memória popular.

Deste modo, fica saliente a contribuição significativa da conservação e propagação de tais histórias e a memória popular. O teórico ainda afirma que:

A literatura de cordel aqui no Nordeste possui origem lusitana, os folhetos ficavam presos a um pequeno cordão ou até mesmo um barbante e que era a forma utilizada para que fossem expostos nos locais em que eram comercializados. (DIÉGUES JÚNIOR, 1978, p.5)

No Nordeste brasileiro a literatura de cordel encontrou um ambiente bastante propício no que toca a sua difusão, tendo em vista a existência de duas causas diferentes. Em primeiro plano está o fato das condições étnicas, uma vez que a convivência entre o lusitano e o escravo proveniente da África deram condições a uma troca contínua de influências. Em segundo plano se encontra o fato de que no Nordeste o ambiente social possibilitava condições necessária para que essa forma de manifestação literária se originasse. Deste modo, podemos compreender que a literatura de cordel se originou em detrimento das condições de cunho social e cultural específicas no Nordeste, passando a apresentar peculiaridades fisionômicas da região.

Neste contexto, diversos fatores de formação social acabaram por contribuir para que esse processo viesse a ocorrer, como por exemplo, a organização da sociedade patriarcal, o aparecimento de manifestações baseadas no messianismo, assim como também as secas e os bandos de cangaceiros (considerados por uns como heróis e por outros como bandidos, o que contribuiu de forma significativa para o aparecimento de desequilíbrios de ordem social e econômica), bem como as lutas familiares que, certamente possibilitou para que grupos de cantadores viessem a surgir, atuando como instrumentos do pensamento coletivo e das manifestações da memória popular (DIÉGUES JÚNIOR, 1978, p. 7).

Na Paraíba, a Literatura de Cordel encontrou em Leandro Gomes de Barros um meio de propagação e expressão incomum, possibilitando assim a sua difusão com uma força ainda mais impressionante. A seção seguinte, por sua vez, trata da contribuição da

Literatura de Cordel no que toca ao estímulo pela leitura.

Levando-se em consideração os desafios didáticos e pedagógicos existentes, tende-se a procurar textos que possibilitem uma fácil compreensão com o intuito de que os discentes venham a apresentar interesse e gosto pela leitura. Além disso, também se espera que ao estabelecer contato com esse tipo de leitura, os alunos também se vejam entusiasmados e, portanto, estimulados a buscarem outros tipos de literatura.

Diversas pesquisas têm mostrado que a literatura de cordel funciona como elemento fundamental no que se refere ao desenvolvimento do gosto e prazer pela leitura. Sabemos que o processo para a formação de leitores críticos e conscientes ocorre de forma lenta e progressiva. Neste sentido, por meios dos textos de cordel, o leitor iniciante se enxerga capacitado para iniciar e concluir a leitura pelo fato de que a leitura é fácil de ser compreendida e dialoga de forma muito direta com a realidade do leitor.

A literatura de cordel vem imbuída de diversos contextos históricos, aborda a vida singela e difícil das pessoas e se trabalhada em sala de aula, possibilitará que o professor faça com o aluno se enxergue e tome consciência de que é sujeito do conhecimento e, ao mesmo tempo, parte dele.

Muitos das pesquisas realizadas no Brasil a respeito do cordel, evidenciam o papel dos folhetos no processo de alfabetização de um bom número de pessoas, que por nutrirem interesse pelas narrativas de cordel se deixavam levar a aprender a ler com o objetivo de apreender o que estava escrito para depois serem capazes de repassar o que assimilaram e interpretaram para as pessoas do seu convívio. Como aponta Almeida (1979) “os folhetos são eficientes, ressaltando que os versos são construídos com o propósito de também contribuir para possibilitar as sessões coletivas de leitura por meio da voz alta, originando a intermediação.” Priorizando assim o diálogo e o encontro de vozes diversas.

A Literatura de Cordel produzida no Nordeste do Brasil desde meados do final do século XIX, situa tanto os homens quanto as mulheres de origens pobres na condição de autores, bem como de leitores, editores e críticos das composições de cunho poético. Conforme salienta Abreu (2004, p. 22):

Em geral, se situa esses papéis a pessoas da elite financeira ou então intelectual, entretanto, no que toca aos folhetos, pessoas que dispõe de pouca ou então de nenhuma instrução formal acaba por se envolver no mundo das letras não importando se produzindo e vendendo os folhetos, compondo e analisando os versos ou então, lendo e ouvindo as narrativas.

A teórica ainda destaca que o fato dos folhetos fazerem tanto sucesso se justifica pela forte relação que há com a oralidade que, por sua vez, é fortemente mantida por essas manifestações.

Os desdobramentos possíveis da Literatura de Cordel são tão extensos que através da formação de uma mera roda de amigos com o intuito de ouvir narrativas rimadas, ritmadas, declamadas ou então recitadas dá margem para que a partir dali possam surgir, por formação, autores, leitores, críticos, editores, etc. em detrimento da efetivação significativa do envolvimento contínuo, profundo e valoroso com o universo das letras. Destarte, os diversos obstáculos e barreiras a ausência de uma instrução intelectual mais elaborada passam a ser rompidas, possibilitando assim, o acesso à porta que leva ao conhecimento.

Diante do exposto, fica notável que mesmo que o cordel represente uma literatura simples, pode exercer forte influência e, portanto, contribuir de forma positiva no tocante ao incentivo à leitura e escrita. Destarte, passemos a verificar os diversos meios e formas no que compete ao trabalho, propriamente dito, com a Literatura de Cordel em sala de aula.

Livrar-se das limitações diversas impostas pelo preconceito faz parte do processo de construção da educação e é a partir da quebra dos paradigmas instaurados pelos, já tão óbvios, modelos de ensino de leitura e escrita que aparece a Literatura de Cordel no ambiente da sala de aula e com o propósito principal de promover o incentivo e gosto pela leitura e escrita.

Em um mundo cada vez mais reduzido e onde os discentes se enxergam envoltos de inúmeros recursos tecnológicos, julga-se imprescindível se utilizar diversos meios e formas com o objetivo de fazer com que os alunos se sintam atraídos pela leitura, tendo em vista a real necessidade existente de se incentivar o desenvolvimento por meio do prazer de ler e não pela obrigação, estimulando os discentes para que passem a ter um contato cada vez mais íntimo com os livros e utilizado assim, o Cordel com o propósito de originar anseios por novos tipos de literatura.

É neste contexto de trocas de materiais e também culturais, além de busca pela informação para utilização posterior que a linguagem atua como o sistema responsável por mediar todos os discursos existentes. Como a linguagem possui o potencial de promover a mediação das ações por nós protagonizadas sobre o mundo, ora declarando, ora negociando, além de promover a ação por meio do processo de persuasão, bem como de construir mundo totalmente possíveis através dos princípios de representação e avaliação, torna-se crescente a carência e também a relevância de práticas educacionais inovadoras e que estabeleça relação com os diferentes gêneros textuais, bem como com as condições necessárias para que se alcance um letramento adaptado ao contexto atual (BRAIT, 2009, p. 56).

A boa leitura se encontra fortemente ligada à uma boa capacidade de interpretação, de boa escrita e de habilidade para se expressar oralmente. Sendo assim, o trabalho de leitura e escrita precisa ser estimulado e colocado em prática de forma constante e contínua para que finalmente possa se tornar sólido.

Conforme assegura Abreu (2004, p. 33) “interpretar é o mesmo que conceder e explicar o sentido, à medida que compreender é o mesmo que saber como originar sentido, isto é, é identificar as intenções”. Neste contexto, a pluralidade do Cordel possibilita ao professor o desenvolvimento de trabalhos que abordem a transversalidade em sala de aula, contribuindo assim, de forma positiva, para que as habilidades e competências de leitura sejam adquiridas, não importando o componente curricular que estiver a ser trabalhado, haja vista que a literatura de cordel trata de temas variados, tornando-se assim, em um bom aliado no que se refere ao trabalho na sala de aula, ficando somente a depender do planejamento com o objetivo de tornar mais fácil a orientação do conhecimento que, por sua vez, estará sendo transmitidos aos discentes.

O professor que trabalha com textos e deles dependem para ensinar os conteúdos das diversas disciplinas necessita se conscientizar de que ele também instrui o aluno a ler e a escrever. Deste modo, compete a este professor, independente da área do conhecimento que o mesmo atua, chamar a atenção dos seus alunos para que se adequem e atendam às exigências da expressão verbal, ao menos no que toca à consistência do raciocínio, bem como à propriedade de sua formulação no texto (GASPAR, 2003).

Diante do exposto, é notável que aproximar o cordel da sala de aula contribui para que se visualize o vigor cultural do mesmo como ferramenta pedagógica e didática na educação. Contudo, apontar caminhos para que tal trabalho torne-se de fato, possível e proveitoso, é preciso, e visando atender tais propósitos, a seção seguinte tratará de tecer sugestões metodológicas que visam facilitar o trabalho com o Cordel sem ala de aula.

Bosi (1992) ao realizar algumas considerações a respeito da cultura popular e também da cultura de nível mais elevado (erudita) assegura que só existe uma relação fecunda entre o artista e a vida popular, isto é, a relação amorosa. Sem haver uma relação mais fecunda e profunda, o escritor não terá im empatia duradoura e dessa forma, sendo ele (o escritor) uma pessoa de cultura letrada e que, por sua vez, pertence a uma linguagem redutora dominante, acabará se enredando nas malhas do preconceito ou então efetivará a projeção de suas angústias particulares na cultura do outro. Destarte, realizará a interpretação das formas de viver do primitivo, do suburbano e do rústico, de forma etnocêntrica e colonizadora (BOSI, 1992, p. 331).

Tais palavras, escritas por Alfredo Bosi estão direcionadas para o escritor, todavia, também podem ser direcionadas ao docente ou até mesmo para o agente de cultura. O trabalho com a literatura popular, cobra justamente a empatia duradoura e o estabelecimento constante da relação amorosa. De modo que a mesma venha a ser assimilada e

compreendida de forma adequada, mas não interpretada como sendo algo reduzido e/ou limitado.

Qualquer que seja a proposta metodológica que vise o trabalho com o cordel, esta estará sempre a pressupor o envolvimento de fato, afetivo e cada vez mais íntimo com a cultura popular.

As experiências de cunhos culturais extremamente fortes e determinadoras de obras artísticas notáveis, a exemplo do cordel, habitam um espaço esquecido e conseqüentemente, pouco frequentado. Para que tal realidade seja transfigurada, a escola poderá atuar como um ambiente onde essas experiências possam ser propagadas, com o objetivo principal de mostrar o que há de vivo nelas, como é que elas vêm resistindo, garantindo a sua sobrevivência e se adequando aos contextos socioculturais inovadores.

Atendendo ao que está exposto no parágrafo anterior, consideramos que algumas atividades podem ser elaboradas com o intuito de atender os preceitos necessários para que se tenha êxito ao se trabalhar com o cordel em sala de aula.

A realização da leitura oral dos folhetos de cordel é essencial, sendo assim, a leitura em voz alta se configura como uma atividade extremamente importante e, portanto, indispensável, visto que possibilitará aos discentes que eles consigam perceber o ritmo para, em seguida, identificar os andamentos distintos que o folheto possa vir a apresentar, processando as entonações de forma precisa.

A leitura deve ser ensaiada antes de ser realizada em público. Caso os discentes apresentem intimidade com a literatura de cordel, é recomendável que o professor procure estimulá-los para que tratem de suas experiências, histórias e também leituras que possam ter em mente. O estímulo proposto pelo professor deverá ir mais além. Os alunos poderão ser incentivados a trazer folhetos de suas residências com o objetivo de fazer com que todos estabeleçam contato e adquiram conhecimento cada vez mais aprofundado a respeito desse tipo de produção literária, artística e cultural.

De modo geral os folhetos de cordel apresentam temáticas bastante diversas, como por exemplo, condições humanas, casos cômicos, trágicos, relatos historiográficos, imaginários, dentre outros. Destarte, tal leque temático pode ser bem aproveitado para que se criem debates mais provocantes. Independente da metodologia utilizada para se propor a abordagem do texto literário, o debate merece ser privilegiado, sobretudo, com o propósito de conscientizar os discentes de seu papel de herdeiro da cultura de seu povo, bem como do papel de agente transformador desta cultura (BORDINI, 1985, p. 47).

3. CONCLUSÃO

Diante dos que foi apresentado, fica perceptível que o cordel representa um instrumento bastante importante no que toca a efetivação do aprendizado,

principalmente, quando levamos em consideração a sua linguagem característica, bem como as vozes que compõem o universo social e que, por sua vez, nela se encontram presentes. O cordel possui um valor muito significativo a ponto de ser comparado com a literatura consagrada pelos cânones como clássicas. Ademais, vários autores já abordaram os problemas da seca, do sertão e do homem que nele vive em suas obras. João Cabral de Melo Neto é um deles, além do saudoso Ariano Suassuna, Raquel de Queiroz e outros que contribuíram de forma significativa para a valorização e aceitação deste tipo de manifestação literária.

Entretanto, percebe-se que é completamente possível originar um ambiente agradável onde não apenas seja possível apreciar os folhetos, mas também, criticá-los e até criá-los e/ou recriá-los sem as imposições do ter que fazer por obrigação. Deste modo estaremos também a estabelecer uma análise a respeito da cultura popular propriamente dita, haja vista que o aluno poderá observar se o olhar dele em relação a mesma se assemelha ao que predomina nas escolas do Brasil como sendo o ideal e que a considera como sendo uma espécie de folclore ou até mesmo algo excêntrico.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Histórias de Cordéis e folhetos. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

ALMEIDA, William Barbosa de. Folhetos: a literatura de cordel no Nordeste brasileiro. 1979. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. Estética da criação verbal. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BORDINI, Maria da Glória. Metodologia e ensino em literatura. Caderno CEDES, São Paulo: Cortez, n. 14, 1985.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRAIT, Beth. Estilo. In: _____. (Org.). Bakhtin: conceitos-chave. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DIÉGUES JR, Manuel. Literatura de cordel. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1978.

FIORIN, José Luiz. Introdução ao pensamento de Bakhtin. São Paulo: Ática, 2007.

FREIRE, Paulo. A Importancia do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1985

GASPAR, Fontes Lúcia. Literatura de Cordel. Pesquisa Escolar On-Line, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>.

ARTIGO

► MARIA DE LOURDES DE SOUZA RODRIGUES

A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA



RESUMO: A família e a escola representam dois contextos de desenvolvimento essencial para a vida do ser humano. No presente artigo, são destacadas as significativas contribuições de tais contextos no que se refere a efetivação do desenvolvimento do indivíduo, salientando as implicações consequentes dos processos de cunho progressivo, resultantes da relação família e escola. Sendo assim, questões que tratam das configurações, bem como dos vínculos familiares e do importante papel da rede social de apoio para o efetivo desenvolvimento evolutivo das famílias, são abordadas. Ademais, neste trabalho, se focaliza as funções da família e o seu importante papel no âmbito escolar, principalmente, no que toca à formação de uma aliança asseguradora e garantidora do efetivo processo de ensino-aprendizagem. Por isso, trazemos à lume, algumas colocações a respeito da importância e necessidade de entender as inter-relações existentes entre a instituição familiar e a instituição escolar, objetivando a materialização da aprendizagem e o desenvolvimento de forma mais fácil. Destarte, podemos perceber o quanto a integração desses dois contextos é salientada como sendo um exemplo de desafio expressivo para a efetivação da prática profissional, bem como para a pesquisa empírica.

Palavras-chave: Família. Escola. Desenvolvimento humano. Ensino e aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo almeja estabelecer uma análise apurada do processo de funcionamento da participação da comunidade no espaço escolar da contemporaneidade, bem como promover a demonstração de formas existentes de se realizar um processo de cunho democrático e construtivo com o intuito primeiro de tornar real e significativo à inserção da comunidade na escola, visando, sobretudo, um espaço educacional mais democrático, além do atendimento das expectativas dos cidadãos, no que se refere à valorização e/ou fortalecimento da gestão pedagógica e atuante.

Através da aproximação da comunidade da escola, utilizando-se primordialmente, de um contato cada vez mais intensivo e constante com as famílias dos discentes, estaremos a possibilitar que a escola, enquanto instituição educacional perceba as suas verdadeiras qualidades e possibilidades objetivando auxiliar e elevar o nível de desempenho dos educandos.

Da comunidade na qual se situa as diversas escolas existentes em nosso país temos ciência de diversos fatores que constituem a realidade dos nossos discentes, contudo, não é possível expressar com transparência e convicção que somos conhecedores da total situação de ordem social e econômica dos mesmos.

Destarte, seria bastante significativo que as iniciativas pedagógicas colocadas em prática nas

instituições de ensino, procurassem, sobretudo, concretizar a conclusão da identidade não apenas pessoal, mas também social da escola a partir da realização de uma abordagem democrática, participativa e que viabilizasse o conhecimento, resignificação e valorização das diferenças étnicas e culturais de todos os membros que compõem a comunidade escolar, primando pela atuação de ordem social e coletiva.

Nos dias atuais, diversos fatores exercem fortes influências tanto no sucesso, quanto no fracasso do corpo discente. Entre esses fatores existentes (e se mostrando como um dos que compõem o cerne do mesmo) encontra-se a presença ou ausência da família no ambiente escolar. Neste sentido, este trabalho também se propõe a efetuar a análise de várias formas de se tornar real a concretização da participação de pais ou responsáveis pelos alunos no desencadeamento do processo escolar com o objetivo maior de trazer contribuições proveitosas para o fortalecimento dos debates e discussões sobre os direitos, deveres e importância de tais agentes neste processo. Vários teóricos da educação destacam a efetivação da atuação da comunidade escolar como pré-requisito imprescindível e, portanto, necessário no tocante a efetivação da educação democrática e mais construtiva no espaço educacional.

A comunidade escolar é definida como sendo todos aqueles que de modo indireto ou indireto fornecem contribuições de diversas ordens para a garantia do funcionamento das instituições e/ou estabelecimentos escolares, como por exemplo, pais, discentes, mestres, funcionários, bem como toda a comunidade de forma geral. Neste contexto, cabe à família o papel de assumir o lugar central no debate, haja vista que agindo em conjunto com a escola, conseqüentemente, acaba propagando, isto é, compartilhando, os interesses precisos e comuns na procura da obtenção de uma educação de qualidade.

2. A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA

A abertura para a efetiva inserção da comunidade no espaço escolar encontra respaldo e legalidade no Art. 206, Inciso VI da Carta Constitucional de 1988, que, por sua vez, assegura a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. Ademais, tal abertura, também é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Mais precisamente na Lei 9.394/96, em seus artigos de número 14 e 15 que atestam que:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1998, p.23)

Sem dúvidas, o excerto supracitado salienta a autonomia da instituição como meio essencial de flexibilização não apenas da estrutura administrativa, mas também da estrutura pedagógica.

De forma sintética, os documentos oficiais que orientam o processo educacional nos dias atuais evidenciam de forma constante a importância e necessidade da atuação dos profissionais da educação, bem como dos membros da comunidade, seja na administração escolar, seja na idealização e elaboração do Projeto Político Pedagógico de cada estabelecimento ou instituição de ensino.

Destarte, para que se fortaleça a participação das famílias, assim como da comunidade escolar, os trabalhos devem se desenvolver de um modo eficiente, para que seja possível compreender e expor, da melhor forma possível, a importância do efetivo acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem dos educandos pelos seus pais ou responsáveis.

Acreditamos que será através desse convívio que a instituição, além da comunidade escolar, irá compreender, da melhor forma, que o estabelecimento de uma relação que possibilite o compartilhamento dos problemas e também das decisões facilitará o alcance de um sucesso há muito esperado e necessário para que se obtenha, de fato, a consagração do padrão de excelência e qualidade garantida.

Procurando alcançar tais objetivos, julga-se oportuno que alguns questionamentos sejam formulados, compreendidos e também executados. São eles: Quais são as condições que possibilitam a sistematização de ideias em defesa da participação da comunidade na escola? De que forma a gestão da escola pública tem se posicionado quanto à atuação da comunidade no ambiente escolar? Em detrimento de quais motivos a convocação do público para atuarem nas escolas se configurou em algo importante e, portanto, indispensável, sobretudo, no âmbito das políticas públicas e educacionais? Até que ponto os mecanismos e formas de participação da comunidade no espaço escolar vão de encontro às políticas de ordem social e econômica de maior perfil qualitativo? Quais são os pressupostos que atuam como idealizadores de tal modelo gerencial? De que forma trazer melhorias à participação no campo das escolas de nossa comunidade?

Para que a Instituição de Ensino possa viabilizar a garantia da efetivação do ensino e da aprendizagem de forma mais eficiente, um longo caminho ainda deve ser percorrido e nesse itinerário, diversas coisas precisam ser realizadas (outras reformadas) para que as escolas possam atender aos anseios e as

expectativas dos cidadãos, principalmente, no tocante ao processo de gestão pedagógica, participativa.

Neste processo contínuo de idealizações, realizações e reformas, foca-se muito na criação e fortalecimento dos meios de participação da comunidade no interior das escolas com o propósito de que sejam superados os problemas de cunho educacional (evasão escolar, alto índice de reprovação, atraso, mal desempenho comportamental, ético, moral, etc.), administrativo, financeiro.

Além disso, há as dificuldades de ensino e aprendizagem, de modo geral, e de tantos outros problemas que corroboram, significativamente, para o surgimento das diversas defasagens existentes, como por exemplo, no âmbito da leitura e escrita, fazendo com que grande parte dos alunos apresente deficiências expressivas no que se refere ao desenvolvimento e apropriação de habilidades e competências diversas, tais como, o desempenho satisfatório de práticas de leitura, de identificação de gêneros, de suportes, de enunciador presente no texto, de estabelecimento de relações entre os recursos expressivos e os efeitos de sentido e de coesão e coerência, além da percepção das marcas de variação linguística.

Tais dificuldades originarão problemas múltiplos que, certamente, se refletirá em outras áreas do conhecimento, uma vez que o indivíduo que não se enxerga capaz de realizar inferências a partir do texto com o qual estabelece contato, compreendendo-o, levantando hipóteses, estabelecendo relações de sentido diversas, bem como o interpretando, acaba caindo no arcabouço da exclusão social, totalmente incapaz de se posicionar como um leitor ativo e dotado das capacidades e habilidades cruciais para que possa fazer uso da leitura e escrita nas mais diversas situações do cotidiano.

De acordo com tais preceitos, iremos perceber que o desempenho deste indivíduo em outros componentes curriculares, tais como, inglês, matemática, física, geografia, história, educação física, etc. também estarão comprometidos, visto que o déficit de leitura e escrita configura um imenso problema que compromete o desenvolvimento intelectual, cognitivo e também social dos educandos, pelo fato de que tais competências (de leitura e escrita) transita livremente para além do campo de outras disciplinas que compõem as diversas áreas do conhecimento.

A existência de tais problemas, acima relacionados, se torna mais evidentes, principalmente, a partir da visualização dos resultados das avaliações de origens externas, a exemplo da Prova Brasil, Índice de Desenvolvimento da Indicação Básica - IDEB, Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, etc., tendo em vista que os alunos são submetidos a uma avaliação mais apurada dos conhecimentos que todo estudante do Ensino Fundamental e Médio, de qualquer local, deveria

absorver e apresentar domínio, em cada ciclo de escolaridade.

A instituição familiar e a escolar compartilham funções de várias ordens, tais como, políticas, sociais, educacionais, etc. e que certamente exercem influência na formação do cidadão. Rego (2004, p. 28) assevera que:

Ambas (a escola e a família) são agentes responsáveis pela transferência e construção do conhecimento cultural, do ponto de vista organizacional, provocando, desse modo, a transfiguração das formas de funcionamento psicológico, respeitando as expectativas existentes de cada ambiente (REGO, 2004, p. 28).

Destarte, a família e a escola aparecem como sendo duas instituições consideradas essenciais para que se desenvolva o efetivo processo de ordem evolutiva das pessoas, exercendo assim, o seu papel de fontes estimuladoras, ou até mesmo desestimuladoras do crescimento de natureza física, emocional, social ou intelectual.

No ambiente escolar, os conteúdos trabalhados pelas disciplinas primam pela instrução e entendimento de conhecimentos, com foco na efetivação do processo de ensino e aprendizagem. No que toca à família, os propósitos e os assuntos a serem abordados, bem como a metodologia utilizada se distinguem, dando subsídios necessários para a prática do processo de socialização, de proteção básica, assim como também das condições básicas de garantia da sobrevivência e evolução dos membros no campo social, intelectual e também afetivo.

A aliança entre a família e a escola tem provocado o interesse de diversos estudiosos que se preocupam em observar quais as implicações ou consequências resultantes de tal envolvimento para a evolução de natureza intelectual, social e efetivo sucesso escolar do discente.

A instituição familiar se encontra presente em todas as sociedades e se configura como sendo um dos ambientes mais primitivos de socialização do indivíduo humano, exercendo o papel de mediadora essencial dos paradigmas e das interferências culturais. Ademais, também é tida como sendo a primeira instituição social que, juntamente com outras, visa promover a garantia do progresso, assim como também o conforto dos membros, tanto do ponto de vista individual, quanto do ponto de vista coletivo, não ficando de fora a proteção e o bem-estar do ser infante.

A família é enxergada como um sistema de ordem social totalmente responsável pela propagação de valores, ideias, ideais, crenças, dentre outras coisas mais e que, por sua vez, se encontram completamente presentes na sociedade de modo geral. Deste modo, a família possui uma influência muito significativa e pode exercer um grandioso impacto no comportamento das pessoas, sobretudo, das crianças que se depara, e tem que aprender as diferentes formas de se fazer

existir, ou até mesmo, de se deparar com o universo e procurar solidificar as suas primeiras relações sociais.

A instituição familiar configura, justamente, a unidade dinâmica das relações afetivas, bem como sociais e intelectuais que se encontram submergidas nas condições de cunho material e socioculturais de determinado grupo organizado socialmente.

A família é a sede da aprendizagem do ser humano, dotadas de práticas culturais e significados próprios, originam padrões de relações entre as pessoas, além de também orientar a criação de construções não apenas individualizadas, mas também coletivas.

As ocorrências dos fatos e também as experiências protagonizadas e adquiridas pelas famílias possibilitam a produção de repertórios de ordem comportamental, assim como também de ações práticas, vigentes e solucionamento de problemas com representação significativa universalizada, como por exemplo, cuidados com a infância, e individualizada, que como exemplo, pode-se citar a percepção que determinada família possui para com a escola.

Tais vivências são responsáveis por atuar como integrantes da experiência de ordem coletiva e individual que, desse modo, pode arranjar, interromper e transforma a instituição familiar em uma unidade ativa, estruturando-se os modos de subjetividade e interação dos indivíduos na sociedade.

Aliás, é através da efetivação da interação familiar que as transformações na sociedade se materializam, promovendo assim, forte influência nas relações familiares que irão se delinear futuramente, qualificando-se por um processo de interferência que se dá em duas direções e envolvem os integrantes familiares e os distintos ambientes que formam os diversos sistemas sociais, a exemplo da escola que, por sua vez, representará um importante lugar no que toca ao desenvolvimento do ser humano.

Neste contexto, pode-se observar que as transformações ocorridas no campo tecnológico, social e econômico tornam possíveis as mudanças estruturais, organizacionais e de modelos familiares. Além disso, alteram as expectativas e as funções dos integrantes da família.

Desse modo, a constituição familiar em si e sua estrutura atingem, de modo direto, a criação do conhecimento, bem como as formas de estabelecimento da interação no cotidiano das famílias, conforme afirma Amazonas e Cols (2003). Logo, a família é a responsável por promover o incorporamento das alterações ocorridas nas sociedades e entre as gerações com o passar do tempo, em conjunto com os pais que irão desempenhar extremamente significativo na formação da pessoa, de sua personalidade e efetivação de sua inserção no mundo social ou no mundo do trabalho, conforme enfatiza Távora (2004).

Dentro do âmbito familiar, a criança absorve

competências e habilidades para que seja possível administrar e solucionar conflitos, estabelecer controle das emoções, externalizar sentimentos que atuam na efetivação do estabelecimento das diferentes relações entre as pessoas, assim como também a enfrentar as contrariedades e diversidades da vida, de acordo com o que afiança Wagner (et. al.,2000).

Tais habilidades sociais, bem como o seu modo de expressão, que foram inicialmente criadas no seio familiar, apresentam reverberes em ambientes outros com os quais o ser humano interage, ativando, assim, aspectos sadios, problemáticos e transfigurando a saúde mental e física das pessoas, conforme afirma Del Prette e Del Prette (2002).

A unidade escolar surgiu como instituição essencial, tanto para o indivíduo humano, quanto para a sua constituição, visto funciona como um importantíssimo e, portanto, indispensável mecanismo possibilitador da evolução social e humana, segundo Rego (2004).

Considerada um sistema em miniatura da sociedade, a escola reflete as transformações da atualidade e, além disso, deve sempre estar para enfrentar as exigências desse mundo cada vez mais moderno, globalizado e diversificado.

Um dos papéis mais significativos, e imprescindíveis, da instituição escolar é o de capacitar os docentes, discentes e pais destes para que possam viver de forma harmônica, superando as inúmeras dificuldades em um mundo que rapidamente se modifica, apresentando conflitos de diversas ordens, sobretudo, pessoais, corroborando assim, de forma positiva, para o processo evolutivo do ser humano.

De acordo com tal concepção, sobre a escola recai o dever de disponibilizar subsídios psicológicos para promover o progresso cognitivo, cultural e também social do indivíduo, de acordo com Radegard (2003)

Ao efetivar o desenvolvimento de diversas articulações do conhecimento, organizados do ponto de vista cultural, a escola propicia a posse da experiência, bem como os modos de agir, pensar e estabelecer a interação com o mundo, advindos das experiências adquiridas.

Ao mesmo tempo, a escola também propicia a utilização da linguagem simbólica, a compreensão dos conteúdos da academia, além do entendimento sobre os diversos mecanismos e elementos que se encontram envolvidos no processo de funcionamento mental que, por sua vez, representam fatores essenciais para a efetivação do processo de aprendizagem em si. Destarte, a atualização do conhecimento de natureza cultural, assim como também de seu modo de organização, representam significativas asserções para o entendimento da função social da escola e do seu modo de estabelecimento de relações para com as pessoas que se encontram em desenvolvimento.

Para que possamos entender os diferentes

processos desenvolvimentistas e os seus efeitos sobre as pessoas, julga-se necessário focar não apenas o contexto da família, mas também o contexto da escola, além de suas relações internas, obviamente, pois

As ações estratégicas de pesquisa sobre violência na adolescência, por exemplo, devem abranger não apenas as variantes e cunho familiar (que possuem a capacidade de ajudar no combate de comportamentos antissociais no âmbito escolar), mas também as variantes de cunho escolar, a exemplo do baixo desempenho do discente nas atividades escolares, que juntamente com os diversos fatores de ordem interpessoal, delineiam, tal problema, ainda mais. (POLONIA; DESSESN, 2006, p.45)

Outras ocorrências, muito bem conhecidas, também podem ser citadas, a exemplo do abandono e da reprovação escolar. Sabemos que a questão da estrutura familiar exerce uma expressiva influência na permanência, ou não, do discente na escola. É um exemplo de questão que podem, sem dúvida alguma, impedir ou até mesmo incentivar as incidências de abandono e de reprovação escolar.

As características, qualidades e peculiaridades de cada indivíduo, além do desprovimento de hábitos de estudo, problemas comportamentais, etc., se colocam como sendo uns dos principais aspectos contribuintes para que tal ocorrência se materialize.

Mesmo que um sistema escolar com excelentes capacidades de transformação possa reverter a realidade originada pela existência dos aspectos negativos, é imprescindível que a escola receba o auxílio de diversos contextos capazes de também influenciar, de forma efetiva, a aprendizagem do discente, inclusive a família. (FANTUZZO, TIGHE & CHILDS, 2002, p. 52)

Vale salientar que a família e a escola representam tipos de ambientes em que se efetivam a evolução e a aprendizagem do indivíduo humano, e neste contexto, podem muito bem atuar como estimuladoras ou desestimuladoras do mesmo.

Sendo assim, realizar estudos das relações enquadradas em contextos separados e cruzados, contribui bastante para que possamos conhecer e identificar os vários aspectos, ou até mesmo, as diversas situações que possibilitam o aparecimento dos conflitos e problemas na comunicabilidade e também nos paradigmas de colaboração existentes entre um e outro (família e escola).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição familiar não representa o contexto unívoco em que a criança terá chances para adquirir

experiências, aumentando seu repertório como ativo sujeito dotado da capacidade de aprendizagem e evolução.

A escola, enquanto instituição possui considerável parcela a ser dada na contribuição no que toca o efetivo desenvolvimento do ser humano e, muito mais particularmente, no processo de absorção do saber nas mais diferentes áreas do conhecimento existentes de acordo com cada organização de ordem cultural. Daí depreende-se o quanto a ação educativa da escola aliada às ações protagonizadas pela família é dotada de tonalidades várias, principalmente, no que se referem aos propósitos, assuntos, princípios metodológicos e outras questões que estabelecem ligações diretas com o afeto, assim como também com diversos contextos e interações.

No espaço escolar as crianças dedicam todo o seu tempo e realizam atividades diversas e diferenciadas que, por sua vez, encontram-se ligadas as tarefas de cunho formal (a exemplo de práticas de estudo, pesquisa, leitura, etc.) e informal, como recreação, atividades de lazer, passeios, dentre outras. No entanto, no ambiente escolar, o efetivo atendimento às atividades psicológicas, socioculturais, dentre outras, realiza-se de modo mais organizado, do ponto de vista estrutural e pedagógico, do que na própria residência dos alunos.

As ações educativas protagonizadas pela escola possui um teor social, haja vista que permite o processo de ampliação e também de inserção do indivíduo como sujeito social, dotado de consciência política, cidadã e atuando como protagonistas da sua história e da sociedade.

A instituição familiar e a instituição escolar representam dois ambientes extremamente essenciais para a promoção do desenvolvimento do ser humano nas sociedades contemporâneas do mundo ocidental. Destarte, é indispensável que se programem políticas asseguradoras do contato cada vez mais direto entre a família e a escola, de forma que se possa reconhecer as especificidades e semelhanças existentes em cada contexto, principalmente, no que se refere aos processos de promoção do avanço e do ensino-aprendizagem, não exclusivamente em relação ao discente, mas a todos os indivíduos que se encontram envolvidos nesse processo.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, M. C. L. A., Damasceno, P. R., Terto, L.M. S., & Silva, R. R. Arranjos familiares de crianças de camadas populares. *Psicologia em Estudo*, 8(especial),2003, pp. 11-20.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação a Distância. Salto para o Futuro: construindo uma escola cidadã, projeto político-pedagógico. Brasília: SEED, 1998.

DEL PRETTE, A., & Del Prette, Z. A. P. *Psicologia das relações interpessoais: vivência para o trabalho em grupo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FANTUZZO, J., Tighe, E., & Childs, S. (2002). Family involvement questionnaire: A multivariate assessment of family participation in early childhood education. *Journal of Educational Psychology*, 92(2), 367-376

POLÔNIA, A. C., & Dessen, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2006.

TÁVORA, M. T. Evolução e crescimento de pais e filhos: mudanças necessárias nessa relação. *PSICO* 34 (1), 2003, p. 23-38.

WAGNER, A., Ribeiro, L. S., Arteché, A. X., & Bornholdt, E. A. Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2000.

ARTIGO

▶ LÍGIA MARIA DA SILVA ARAÚJO

A RELEVÂNCIA DOS JOGOS NAS SÉRIES INICIAIS



RESUMO: O presente artigo ressalta a relevância dos jogos nas séries iniciais, mostrando que através das regras dos jogos os educandos constroem normas para suas brincadeiras, interagindo e descobrindo novos desafios para as suas aprendizagens. Os jogos em sala de aula buscam a socialização entre os educandos. O trabalho desenvolvido traz a importância de incluir os jogos nas atividades em sala de aula, a fim de estimular nos educandos seus raciocínios, e de tornar as aulas mais prazerosas, facilitando a aprendizagem de cada um. Relata também a importância em trabalhar com o lúdico com auxílio dos jogos em sala de aula, criando condições para que sejam capazes de construir seus próprios conhecimentos. Salienta também que os jogos devem sempre estar associados aos conteúdos, e que o professor deve estar atento ao método lúdico com estratégia desenvolvida em sala de aula. Perceberemos que os jogos e brincadeiras em sala de aula são de suma importância no ensino aprendido dos educandos, tornando-os aptos a desenvolver criatividade e raciocínio lógico, sendo capazes de expressar suas emoções e pensamentos.

Palavras-chave: Jogos. Aprendizagem. Brincadeiras.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo possui o objetivo de mostrar a importância de incluir, entre outras atividades do dia-dia, os jogos para a aprendizagem escolar. Através dos jogos e da ludicidade os educadores atentam para as novas mudanças em sala de aula, incluindo os jogos como uma das ferramentas principais no processo ensino aprendido dos educandos. Portanto, é fundamental que os jogos e brincadeiras estejam presentes no dia a dia dos educandos e educadoras, estimulando e incentivando os educandos de forma lúdicas e desenvolvendo o prazer pelo aprendizado, tornando as aulas mais dinâmica e prazerosa.

Os jogos e brincadeiras são indispensáveis na aprendizagem dos educandos, pois eles desenvolvem o gosto pelas aulas, desperta o interesse, aumenta a autoestima dentro e fora da escola. Para que os jogos e brincadeiras surtam efeito os educadores devem estar atentos às regras dos jogos, e totalmente envolvidos no ensino aprendido através do lúdico.

A ludicidade requerida justifica um ensino por meio de jogos. O jogo é um universo, no qual, através de oportunidades e riscos, cada qual precisa achar o seu lugar. Podem ser trabalhados, por exemplo, através de perguntas e respostas, por regras, enfim, de inúmeras maneiras, porém, nesta pesquisa, a autora trabalhará com os jogos de palavras, dando ênfase à parte emocional, à adaptação individual e social dos alunos.

O lúdico é um assunto bastante abrangente, que vem sendo estudado e discutido desde a Antiguidade, pelos filósofos e estudiosos que vieram antes da era

cristã, pois acreditavam que todo ser humano já vinha em sua essência com uma inclinação para a diversão e para os jogos, o que explicava, de certa forma, alguns costumes de povos primitivos em suas atividades de dança, caça, pesca e lutas, como sendo aspectos de divertimento e prazer natural.

Atualmente, o tema jogo, como um agente facilitador da aprendizagem, é bem mais desenvolvido por teóricos e pedagogos do que há algum tempo, até mesmo pela preocupação cada vez maior em estar aliando o ensino a metodologias que garantam eficazes resultados na educação; e por se tratar de algo, dinâmico, exigindo um certo cuidado e saber no seu planejamento e execução.

Cury (2003), em suas considerações em torno da educação, afirma que “Bons professores possuem metodologia, professores fascinantes possuem sensibilidade”. Não adianta ser só didático, trabalhar jogos de cunho pedagógico, precisa-se ir muito além das teorias, até porque os jovens de hoje, dentro de um mundo globalizado, onde a informação, vem, praticamente, de forma instantânea, não pensam da mesma forma que os do passado, ou seja, o tempo todo ocorre um processamento intenso de dados e informações.

A própria Língua Portuguesa pode ser trabalhada como um instrumento lúdico motivador, já que se pode, por exemplo, dentro de um debate, de uma redação, estar estimulando nos alunos a formação e a manifestação de diferentes pontos de vistas; na literatura transformar um gênero literário em outro, uma notícia de jornal em conto, assim como um texto poético em crônica, porém sempre levando uma determinada situação- problema e oferecendo ao aluno várias oportunidades de atuar criativamente sobre a própria língua.

Animar o processo de ensino-aprendizagem é dever e função que cabe aos docentes desempenhar e, portanto, precisam ser competentes, investigadores, nutrir certos conhecimentos de forma a desenvolverem atividades que sejam divertidas e, que, sobretudo, toquem a sensibilidade dos alunos, sabendo discernir o que aquilo vai gerar de bom ou ruim para eles.

2 A RELEVÂNCIA DOS JOGOS NAS SÉRIES INICIAIS

2.1- JOGOS E BRINCADEIRAS NO PROCESSO ENSINO APRENDIZADO

Os jogos e brincadeiras são fundamentais na aprendizagem escolar, pois é através do mesmo que o seu cotidiano é modificado, ou seja, transforma sua realidade.

Segundo SILVA (2004, p.26):

Ensinar por meio de jogos é um caminho para o educador desenvolver aulas mais interessante, descontraídas e dinâmicas, podendo competir em

igualdade de condições com os inúmeros recursos que o aluno tem acesso fora da escola, despertando ou estimulando sua vontade de frequente assiduidade a sala de aula e incentivando seu envolvimento no processo ensino e aprendizado, já que aprende e se diverte, simultaneamente (SILVA 2004, p.26).

Os jogos são essenciais no ensino aprendizado dos educandos, haja vista que desenvolve habilidades cognitivas, pensamentos, aumentando sua autoestima, despertando o interesse pelas aulas, assim tornando capazes de enfrentar desafios.

Os jogos e brincadeiras de forma espontânea proporcionam uma atividade prática no ensino aprendizado dos alunos onde cada educando pode expressar seus sentimentos através do mesmo e motivando assim sua alta estima dentro e fora da escola.

Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) destacam que:

No jogo, mediante a articulação entre o conhecimento e o imaginado, desenvolvem-se o autoconhecimento até onde se pode chegar e o conhecimento dos outros, o que se pode esperar e em que circunstâncias. (...) Por meio dos jogos, as crianças não apenas vivenciam situações que se repetem, mas aprendem a lidar com símbolos e a pensar por analogia (jogos simbólicos): os significados das coisas passam a ser imaginados por elas (BRASIL, 1997, p.90).

Assim os jogos escolares desenvolvem o autoconhecimento dos educandos, aprendendo a lidar com as regras, passam a vivenciar o imaginário facilitando sua compreensão e articulando, por meio do pensar, o uso dos símbolos (jogos simbólicos).

Os jogos são essenciais na escola mais primordial na vida, pois a criança aprende a brincar desde o seu nascimento. O educador pode ensinar novos aspectos e apresentar regras diante do jogo, dando margem a novas brincadeiras e intervindo quando necessário, focalizando a cada momento novas estratégias a serem trabalhadas.

Segundo Huizinga (2007):

Jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e alegria e de uma consciência de ser diferente da vida cotidiana. (HUIZINGA, 2007, p.33).

O jogo é uma atividades que possibilita desafio, seguindo as regras acatadas, respeitando os limites de tempo e espaço indispensáveis, tornando interessante e desafiador, proporcionando momentos prazerosos, seguido de emoções e felicidades

tornando apto a lhe dá com a vida cotidiana.

2.2 OS JOGOS E A LUDICIDADE NAS SÉRIES INICIAIS

Os jogos e a ludicidade nas séries iniciais são uma ferramenta essencial para o desenvolvimento da criança.

Com os jogos as crianças aprendem a assimilar conhecimentos, a desenvolver múltiplas habilidades de forma cada vez mais criativa e dinâmica, interagindo com o mundo, fora e dentro da escola.

O jogo proporciona autodesenvolvimento da criança. É através do lúdico que elas aprendem a interagir, desenvolver seu pensamento crítico e sua autoestima, assim tornando a aprendizagem mais eficaz e prazerosa.

Para o ensino inicial o brincar e o jogar são atividades importantes para a construção de novos conhecimentos, pois facilita a reflexão, a autoconfiança, aprendendo a estar com os outros e consigo mesmo.

De acordo com Friedmann (2012),

A acomodação é o processo pelo qual a criança modifica seu estágio mental em resposta a demandas externas. É por meio do processo de assimilação que a criança incorpora elementos do mundo externo ao seu próprio esquema: à medida que o sujeito repete suas condutas (sugar, agarrar), ele incorpora os objetos de sugar, de segurar às ações em que essas condutas se tornam. (FRIEDMANN, 2012, p.28).

Assim, para Piaget, o jogo é:

Expressão de uma das fases dessa diferenciação progressiva: é o produto da assimilação, dissociando-se da acomodação antes de se reintegrar nas formas de equilíbrios permanente que dele farão seu complemento, no nível do pensamento operatório ou racional [...]. O jogo constitui o polo extremo da assimilação do real ao eu. (PIAGET, 1971, pág.20).

A partir da definição apresentada na citação anterior, percebemos a importância de tal atividade para a efetivação o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que o jogo, como uma prática lúdica, atua como aliado do processo educacional.

2.3 JOGOS DE EXERCÍCIO

Os jogos de exercícios surgem na primeira fase em que a criança desde o primeiro ano de vida assimila o conhecimento funcional e o uso da linguagem, desenvolvendo costumes na qualidade de esquemas sensorio-motores. Assim sendo os jogos de exercício, permite que as crianças adquiram seus conhecimentos nos primeiros anos de vida a partir de ações sensoriais e motoras, pois a criança já aprende a brincar por si só.

2.4 JOGOS SIMBÓLICOS

Os jogos simbólicos caracterizam-se pela sua importância analógica, onde a criança sofre modificação, progredindo em seu desenvolvimento imaginário, afetivo e cognitivo, possibilitando à criança compreender, a si mesmo, favorecendo seu imaginário de forma a conhecer a realidade e interagindo com o meio em que vive.

2.5 JOGOS DE REGRAS

Os jogos de regras é a fase em que a criança vai dos 6 aos 7 anos em diante. Por meio do jogo as crianças absorvem as normas do jogo, contribuindo assim para o seu próprio conhecimento e passando a valorizar e espírito de competitividade.

O jogo de regra contribui para o desenvolvimento da criança fazendo com que elas tenham melhor conhecimento das regras sugeridas e possibilitando adaptá-las de acordo com as mudanças ocorridas.

2.6 O PAPEL DO EDUCADOR

Segundo o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil:

O professor é mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano. Na instituição de educação infantil o professor constitui-se, portanto, no parceiro mais experiente, por excelência, cuja função é propiciar e garantir um ambiente rico, prazeroso, saudável e não discriminatório de experiências educativas e sociais variadas. (BRASIL, 1998, p. 30)

O educador é o intercessor entre o educando, dando possibilidades de conhecer as novas práticas de aprendizagem escolar, mediante os jogos educacionais, e tem um papel essencial no processo de ensino-aprendizagem do educando, proporcionando e garantindo aulas mais dinâmicas e prazerosas.

O educador deve está atento diante das atividades lúdicas, sabendo quando intervir durante as brincadeiras dando oportunidade aos educandos de expressar seus conhecimentos prévios e espontâneos, propondo desafios perante as dificuldades no desenvolvimento dos jogos, assim partilhando do processo de desenvolvimento lúdico e criativo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desde trabalho, pode-se

demonstrar a importância de se trabalhar com a ludicidade nas séries iniciais, tendo-se a necessidade dos educadores demonstrar interesse e conhecimento prévio no desenvolvimento cognitivo dos educandos, proporcionando assim atividades lúdicas que levem os educandos a se interessar, pelas aulas.

Entretanto, o educador deve desenvolver atividades lúdicas em sala de aula, renovando sua prática pedagógica e possibilitando um ambiente cada vez mais agradável e prazeroso, onde os educandos possam construir seus próprios conhecimentos, proporcionando o prazer pela aula, facilitando assim as práticas pedagógicas.

A escola deve definir os objetivos a serem traçados, buscando a interdisciplinaridade e oferecendo oportunidades aos educadores para que possam realizar suas atividades lúdicas, e assim tornar as aulas mais atrativas e dinâmicas, para que o educador não fique na mesmice.

Portanto, concluímos que os jogos e brincadeiras é um instrumento de grande relevância, inclusive em sala de aula, facilitando assim o ensino aprendido dos educandos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998, volume: 1 e 2.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: matemática. Brasília: MEC/SEF, 1997
- Revista Construir Notícias, nº. 47. p. 41-43. Os jogos e sua importância na escola. Julho-Agosto/2009.
- FRIEDMANN, Adriana. O brincar na educação Infantil: observação, adequação e inclusão 1ª ed. São Paulo Ed. Moderna 2012.
- HUIZINGA, Johan. Homo Ludens - O jogo como elemento da cultura. 5º edição. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007.
- PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: irritação, jogos, sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro Ed. Guanabara Koogan, 1971.
- SILVA, Mônica. Jogos Educativos. Campinas: Editora Papyrus, 2004.
- VYGOTSKY, L. S. O papel do brinquedo no desenvolvimento. In: A formação social da mente. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989. 168p. p.106-118.

ARTIGO

▶ VANESSA DO ROSÁRIO ALBUQUERQUE

INFLUÊNCIA DE FATORES ALIMENTARES NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PROSTATA



RESUMO: O presente estudo tem como objetivo analisar a influência dos fatores alimentares na prevenção do câncer de próstata presentes em literaturas específicas sobre o assunto. O método consistiu numa revisão da literatura sobre o presente assunto, realizada por meio de uma abordagem qualitativa. O material revisado foi estudado a partir da técnica de análise de conteúdo temática. A discussão dos resultados do estudo se desenvolve a partir das categorias de análise: (1) prevenção primária; (2) prevenção secundária; (3) processo de formação do câncer através dos radicais livres e (4) tipos de antioxidantes naturais. Concluiu-se que: existem divergências entre os novos estudos e os antigos quanto à importância da utilização de alguns alimentos na prevenção do câncer de próstata, com isso deixa claro que devemos estar sempre em busca de constante atualização, pois quando nos referimos ao câncer os estudos estão a cada dia trazendo algo mais novo, que algumas vezes difere do que havia sido dito antes.

Palavras-chave: Prevenção. Radicais Livres. Câncer de Próstata.

1 INTRODUÇÃO

A próstata é uma glândula que produz cerca de um terço do líquido que é liberado na ejaculação (FONSECA; PALMAS, 2010). A próstata normal pesa cerca de 20 gramas e tem o tamanho de uma noz. Localizada logo abaixo da bexiga, envolve completamente a uretra, em sua porção inicial (BRASILEIRO FILHO, 2000).

O câncer é um processo através do qual uma série de mudanças genéticas converte a célula normal em uma maligna (DEUTSCH et al., 2004). Têm sido descritos vários fatores de risco para essa transformação, como genéticos, ambientais e sociais, incluindo influência familiar, dietética, hormonal e carcinógenos diversos (HAAS; SAKR, 1997). Daí surge a necessidade de estudos que resultem na adoção de medidas preventivas com o objetivo de diminuir a morbimortalidade por esta doença (BRAWLEY, 2003).

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), o número de casos novos pelo câncer de próstata estimados para o Brasil em 2014 foi de 68.800. Esse valor corresponde a um risco estimado de 70,42 casos novos a cada 100 mil homens. Sem levar em consideração os tumores de pele não melanoma, o câncer de próstata é o mais incidente entre os homens em todas as regiões do país, com 91,24/ 100 mil no Sul, 88,06/ 100 mil no Sudeste, 62,55/ 100 mil no Centro-Oeste, 47,46/ 100 mil no Nordeste e 30,16/ 100 mil no Norte, podendo ser considerado um problema de saúde pública (INCA, 2005a, 2014).

No Brasil, o aumento da expectativa de vida, a melhoria e a evolução dos métodos diagnósticos e da

qualidade dos sistemas de informação do país, bem como o acontecimento de sobrediagnóstico, devido a propagação do rastreamento do câncer de próstata com o Antígeno Prostático Específico (PSA) e toque retal, podem explicar o aumento das taxas de incidência por esse tipo de câncer ao longo dos anos (INCA, 2014).

Todo homem nasce programado para ter câncer da próstata, pois todos carregam em seu código genético proto-oncogenes, que sinalizam para uma célula normal a ordem para que se converta em uma maligna. O câncer da próstata ocorre porque as múltiplas divisões celulares vão ocorrendo com o passar dos anos, acompanham-se de discreto fracionamento dos cromossomos com perdas de genes supressores e de ativação de proto-oncogenes, devida a quadros de inflamação ou a ação de mediadores locais (SROUGI et al., 2008; CARVALHO et al., 2009; RHODEN; AVERBECK, 2010).

Aproximadamente 62% dos casos diagnosticados no mundo ocorrem em homens com 65 anos ou mais. Com o aumento da expectativa de vida mundial, espera-se que os casos novos por câncer de próstata aumente cerca de 60% até o ano de 2015 (INCA, 2014).

Há cerca de quarenta anos, o câncer era estimado como uma doença de países desenvolvidos, entretanto, nos últimos anos verificou-se um crescimento na incidência e mortalidade nos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil (INCA, 2012).

Quanto aos fatores de risco, é comum considerar que o risco de se desenvolver o câncer de próstata aumenta à medida que o homem envelhece (NCI, 2004). Outro fator de risco é a história familiar, em que os riscos aumentam de 2,2 vezes quando um parente de 1º grau (pai ou irmão) é acometido pelo problema, de 4,9 vezes quando dois parentes de 1º grau são portadores do tumor e de 10,9 vezes quando três parentes de 1º grau têm a doença. Nos casos de histórico familiar, orienta-se que os homens comecem a fazer exames preventivos após os 40 anos (SROUGI, 2005).

A exposição ao cádmio que é um mineral que se encontra em quantidades mínimas na fumaça do cigarro e nas pilhas alcalinas, também é indicada como um possível fator de risco para o câncer de próstata. Uma explicação talvez seja a de que o cádmio de certa forma opõe-se ao zinco, um elemento necessário a muitas das atividades do nosso corpo, e já foi verificado que a próstata de pacientes com câncer nesse órgão tem níveis de zinco menores do que os de outros indivíduos (WALSH; WORTHINGTON, 1998).

Ainda que alguns estudos não tenham encontrado alguma relação entre o câncer de próstata e a história de vasectomia (GOLDACRE et al., 2005; PATEL et al., 2005), Rohrman et al. (2005) constataram uma associação positiva entre a realização de tal cirurgia e a neoplasia da próstata, especialmente nos estágios iniciais. Segundo Colditz

et al. (2000), a realização de vasectomia está entre os fatores de risco ambientais para esta doença com resultados mais expressivos. Sunny (2005) detectou em seu estudo com indianos um risco relativo para o câncer em questão de 2,1 e 1,8, respectivamente, em homens que realizaram vasectomia antes de 45 anos de idade e com idade igual ou superior a 45 anos, comparando-os àqueles que não passaram por tal procedimento cirúrgico. Vinte e cinco anos após a realização de vasectomia, o risco relativo chega a 3,8, ainda conforme o mesmo autor.

A falta de conhecimentos sólidos para a orientação de medidas preventivas para o câncer de próstata também pode ser explicada pelo fato de muitos estudos que tendem a revelar fatores de risco relacionados à prevenção ou ainda estão em fase de desenvolvimento ou ainda demandam mais pesquisas internacionais para que os dados que se dispõem atualmente sejam validados de forma adequada (GOMES et al., 2008).

Estudos recentes sobre a história do câncer o caracterizam como um grande desafio para a medicina, permanecendo por muito tempo como doença desconhecida. As perspectivas de tratamento, até o início do século passado, eram um pouco insignificantes e somente após esse período a doença começou a ser conhecida melhor (ROCHA, 2010).

Os tratamentos que foram desenvolvidos ainda no início do século XX começaram a mostrar alguns resultados. Entretanto, o conhecimento cada vez mais preciso ampliava a dimensão do mal e sinalizava a limitada capacidade da medicina da época em combatê-lo. Esses fatores aumentavam de forma significativa o medo da sociedade, que passou a vê-lo como o flagelo da modernidade (TEIXEIRA; FONSECA, 2007).

Em 2001 no mês de setembro, a lei 10.289 foi responsável por estabelecer o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata. Caminhando na direção da implementação dessa lei, vários órgãos públicos que tratam do assunto, sob a coordenação do INCA, chegaram a um senso comum sobre o Programa Nacional do Câncer de Próstata (GOMES et al., 2008).

O motivo para a escolha do tema é devido a sua relevância, uma vez que a incidência do câncer de próstata apresenta-se com níveis crescentes e muitos homens ainda não se conscientizaram quanto à importância da prevenção primária que está relacionada principalmente com a alimentação saudável e também não procuram realizar a prevenção secundária que resulta no exame de toque retal. No entanto a alimentação tem papel determinante nas doenças crônicas não transmissíveis. Encontrando-se como um dos fatores modificáveis mais importantes para o aumento de risco de doenças crônicas, por este motivo a alimentação deve ser incluída entre as ações prioritárias de saúde pública.

Sendo assim, este estudo é importante para o

ensino, pesquisa e extensão, pois pode contribuir com o estabelecimento de estratégias que visam orientar quanto à melhoria da alimentação, envolvendo o indivíduo com informações relevantes para que se insira ativamente e incorpore hábitos que ajudam na prevenção do câncer de próstata.

Este artigo tem como objetivo verificar a influência dos fatores alimentares na prevenção do câncer de próstata e analisar as recomendações voltadas para a prevenção desse câncer, presentes em literaturas específicas sobre o assunto. Buscando-se também saber se as recomendações apresentam consensos ou divergências, bem como problematizar se as ações de prevenção levam em consideração as particularidades do ser homem no processo saúde-doença.

2 MATERIAL E MÉTODO

Há muitas formas de se refletir sobre a construção do conhecimento de uma área. Neste estudo, a opção foi por uma revisão da literatura, realizada por meio de uma abordagem qualitativa.

Na concepção de Polit, Beck e Hungler (2004), o desenvolvimento da teoria em um estudo qualitativo é um método indutivo. O pesquisador qualitativo reconhece padrões, pontos em comum e relacionamentos, por meio da análise de instâncias e eventos específicos. O pesquisador utiliza os dados através da realidade, para fazer uma explicação dos eventos como eles acontecem na realidade, é basicamente aquela que procura entender um fenômeno específico em profundidade. Os participantes da pesquisa podem direcionar o rumo da pesquisa em suas interações com o pesquisador. A pesquisa qualitativa é mais participativa e, portanto, menos controlável.

Trata-se de um estudo bibliográfico, em que consiste na leitura e observação de produções já desenvolvidas, para levantamento e análise do que já se produziu sobre alguns assuntos que são assumidos como tema de pesquisa científica. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é uma repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia a construção de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões próprias (GIL, 2007; MARCONI; LAKATOS, 2007).

A pesquisa é desenvolvida mediante a colaboração dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que inclui inúmeras fases desde a adequada elaboração do problema à satisfatória apresentação dos resultados (GIL, 2010).

O estudo foi realizado no acervo bibliográfico, através de impressos da Faculdade de Enfermagem São Vicente de Paula – FESVIP, bem como em bases de dados on-line de sites de credibilidade pertinentes a temática, publicadas no período de 1 a 33 anos, os

dados foram coletados no mês de junho do corrente ano, posteriormente foram analisados e descritos textualmente.

3 INFLUÊNCIA DE FATORES ALIMENTARES NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PROSTATA

3.1 Recomendações importantes acerca da prevenção primária e secundária

Especificamente em termos de prevenção do câncer de próstata, o INCA que é o órgão encarregado pela política de prevenção e controle do câncer em geral vem divulgando material informativo através da Internet (INCA, 2005b).

Discorrer sobre prevenção inclui, necessariamente, fazer referência aos fatores que causam a doença ou os predisponentes. É sobre esses fatores que incide o nível de prevenção primária – em patologias cujas causas estão bem determinadas - recomendando ações de uso de imunizações específicas; utilização de alimentos específicos; proteção contra substâncias carcinogênicas, para citar alguns exemplos (CZERESNIA, 2009).

No caso da prevenção secundária do câncer, esta requer atuações junto à população que permitam o diagnóstico precoce ou identificação das lesões pré-cancerosas, cujo tratamento pode levar à cura ou, ao menos, ao aumento da sobrevida dos indivíduos. Com os conhecimentos atuais, infere-se que a prevenção primária somada à secundária pode reduzir em 2/3 o número de casos de câncer (TUCUNDUVA et al., 2004). Outros estudos demonstram, ainda, que a prevenção efetivamente reduz a mortalidade por câncer em geral. Assim sendo, é fundamental uma atualização permanente de todos os profissionais da saúde em relação aos programas de prevenção e, no câncer em especial, quanto às medidas primárias e secundárias (BOLEN et al., 1997).

Ainda em relação à prevenção secundária, a melhor forma de diagnosticar o câncer de próstata corresponde a associação de toque digital e dosagem do PSA. O toque exclusivo falha em 30% a 40% dos casos, as medidas de PSA falham em 20%, mas a realização conjunta dos dois exames, apenas deixa de detectar o câncer em menos 5% dos pacientes (SROUGI, 2005).

Em relação ao exame de toque retal, Gomes (2003) procurou em seu estudo aprofundar a discussão sobre a dor e o medo. Reconhece que o toque retal é uma prática que pode causar no homem o medo de ser tocado na sua parte "inferior". Conforme o autor, esse medo pode se desdobrar em outros medos. O toque, que envolve penetração, pode estar associado à dor, tanto física quanto simbólica, que se associa também à violação.

Outro medo considerado pelo autor é o da eventual ereção que pode ocorrer a partir do toque e ser vista como indicador de prazer. No imaginário

masculino, a ereção pode estar relacionada tão fortemente ao prazer que não se consegue imaginá-la apenas como uma resposta fisiológica. O fato de ficar relaxado devido solicitação médica, para que o toque seja menos evasivo também é motivo para outro temor. O homem pode pensar que a sua descontração pode ser compreendida como indício de que o toque nessa parte é algo comum ou prazeroso (GOMES, 2003).

Em uma sociedade em frequente transformação, a promoção da saúde alcança importante papel socioeconômico e cultural, pois os indivíduos do sexo masculino, que apresentam sobrecarga de atividades, acabam por renegar ao segundo plano a qualidade da própria vida (BUSS, 2000).

A expressão qualidade de vida (QV) é uma medida de desfecho que tem sido entusiasticamente utilizada por clínicos, pesquisadores, economistas, administradores e políticos. Não é um conceito novo, mas tem crescido sua importância por diversas razões. A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1948, definiu saúde como não apenas a ausência de enfermidade, mas também a presença de bem-estar físico, mental e social. Recentemente tem sido fortalecido o uso da qualidade de vida como um conceito fundamental na prática dos cuidados e pesquisa em saúde (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000).

É importante reconhecer que os homens necessitam de ações educativas em saúde, pois os mesmos possuem taxas de mortalidade mais elevadas, quando comparado às mulheres. Entre as principais causas, estão doenças cardiovasculares, neoplasias malignas, doenças isquêmicas do coração, além de causas externas (acidentes de trânsito e homicídios). Trata-se, no entanto, de um desafio, pois os homens tendem a adotar hábitos não saudáveis. Há também que se considerar fatores culturais, como o modelo da masculinidade hegemônica, que associa expressão de necessidades de saúde com manifestação de fraqueza e de feminilização (FIGUEIREDO, 2005; SCHRAIBER; GOMES; COUTO, 2005).

A Sociedade Brasileira de Urologia (2003) recomenda que os homens que têm acima de 50 anos e os que têm 40 anos e com histórico familiar de câncer de próstata, devam pensar na possibilidade de ir anualmente ao urologista para realizar o check-up da próstata, mesmo que não apresentem sintomas urinários.

No entanto, a prevenção se volta para uma ação orientada para que o sujeito não adoça e possa desfrutar de uma boa qualidade de vida; para isso, é importante envolvê-lo com informações relevantes para que se insira ativamente e incorpore hábitos preventivos (CZERESNIA; FREITAS, 2003). Nesse sentido, recomenda-se: praticar atividades físicas, no mínimo, durante trinta minutos por dia; ter uma dieta rica em fibras, frutas, vegetais, leguminosas; diminuir a quantidade de gordura na alimentação,

principalmente a de origem animal; evitar o uso excessivo do álcool; não fumar e manter o peso na medida certa (INCA, 2005b).

Os esclarecimentos a respeito da doença e a capacidade de construção de novas práticas terapêuticas decorreram em parte da combinação da medicina a outras áreas de pesquisa, que foram a física, química e a biologia. Anteriormente, as alternativas de tratamento eram feitas apenas mediante cirurgias que ofereciam pouco resultado, como a extirpação do tumor, de órgãos e tecidos lesionados (ROCHA, 2010).

O câncer de próstata surge após interação de vários eventos, que incluem fatores hormonais, genéticos, ambientais e alimentares. Uma dieta pobre em gordura, especialmente a de origem animal, e rica em frutas, legumes e verduras favorece a uma redução no risco para esse tipo de câncer, segundo estudos mais recentes. Algumas substâncias têm sido apontadas como encarregadas por esse fator de proteção. Os estudos com Vitamina E, Vitamina D, selênio e licopeno na sua forma natural ou como suplementação dietética são os mais coerentes em expressar essa associação. No entanto ainda há controvérsias na forma e a quantidade em que estas substâncias se tornam especificamente benéficas (LIZUKA, 2009).

3.2 Processo de formação do câncer com radicais livres e estratégia de defesa antioxidante

O câncer é considerado uma doença genética. Isso significa que ele pode ser conduzido a uma célula normal por meio da transferência de genes que são considerados tumorais. Quando tais genes são transcritos, ocasionam a síntese de proteínas que mostram a perda ou ganho de sua função biológica. As mutações podem ser causadas por agentes físicos e químicos do meio ambiente ou também através de produtos tóxicos da própria célula (exemplo: radicais livres). O processo de formação de um câncer pode durar de um a trinta anos (BELIZÁRIO, 2002).

Os radicais livres e os antioxidantes são temas de pesquisa intensamente investigado nos últimos anos, tanto em seus aspectos básicos quanto em relação as suas aplicações. Pela sua importância, abrangência e pela possibilidade que o seu estudo gerou na promoção da saúde e também na cura de diversas moléstias, estes temas têm recebido ampla propagação pelas diferentes mídias, tendo se tornado, de conhecimento público (SILVA; RIBEIRO; CHAVES, 2009).

Nas últimas décadas, foram efetuadas inúmeras pesquisas para esclarecer o papel dos radicais livres em processos fisiopatológicos como câncer, aterosclerose e dentre outros. Ao abrirmos um periódico, com frequência, encontramos temas relacionados aos radicais livres, que, por seu caráter multidisciplinar, têm chamado a atenção de pesquisadores de diversas áreas. No entanto, os

artigos desta linha de pesquisa, muitas vezes, ocasionam desinteresse no leitor não-especializado, porque estão mergulhados num mundo bioquímico de difícil compreensão (FERREIRA; MATSUBARA, 1997).

As camadas eletrônicas de um elemento químico são denominadas K, L, M e N, e seus subníveis, s, p, d, f. De maneira simples, a expressão radical livre refere-se ao átomo ou molécula altamente reativo, que contém número ímpar de elétrons em sua última camada eletrônica. É este não - emparelhamento de elétrons da última camada que concede alta reatividade a esses átomos ou moléculas (HALLIWELL; GUTTERIDGE, 1990, 1992, 2000).

Essa configuração faz dos radicais livres moléculas altamente instáveis, com meia-vida curtíssima e quimicamente muito reativas. A presença dos radicais é crítica para a manutenção de muitas funções fisiológicas normais (POMPELLA, 1997).

Os exemplos de radicais livres são: oxigênio molecular (O₂), radical hidroxil (OH.), ânion superóxido (O₂⁻), radical peroxil (ROO.), radical alcóxil (RO.) e óxido nítrico (NO.) (PEREIRA, 1994; ARUOMA, 1994; YU, 1994; SJODIN et al., 1990).

Os processos oxidativos são de extrema importância nos sistemas vivos, pois deles dependem a troca de elétrons, a transmissão de informação no cérebro, dentre outras atividades. Porém, esses processos também estão associados à formação de radicais livres, e também da oxidação das gorduras (KEMIN, 2011).

A formação de radicais livres in vivo ocorre via ação catalítica de enzimas, durante os processos de transferência de elétrons que ocorrem no metabolismo celular e também pela exposição a fatores exógenos. Contudo, na condição de pró-oxidante a concentração desses radicais pode aumentar devido à maior geração intracelular ou pela deficiência dos mecanismos antioxidantes, levando ao dano celular (CERUTTI, 1991, 1994).

A produção contínua de radicais livres durante os processos metabólicos levou ao desenvolvimento de muitos mecanismos de defesa antioxidante para limitar os níveis intracelulares e também impedir a indução dos danos (SIES, 1993). Os antioxidantes são agentes responsáveis pela inibição e redução das lesões causadas pelos radicais livres nas células.

Uma ampla definição de antioxidante é "qualquer substância que, presente em baixas concentrações quando comparada a do substrato oxidável, que atrasa ou inibe a oxidação deste substrato de maneira eficaz" (SIES; STAHL, 1995).

Esses agentes que protegem as células contra os efeitos dos radicais livres podem ser classificados como antioxidantes enzimáticos e também não-enzimáticos (SIES, 1993).

Renaud et al. (1998) relatam que o interesse de consumidores e da comunidade científica em relação aos antioxidantes naturais tem aumentado, particularmente em relação àqueles encontrados nas

frutas e vegetais, tendo em vista que estudos farmacológicos demonstram a associação entre o seu consumo e a diminuição do risco para o aparecimento de doenças degenerativas.

3.3 Tipos de antioxidantes naturais

A dieta não é considerada somente fonte de nutrientes, e sim de várias outras substâncias que podem participar da prevenção ou inibição do processo da carcinogênese. Contudo, é improvável que os nutrientes ou fatores dietéticos atuem da mesma forma nos diversos tipos de câncer (FERRARI; TORRES, 2002; MCMILLAN et al., 2000; BERRRINO; KROGH; RIBOLI, 2003).

De acordo com Halliwell (1996), os efeitos defensivos de antioxidantes naturais em frutas e vegetais estão relacionados a três grandes grupos: ácido ascórbico e fenólicos como antioxidantes hidrofílicos e carotenóides como antioxidantes lipofílicos.

Existem várias moléculas naturais que atuam como antioxidantes, sendo que as principais são os isômeros da vitamina E (tocoferóis: alfa, beta, gama e delta), os carotenóides (beta-caroteno, luteína e licopeno, entre outros), a vitamina C (ácido ascórbico), e alguns polifenóis que estão presentes no alecrim e em outras ervas aromáticas. Essas são algumas das moléculas que apresentam ação antioxidante para o organismo. Existem outras que são efetivas para prevenir a oxidação dos ácidos graxos, presentes nos alimentos (KEMIN, 2011).

Progressivamente, as pessoas têm se alimentado com produtos que estão cada vez mais distantes da sua fabricação. Podendo comprar alimentos produzidos em regiões bastante distantes do nosso País ou até mesmo em outros países. Isso só é possível porque os alimentos resistem ao trajeto sem se degradarem e continuam em condições próprias para consumo. Um fator que deve ser controlado para garantir a conservação da qualidade de um alimento rico em ácido graxo é a oxidação (KEMIN, 2011).

A oxidação lipídica é o principal processo pelo qual ocorre perda de qualidade da carne e de seus produtos, depois da deterioração microbiana. Esse processo provoca alterações indesejáveis do ponto de vista sensorial, como a alterações de sabor, cor e odor (ARAÚJO, 2004; SOUZA et al., 2007).

Um bom exemplo é o charque que é um produto cárneo tradicional elaborado através da salga e da secagem da carne. Este produto é preparado e consumido há vários anos no Brasil, embora o processamento e as mudanças bioquímicas não sejam muito examinados. A carne de charque tem sua suscetibilidade à oxidação potencializada durante o processo, pois a desidratação, a adição de sal e a temperatura de secagem atuam como importantes catalisadores no processo de oxidação lipídica (CORREIA e BISCONTINI, 2003; SHIMOKOMAKI et al., 1998).

A carne ovina é uma fonte de proteína com alto valor biológico e está presente na dieta de diferentes populações do mundo, com ênfase nos continentes africanos e asiáticos. No Brasil, o consumo per capita de carne ovina não atinge 2 Kg/hab. ao ano, enquanto na Austrália atinge 20 Kg/hab. ao ano (ZAPATA et al., 2001). O desenvolvimento de novos produtos com carne ovina é uma opção para a expansão da utilização desta carne no Brasil.

A carne de ovinos apresenta grande quantidade de ácidos graxos saturados e monoinsaturados, com pequenas quantidades de poli-insaturados (SAÑUDO et al., 2000; ZAPATA et al., 2001). A presença de ácidos graxos insaturados torna a carne de ovinos suscetível à oxidação lipídica.

A adição de antioxidantes sintéticos e naturais pode controlar ou minimizar a oxidação lipídica em produtos cárneos, como tem sido indicado em diferentes pesquisas (NASSU et al., 2003; AHN et al., 2006; TRINDADE et al., 2008).

3.4 Antioxidantes que auxiliam na prevenção do câncer de próstata

Existem alguns elementos antioxidantes que teoricamente apresentam atividade anti radicais livres, que são: vitamina A, vitamina C, vitamina E, licopeno, selênio, chá verde, os flavonóides, zinco, manganês e cobre.

A vitamina A (VA) foi a primeira vitamina lipossolúvel a ser reconhecida, fato ocorrido em 1913, e desde então numerosos estudos estão sendo conduzidos a fim de elucidar as funções desse nutriente. Inicialmente, o papel da VA era apenas reconhecido na fisiologia do sistema visual. Posteriormente, as consequências da deficiência de vitamina A (DVA) sobre a função imune, assim como seu reflexo nas taxas de morbimortalidade, em especial no grupo materno-infantil, foram estabelecidas (GOMES; SAUNDERS; ACCIOLY, 2005).

A VA acha-se relacionada com os processos de crescimento e desenvolvimento normais dos tecidos ósseos e dentário, sendo de extrema importância para o crescimento no homem e em outros animais (FRANCO, 2007).

A VA é um fator importante no crescimento e na diferenciação celular. Além disso, tem apresentado ação preventiva no desenvolvimento dos tumores da bexiga, mama, estômago e pele, em estudos realizados com animais (BIANCHI; ANTUNES, 1999).

A vitamina C encontra-se na natureza sob duas formas: reduzida ou oxidada (ácido deidroascórbico); ambas são ativas, porém a forma oxidada está muito menos difundida nas substâncias naturais. A transformação do AA em ácido deidroascórbico ocorre normalmente no interior do organismo e é reversível, permitindo que uma de suas substâncias possa sempre ser transformada na outra. Essa capacidade de transformação funciona como um sistema

oxidorreduzidor capaz de transportar hidrogênio nos processos de respiração, no nível celular (WELCH et al., 1995). O ácido ascórbico participa dos processos celulares de oxirredução, como também é importante na biossíntese de catecolaminas. Previne o escorbuto, é importante na defesa do organismo contra infecções e é fundamental para manter a integridade das paredes dos vasos sanguíneos (AZULAY et al., 2003).

A vitamina C é encontrada nos tecidos vegetal e animal, como ácidos ascórbico e desidroascórbico. As melhores fontes são frutas, hortaliças e vísceras, mais os teores reais de ácido ascórbico dos alimentos podem variar com suas condições de crescimento e grau de maturidade quando colhidos. A refrigeração e o congelamento ajudam a reter a vitamina (MAHAN; STUMP, 2005).

Em relação à vitamina E, em 1983 ficou claro que ela é essencial para os seres humanos. A principal função da vitamina E é a de antioxidante captador de radical nas membranas celulares e lipoproteicas plasmáticas. Esta vitamina é importante para limitar a lesão radical resultante da oxidação de AGPI, reagindo com os radicais lipídico peróxido antes que estes consigam estabelecer uma reação em cadeia (GIBNEY; VORSTER; KOK, 2005).

A vitamina E ocorre naturalmente em alimentos de origem vegetal, principalmente nos vegetais verde-escuros, nas sementes oleaginosas, nos óleos vegetais e no germe de trigo e está presente também em alimentos de origem animal, como gema de ovo e fígado (BATISTA; COSTA; PINHEIRO-SANT'ANA, 2007).

Mais recentemente, o licopeno, que é o carotenóide vermelho encontrado predominantemente em tomates e também em alguns frutos e vegetais, tem despertado substancial interesse entre pesquisadores da área médica. Acredita-se que o licopeno pode ser benéfico em patologias como câncer e também em doença coronariana, bem como em outras condições crônicas. Essas alegações têm sido estudadas extensivamente, em estudos epidemiológicos, investigações bioquímicas das propriedades do licopeno e através da avaliação da Biodisponibilidade do licopeno em dietas que são baseadas em tomates. Sendo o principal carotenóide presente no sangue humano, o licopeno protege os lipídeos, proteínas e DNA do dano oxidativo. (LEVY; SHARONI, 2004).

Em um estudo realizado na Universidade de Harvard (Estados Unidos) concluiu que a ingestão abundante de tomate e seus derivados parece diminuir de 35% os riscos de câncer de próstata. O efeito benéfico do tomate resultaria da presença de grandes quantidades de licopeno, que é um precursor da vitamina A (SROUGI, 2005). E em outro estudo, pesquisadores neozelandeses revelam que a ingestão de ácidos graxos não saturados de cadeia longa, encontrados em óleos de peixes, sobretudo o salmão, previne o aparecimento de tumores do câncer

de próstata (SROUGI, 2003).

O selênio é um antioxidante vital, principalmente quando combinado com a vitamina E, que é um mineral essencial para a síntese da enzima Glutathione Peroxidase, que nos protege contra os radicais livres (ALBUQUERQUE, 2011).

O chá verde é fonte de flavonóides bioativos com que apresentam potente atividade antioxidante. Entre os efeitos benéficos das terapias antioxidantes está a atenuação das consequências deletérias dos radicais livres. Quimicamente, os flavonóides do chá verde são atenuadores de radicais livres muito eficazes (RIETVELD; WISEMAN, 2003; COOPER et al., 2005; BERTHOLD; SACHINIDIS, 2004).

Os flavonóides representam um dos grupos fenólicos mais importantes e diversificados entre os produtos de origem vegetal, sendo amplamente distribuídos em frutas, vegetais, sementes, flores e cascas de árvores (COOK; SAMMAN, 1996). Quando ingeridos, os flavonóides interferem em alguns processos fisiológicos do organismo, como a absorção de ferro e de vitaminas, e também estimulam a cicatrização. Eles agem como antioxidantes, combatendo os radicais livres, possuem atividade antimicrobiana e moduladora do sistema imune, apresentam ação antiinflamatória, analgésica, regenerativa de cartilagens, ossos e também são responsáveis pela vasodilatação (CHEN; ZANG; XIE, 2005; MENEZES, 2005; FERNANDES JUNIOR et al., 2006).

O zinco está envolvido na estabilização de membranas estruturais e na proteção celular, que atua prevenindo a peroxidação lipídica. O papel fisiológico do zinco como antioxidante é evidenciado por dois mecanismos: proteção de grupos sulfidrilas contra oxidação, como ocorre com a enzima d-ácido aminolevulínico desidratase e na inibição da produção de espécies reativas de oxigênio por metais de transição como ferro e cobre (MAFRA; COZZOLINO, 2004).

Em estudos realizados com pacientes apresentando os mais variados tipos de neoplasias, foi observado que a concentração de zinco no plasma antes de qualquer tratamento para o câncer era mais baixa quando comparada a indivíduos saudáveis ou até mesmo com pacientes com doenças inflamatórias no mesmo local da neoplasia, como no estudo feito por Poo et al. (1997) que comparou pacientes com câncer em alguma parte do trato gastrointestinal, pacientes com doenças digestivas benignas e indivíduos saudáveis e, observaram níveis mais baixos de zinco plasmático nos pacientes com câncer (68,7 21,9 g/dL) do que nos outros pacientes com doenças benignas (80,1 18,7 g/dL) e nos indivíduos saudáveis (100 11,4 g/dL) (FERNANDES; MAFRA, 2005).

O manganês é necessário como um co-fator catalítico para a superóxido dismutase das mitocôndrias, arginase e piruvato carboxilase. Também é um ativador das glicosiltransferases, fosfoenolpiruvato carboxilase e glutamina sintetase, e

ele é absorvido a nível de intestino delgado (GIBNEY; VORSTER; KOK, 2005; MAHAN; STUMP, 2005). A deficiência do manganês leva a perda de peso, dermatite temporária e, ocasionalmente, náusea e vômito, uma alteração na cor do cabelo e crescimento lento de cabelos e pêlos. Em caso de animais a sua deficiência afeta a capacidade reprodutiva, função pancreática e dentre outros aspectos relacionados ao metabolismo de carboidratos (MAHAN; STUMP, 2005).

O cobre é um microelemento essencial para muitas funções orgânicas, como a mobilização do ferro para a síntese da hemoglobina, sendo a sua deficiência rara no homem, pois a quantidade nos alimentos habitualmente consumidos é adequada para prover às necessidades orgânicas em cerca de 100 mg. Isso não evidencia que o cobre deva ser adicionado à dieta normal, mas profilática e terapêuticamente (FRANCO, 2007).

3.5 Diferenças entre antigos e novos estudos acerca de fatores alimentares que ajudam a prevenir o câncer de próstata

Quanto ao consumo de gorduras, alguns estudos epidemiológicos comparando populações têm evidenciado não apenas uma forte correlação, mas também maior frequência de câncer de próstata avançado no momento do diagnóstico em pacientes com dietas ricas em gorduras (ROSE; BOYAR; WYNDER, 1986).

Quanto ao uso de suplemento com polivitamínicos ou qualquer vitamina específica não há evidências de que afeta a ocorrência ou gravidade de câncer de próstata. Há uma grande heterogeneidade entre os estudos para que seja possível que os subgrupos não identificados possam se beneficiar ou se prejudicar com uso de vitaminas (STRATTON; GODWIN, 2011).

Em relação à vitamina A e seus derivados possuem efeito protetor contra vários cânceres, mas na próstata os dados epidemiológicos são conflitantes. Alguns estudos demonstram que níveis séricos reduzidos de retinol podem aumentar o risco de câncer de próstata, enquanto outros não demonstram qualquer efeito preventivo (EICHHOLZER et al., 1996; HAYES et al., 1988).

A vitamina C é o maior antioxidante hidrossolúvel circulante, agindo contra radicais livres e inibindo a transformação maligna "in vitro" (BENEDICT; JONES, 1982). Em recente estudo, a vitamina C causou redução na viabilidade de células de câncer de próstata "in vitro" (MARAMAG et al., 1997). Um estudo mais recente, também diz que existe a possibilidade de legumes ricos em Vitamina C como pimentão e brócolis possam reduzir o risco de câncer de próstata. Fato este justificado devido à ação antioxidante exercida pela Vitamina C em inibir a proliferação de células deste câncer in vitro. No entanto, tal efeito protetor contra o câncer de próstata ainda não foi consistentemente avaliado em estudos

epidemiológicos (AMBROSINI et al., 2008).

No caso da vitamina D, a mesma tem potente efeito inibitório na diferenciação e crescimento de várias células malignas e normais "in vitro". Além disso, ela pode reduzir o risco de doença invasiva, provavelmente devido à redução na secreção de colagenase tipo IV pelas células malignas (GETZENBERG et al., 1997; CORDER et al., 1993).

Em relação à vitamina E, em uma coorte com 2.974 homens, com mais de 17 anos de seguimento, níveis plasmáticos baixos desta vitamina foram relacionados a um risco aumentado de câncer de próstata (EICHHOLZER et al., 1996). Outro estudo randômico prospectivo, comparando grupos experimentais com o placebo, examinou o efeito de 50 mg/dia de α -tocoferol (vitamina E) e β -caroteno (20 mg/dia), separadamente ou em conjunto, sobre o risco de câncer prostático em 29.133 homens fumantes: após seguimento mediano de 6,1 anos constatou-se redução de 31% na incidência do câncer e de 41% da mortalidade por câncer de próstata entre os homens que tomaram o α -tocoferol comparado com os que não tomaram (HEINONEM et al., 1998).

Quanto ao selênio, estudos epidemiológicos têm demonstrado um risco duas vezes maior de vários tumores, em pacientes com níveis séricos reduzidos deste elemento, inclusive o câncer de próstata (WILLET et al., 1983).

Quanto ao estudo SELECT - Selenium and Vitamin E Cancer Prevention Trial envolvendo 35.533 pacientes demonstrou que o selênio, a vitamina E, ou o selênio associado a vitamina E não previnem o câncer de próstata na população geral saudável. Este dado ressalta a prudência necessária em recomendar o uso de agentes para a prevenção ou controle da doença prostática na ausência de resultados convincentes em ensaios clínicos bem desenhados. Estes resultados também obrigam a comunidade científica para continuar a busca de novos agentes eficazes para a prevenção do câncer de próstata (SCOTT, 2009).

Um estudo chinês de caso-controle envolvendo 471 homens identificou que uma dieta rica em vegetais bulbosos, de cheiro forte, especialmente alho e cebolinha, independente da ingestão de outros itens na dieta, está associada com um risco reduzido de câncer de próstata (HSING, 2002).

A FDA não encontrou nenhuma evidência plausível que apoiasse a associação entre a ingestão de licopeno e um risco reduzido de câncer de próstata. A FDA também não encontrou nenhuma prova de que a associação entre o consumo de tomate e um risco reduzido de câncer de pulmão, colorretal, mama, colo do útero, ou câncer endometrial. Assim sendo, as evidências são muito limitadas para apoiar uma associação entre o consumo de tomate e redução dos riscos de câncer de próstata, ovário, gástrico e de pâncreas (KAVANAUGH; TRUMBO; ELLWOOD, 2007). Em outro estudo que foi uma meta-análise ficou evidenciado que os produtos do tomate podem

desempenhar um papel na prevenção do câncer de próstata. No entanto, este efeito é modesto e restrito a grandes quantidades de ingestão de tomate sendo necessária a realização de mais pesquisas para determinar o tipo e quantidade de produtos de tomate suficientes para prevenir o câncer de próstata (ETMINAN; TAKKOUICHE; CAAMAÑO-ISORNA, 2004).

No caso da soja, um estudo norte-americano, que avaliou homens adventistas, demonstrou que aqueles que ingeriam leite de soja apresentavam redução na incidência de câncer de próstata em 70% (JACOBSEN; KNUTSEN; FRASER, 1998).

Em relação ao chá verde, a diferença entre as dietas do ocidente e do oriente é o grande consumo de chá verde. Este fato também poderia explicar em parte a baixa incidência de câncer de próstata clinicamente significativa em países asiáticos, visto que sua composição contém polifenóis, que são substâncias dotadas de atividades anticarcinogênicas (REITER; KERNION, 2002).

Estudos limitados, mais recentes e de pouca relevância mostraram que beber chá verde pode reduzir o risco de câncer de próstata. No entanto, com base nesses estudos, a FDA (Food and Drug Administration) concluiu que é altamente improvável que o chá verde possa reduzir o risco de câncer de próstata. Este mesmo órgão também concluiu que a evidência existente não suporta a iniciativa em saúde para o consumo de chá verde com o intuito de se reduzir o risco de qualquer tipo de câncer (KIMBERLY, 2005).

4 CONCLUSÃO

A alimentação adequada é de grande importância para que se tenha uma vida saudável e também para a prevenção de doenças e dentre elas encontramos o câncer de próstata. Diante da análise de vários artigos o que se verifica é a existência de algumas controvérsias, pois alguns estudos mais antigos dizem algo que novos estudos comprovam que na realidade isso não acontece.

Analisando artigos antigos e recentes, os mesmos abordam que os alimentos ricos em vitamina C (pimentão e o brócolis) são essenciais na prevenção do câncer de próstata devido a sua grande ação antioxidante.

Quanto a vitamina E e o selênio, estudos mais antigos relataram que esses elementos são de extrema importância na prevenção do câncer de próstata o que difere de estudo recente que refere que esses mesmos elementos não reduzem a possibilidade de aparecimento deste câncer.

Em relação ao tomate os estudos também diferem, quanto aos seus benefícios, e a conclusão que se chega é que para que se tenha a prevenção do câncer de próstata com o tomate o mesmo deve ser ingerido em grandes quantidades.

Em relação ao chá verde tanto os antigos

quanto os novos estudos abordam que o mesmo ajuda na prevenção do câncer de próstata.

Contudo, é de grande importância a ingestão de alimentos que foram comprovados cientificamente que ajudam na prevenção do câncer de próstata, tais como vitamina C, vitamina D, a dieta rica em vegetais bulbosos, de cheiro forte, especialmente alho e cebolinha, leite de soja, tomate e chá verde.

REFERENCIAS

AHN, J.; GRÜN, I. U.; FERNANDO, L. N. Antioxidant properties of natural plant extracts containing polyphenolic compounds in cooked ground beef. *Journal of Food Science*, Malden, v. 67, n. 4, p. 1364-1369, 2006.

ALBUQUERQUE, G. A importância dos nutrientes para uma vida saudável, 2011. Disponível em: <<http://www.naturalnet.com.br/Filedown/cartilha%20nutri.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2011, 07:00.

AMBROSINI, G. L. et al. Fruit, vegetable, vitamin A intakes, and prostate cancer risk. *Prostate Cancer and Prostatic Diseases*, v. 11, p. 61-66, 2008.

ARAÚJO, J. M. A. Química de alimentos: teoria e prática. 3. ed. Viçosa: UFV, 2004.

ARUOMA, O. I. Free radicals and antioxidant strategies in sports. *J. Nutr. Biochem*, v. 5, p. 370-381, 1994.

AZULAY, M. M. Vitamina C. *An. Brás. Dermatol.*, Rio de Janeiro, v. 78, n. 3, p. 265-274, maio/jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abd/v78n3/16303.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2011, 09:10.

BATISTA, E. S.; COSTA, A. G.; PINHEIRO-SANT'ANA, H. M. Adição da vitamina E aos alimentos: implicações para os alimentos e para a saúde humana. *Rev. Nutr.*, v.20, p. 525-535, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732007000500008&lng=en>. Acesso em: 24 jun. 2011, 08:15.

BELIZÁRIO, J. E. O próximo desafio: reverter o câncer. *Ciência hoje*, v. 31, n. 184. p. 50-57, Jul. 2002.

BENEDICT, W. F.; JONES, P. A. Inhibition of transformation and oncogenic progression by ascorbic acid: a possible role in chemoprevention. *Molecular interrelations of nutrition and cancer*. In: *Molecular interrelations of nutrition and cancer*. New York: Raven Press, 1982, p.351.

BERRRINO, F.; KROGH, V.; RIBOLI, E. Epidemiology studies on diet and cancer. *Tumori*, v. 89,

p. 581-585, 2003.

BERTHOLD, G. I.; SACHINIDIS, A. Molecular mechanisms explaining the preventive effects of catechins on the development of proliferative diseases. *Current Pharmaceutical Design*, v. 10, p. 1261-1271, 2004.

BIANCHI, M. L. P.; ANTUNES, L. M. G. Radicais livres e os principais antioxidantes da dieta. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 12, n. 2, p. 123-130, maio/ago. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v12n2/v12n2a01.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2011, 08:20.

BOLEN, J. C. et al. State-specific prevalence of selected health behaviors, by race and ethnicity - behavioral risk factor surveillance system, 1997. Disponível em: <<http://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/ss4902a1.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2011, 08:35.

BRASILEIRO FILHO, G. *Bogliolo Patologia*. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

BUSS, P. M. Promoção da Saúde e Qualidade de Vida. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v.4, n. 1, 163-177, 2000.

BRAWLEY, O. W. Hormonal prevention of prostate cancer. *Urol. Oncol.*, v. 21, n. 1, p. 67-72, 2003.

CARVALHO, S. M. F. et al. Genética do câncer hereditário. *Rev. Bras. de Canc.*, v. 55, n. 3, p. 263-269, 2009.

CERUTTI, P. A. Oxidant stress and carcinogenesis. *European Journal of Clinical Investigation*, Oxford, v. 21, n. 1, p. 1-5, 1991.

CERUTTI, P. A. Oxy-radicals and cancer. *Lancet*, London, v. 344, n. 8926, p. 862-863, 1994.

CHEN, H.; ZHANG, M.; XIE, B. Components and antioxidant activity of polysaccharide conjugate from green tea. *Food Chemistry*, Londres, v. 90, n. 1-2, p. 17-21, 2005.

COLDITZ, G. A. et al. Harvard Report on Cancer Prevention – Volume 4 – Harvard Cancer Risk Index. *Cancer Causes and Control*, v. 11, p. 477-488, 2000.

COOK, N. C.; SAMMAN, S. Flavonoids-Chemistry, metabolism, cardioprotective effects, and dietary sources. *Journal of Nutritional Biochemistry*, Stoneham, v. 7, n. 2, p. 66-76, Sep. 1996.

COOPER, R.; MORRÉ, J.; MORRÉ, D. M. Medicinal benefits of green tea: part II. review of anticancer properties. *The Journal of Alternative and Complementary Medicine*, v. 11, p. 639-652.

CORDER, E. H. et al. Vitamin D and prostate cancer: a prediagnostic study with stored sera. *Cancer Epidemiol. Biomarkers Prev.*, v. 2, p. 467-472, 1993.

CORREIA, R. T. P.; BISCONTINI, T. M. B. Influência da dessalga e cozimento sobre a composição química e perfil de ácidos graxos de charque e jerked beef. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 38-42, 2003.

CZERESNIA, D; FREITAS, C. M. Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

CZERESNIA, D; FREITAS, C. M. Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.fo.usp.br/departamentos/social/saude_coletiva/AOconceito.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2011, 10:00.

DEUTSCH, E. et al. Environmental, genetic, and molecular features of prostate cancer. *Lancet. Oncol.*, v. 5, n. 5, p. 303-313, 2004.

EICHHOLZER, M. et al. Prediction of male cancer mortality by plasma levels of interacting vitamins: 17-year follow-up of the prospective Basel study. *Int. J. Cancer*, v.66, p. 145-150, 1996.

ETMINAN, M.; TAKKOUICHE, B.; CAAMAÑO-ISORNA, F. The role of tomato products and lycopene in the prevention of prostate cancer: a meta-analysis of observational studies. *Cancer Epidemiol Biomarkers Prev.*, v. 13, n. 3, p. 340-345, mar. 2004.

FERNANDES, A. G.; MAFRA, D. Zinco e câncer: uma revisão. *Rev. Saúde. Com.*, v. 1, n. 2, p. 144-156, 2005. Disponível em: <<http://www.uesb.br/revista/rsc/v1/v1n2a8.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2011, 09:10.

FERNANDES JUNIOR, A. et al. Atividade antimicrobiana de própolis de *Apis mellifera* obtidas em três regiões do Brasil. *Ciência rural*, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 294-297, jan./fev. 2006.

FERRARI, C. K. B.; TORRES, E. A. F. S. Novos compostos dietéticos com propriedades anticarcinogênicas. *Rev. Bras. Cancerol.*, v. 48, p. 375-382, 2002.

FERREIRA, A. L. A.; MATSUBARA, L. S. Radicais livres: conceitos, doenças relacionadas, sistema de defesa e estresse oxidativo. *Rev. Ass. Med. Brasil*, v. 43, n. 1, p. 61-68, 1997.

FIGUEIREDO, W. Assistência à saúde dos homens: um desafio para os serviços de atenção

primária. Ciênc. Saúde Coletiva, v. 10, n. 1, p. 105-109, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a11v10n1.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2011, 08:30.

FONSECA, J. F.; PALMAS, A. S. HBP: sintomas e impacto na qualidade de vida, 2010. Associação Portuguesa de Urologia. Disponível em: <<http://repositorio.hff.min-saude.pt/bitstream/10400.10/467/1/Urol%20em%20Med%20Familiar%202010.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2015, 12:40.

FRANCO, G. Tabela de composição química dos alimentos. 9. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.

GETZENBERG, R. H. et al. Vitamin D inhibition of prostate adenocarcinoma growth and metastasis in the Dunning rat prostate model system. Urology, v. 50, p. 999-1006, 1997.

GIBNEY, M. J.; VORSTER, H. H.; KOK, F. Introdução à nutrição humana. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDACRE, M. J. et al. Cancer and cardiovascular disease after vasectomy: na epidemiological database study. Fertil Steril, v. 84, n. 5, p. 1438-1443, nov. 2005.

GOMES, M. M.; SAUNDERS, C.; ACCIOLY, E. Papel da vitamina A na prevenção do estresse oxidativo em recém-nascidos. Rev. Bras. Saúde Matern. Infant., Recife, v. 5, n. 3, p. 275-282, jul./set. 2005.

GOMES, R. et al. A prevenção do câncer de próstata: uma revisão da literatura. Ciênc. e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 13 n. 1, p. 235-246, Jan./Fev. 2008.

GOMES, R. Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão. Ciênc. e Saúde Coletiva, v. 8, n. 3, p. 825-829, 2003.

HAAS, G. P., SAKR, W. A. Epidemiology of prostate cancer. CA Cancer J. Clin., v. 47, p. 273-287, 1997.

HALLIWELL, B. Antioxidants in human health and disease. Annual Review of Nutrition, v.16, p.33-50,

1996.

HALLIWELL, B.; GUTTERIDGE, J. M. C. Free radicals in biology and medicine. Oxford, 2000.

HALLIWELL, B.; GUTTERIDGE, J. M. C. Role of free radicals and catalytic metal ions in human disease: an overview. Methods Enzymol., v. 186, p. 1-85, 1990.

HALLIWELL, B. Reactive oxygen species and the central nervous system. J. Neurochem, v. 59, p. 1609-1623, 1992.

HAYES, R. B. et al. Serum retinol and prostate cancer. Cancer, v. 62, p. 2021-2026, 1988.

HEINONEN, O. P. et al. Prostate cancer and supplementation with alpha-tocopherol and beta-carotene: incidence and mortality in a controlled trial. J. Natl. Cancer Inst., v. 90, p. 440-446, 1998.

HSING, A.W. et al. Allium vegetables and risk of prostate cancer: a population-based study. J. Natl Cancer Inst., v. 94, n. 21, p. 1648-1651, nov. 2002.

INCA. Instituto Nacional de Câncer. Câncer da próstata: consenso. Rio de Janeiro, 2002.

_____. Instituto Nacional de Câncer. Estimativa/2014: Incidência de Câncer no Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/gestor/homepage/outros-destaques/estimativa-de-incidencia-de-cancer-2014/estimativa_cancer_24042014.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2015, 19:15.

_____. Instituto Nacional de Câncer. Síntese de resultados e comentários, 2005a. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br>>. Acesso em: 21 jun. 2011, 00:05.

_____. Instituto Nacional de Câncer. Prevenção do câncer de próstata, 2005b. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2011, 15:00.

JACOBSEN, B. K.; KNUTSEN, S. F.; FRASER, G. E. Does high soy milk intake reduce prostate cancer incidence? The Adventist Health Study (United States). Cancer Causes Control, v. 9, p. 553-557, 1998.

KAVANAUGH, C. J.; TRUMBO, P. R.; ELLWOOD, K. C. The U.S. Food and Drug Administration's evidence-based review for qualified health claims: tomatoes, lycopene, and cancer. J. Natl Cancer Inst., v. 99, n. 14, p. 1074-1085, jul. 2007.

KEMIN. Antioxidantes e suas funcionalidades, 2011. Disponível em: <http://www.insumos.com.br/aditivos_e_ingredientes/materias/89.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2011, 16:00.

KIMBERLY, R. FDA: Issues Information for Consumers about Claims for Green Tea and Certain Cancers, p. 05-36, jun. 30, 2005.

LEVY, J.; SHARONI, Y. As funções do licopeno do tomate e seu papel na saúde humana. American Botanical Council. Herbal Gram, v. 62, p. 49-56. 2004. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/3673637/As-funcoes-do-licopeno-do-tomate-e-seu-papel-na-saude-humana>>. Acesso em: 20 jun. 2011, 15:10.

MAFRA, D.; COZZOLINO, S. M. F. Importância do zinco na nutrição humana. Rev. De Nutrição, Campinas, v. 17, n. 1, p. 79-87, jan./mar. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v17n1/a09v17n1.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2011, 07:00.

MAHAN, L. K.; STUMP, E. S. Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 11. ed. São Paulo: Roca, 2005.

MARAMAG, C. et al. Effect of vitamin C on prostate cancer cells in vitro: effect on cell number, viability, and DNA synthesis. Prostate, v. 32, p. 188-195, 1997.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2007.

MCMILLAN, D. C. et al. Changes in micronutrient concentrations following anti-inflammatory treatment in patients with gastrointestinal cancer. Nutrition, v. 16, p. 425-428, 2000.

MENEZES, H. Própolis: uma revisão dos recentes estudos de suas propriedades farmacológicas. Arquivos do Instituto Biológico, São Paulo, v. 72, n. 3, p. 405-411, jul./set. 2005.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ ZMA; BUSS, P. M.. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. Ciência & Saúde Coletiva, v. 5, n.1, p. 7-18, 2000.

MOYAD, M. A.; CARROLL, P. R. Lifestyle recommendations to prevent prostate cancer, part II: time to redirect our attention? Urol. Clin. North. Am., v. 31, p. 301-311, 2004.

NASSU, R. T. et al. Oxidative stability of fermented goat meat sausage with different levels of natural antioxidant. Meat Science, Oxford, v. 63, n. 1, p. 43-49, 2003.

National Cancer Institute. Prostate câncer (PDQ): prevention patient version. Disponível em:

<<http://www.cancer.gov/>>. Acesso em: 05 jul. 2011, 13:00.

PATEL, D. A. et al. Sexually transmitted diseases and other urogenital conditions as risk factors for prostate cancer: a case-control study in Wayne County, Michigan. Cancer Causes Control, v. 16, n. 3, p. 263-273, abr. 2005.

PEREIRA, B. Exercício físico como pró-oxidante. Rev. Paul. Ed. Fís, v. 8, p. 77-89, 1994.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização. São Paulo: Artmed, 2004.

POMPELLA, A. Biochemistry and histochemistry of oxidant stress and lipid peroxidation. International Journal of Vitamin and Nutrition Research, Bern, v.67, n.5, p.289-297, 1997.

POO, J. L. et al. Diagnostic value of the copper/zinc ratio in digestive cancer: a case control study. Arch Med. Res., v. 28, p. 259-263 1997.

REITER, R. E., DE KERNION, J. B. Epidemiology, etiology, and prevention of prostate cancer. In: WALSH, P. C., eds. Campbell's Urology. Pennsylvania: W.B. Saunders, p.3003, 2002.

RENAUD, S.C. et al. Alcohol and mortality in middle-aged men from eastern France. Epidemiology, v. 9, p. 184-188, 1998.

RHODEN, E. L.; AVERBECK, M. A. Câncer de próstata localizado. Revista da AMRIGS, Porto Alegre, v. 54, n. 01, p. 92-99, 2010.

RIETVELD, A; WISEMAN, S. Antioxidant effects of tea: evidence from human clinical trials. Journal of Nutrition, v. 133, n. 10, p. 3285-3292, 2003.

ROCHA, V.. Do caranguejo vermelho ao Cristo cor-de-rosa: as campanhas educativas para a prevenção do câncer no Brasil. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, jul. 2010.

ROHRMANN, S. et al. Association of vasectomy and prostate cancer among men in a Maryland cohort. Cancer Causes Control, v. 16, n. 10, p. 1189-1194, dez. 2005.

ROSE, D. P.; BOYAR, A. P.; WYNDER, E. L. International comparisons of mortality rates for cancer of the breast, ovary, prostate, and colon, and per capita food consumption. Cancer, v. 58, p. 2363-2371, 1986.

SAÑUDO, C. et al. Fatty acid composition and sensory characteristic of lamb carcasses from Britain

and Spain. *Meat Science*, Oxford, v. 54, n. 4, p. 339-346, 2000.

SCHRAIBER, L. B., GOMES, R., COUTO, M. T. Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v. 10, n. 1, p. 7-17, 2005.

SCOTT, M. L. et al. Effect of Selenium and Vitamin E on Risk of Prostate Cancer and Other Cancers: The Selenium and Vitamin E Cancer Prevention Trial (SELECT). *JAMA*, v. 301, n. 1, p. 39-51, 2009.

SHIMOKOMAKI, M. et al. Charqui meats are hurdle technology meat products. *Food Reviews International*, New York, v. 14, n. 4, p. 339-349, 1998.

SIES, H., STAHL, W. Vitamins E and C, β -carotene, and other carotenoids as antioxidants. *American Journal of Clinical Nutrition*, Bethesda, v.62, n.6, p.1315-1321, 1995.

SIES, H. Strategies of antioxidant defence. Review. *European Journal of Biochemistry*, Berlin, v.215, n.2, p.213-219, 1993.

SILVA, F. C.; RIBEIRO, R. C.; CHAVES, A. C. L.. Radicais livres e antioxidantes: concepções e expectativas dos professores do ensino médio. VII Encontro Nacional de pesquisas em educação em ciências. Florianópolis, nov., 2009. Disponível em: <<http://www.foco.fae.ufmg.br/pdfs/389.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2011, 16:30.

Sítio do INCA. Instituto Nacional do Câncer. Estimativa/2012, 2012. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/estimativa/2012/>>. Acesso em: 07 jul. 2015, 00:07.

SJODIN, B.; WESTING, Y.H.; APLE, F.S. Biochemical mechanisms for oxygen free radical formation during exercise. *Sports Med.*, v. 10, p. 236-254, 1990.

Sociedade Brasileira de Urologia. Doenças da próstata: vença o tabu. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SOUZA, A. R. M.; ARTHUR, V.; BRAZACA, S. G., C.. Efeito da radiação gama e do armazenamento na oxidação lipídica e no colesterol de carne de cordeiros da raça Santa Inês. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, Campinas, v. 27, n. 1, p. 67-71, 2007.

SROUGI, M. Câncer da próstata: uma opinião médica, 2005. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2011, 16:10.

SROUGI, M. et al. Doenças da próstata. *Rev. Méd.*, São Paulo, v. 87, n. 3, p. 166-177, 2008.

SROUGI, M. *Próstata: isso é com você*. São Paulo: Publifolha, 2003.

STRATTON, J.; GODWIN, M. The effect of supplemental vitamins and minerals on the development of prostate cancer: a systematic review and meta-analysis. *Fam Pract.*, v. 28, n. 3, p. 243-252, jun. 2011.

SUNNY, L. Is it reporting bias doubled the risk of prostate cancer in vasectomised men in Mumbai, India? *Asian Pac. J Cancer Prev.*, v. 6, n. 3, p. 320-325, jul./set. 2005.

TEIXEIRA, L. A.; FONSECA, C. M. De doença desconhecida a problema de saúde pública: o INCA e o controle do câncer no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doenca_desconhecida_saude_publica.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2011, 17:00.

TRINDADE, M. A. et al. Estabilidade oxidativa e microbiológica em carne de galinha mecanicamente separada e adicionada de antioxidantes durante período de armazenamento a -18°C . *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, Campinas, v. 28, n. 1, p. 160-168, 2008.

TUCUNDUVA, L. T. C. M. et al. Estudo da atitude e do conhecimento dos médicos não oncologistas em relação às medidas de prevenção e rastreamento do câncer. *Revista Assoc. Med. Bras.*, São Paulo, v. 50, n. 3, p. 235-246, jul./ago. 2004.

WALSH, P. C., WORTHINGTON, J. F. *Doença da próstata: um guia para os homens e para as mulheres que os amam*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WELCH, R. W. et al. Accumulation of vitamin C (ascorbate) and its oxidized metabolite dehydroascorbic acid occurs by separate mechanisms. *J. Biol. Chem.*, v. 270, n. 21, p. 12584-12592, 1995.

WILLETT, W. C. et al. Prediagnostic serum selenium and risk of cancer. *Lancet*, v. 2, p. 130-134, 1983.

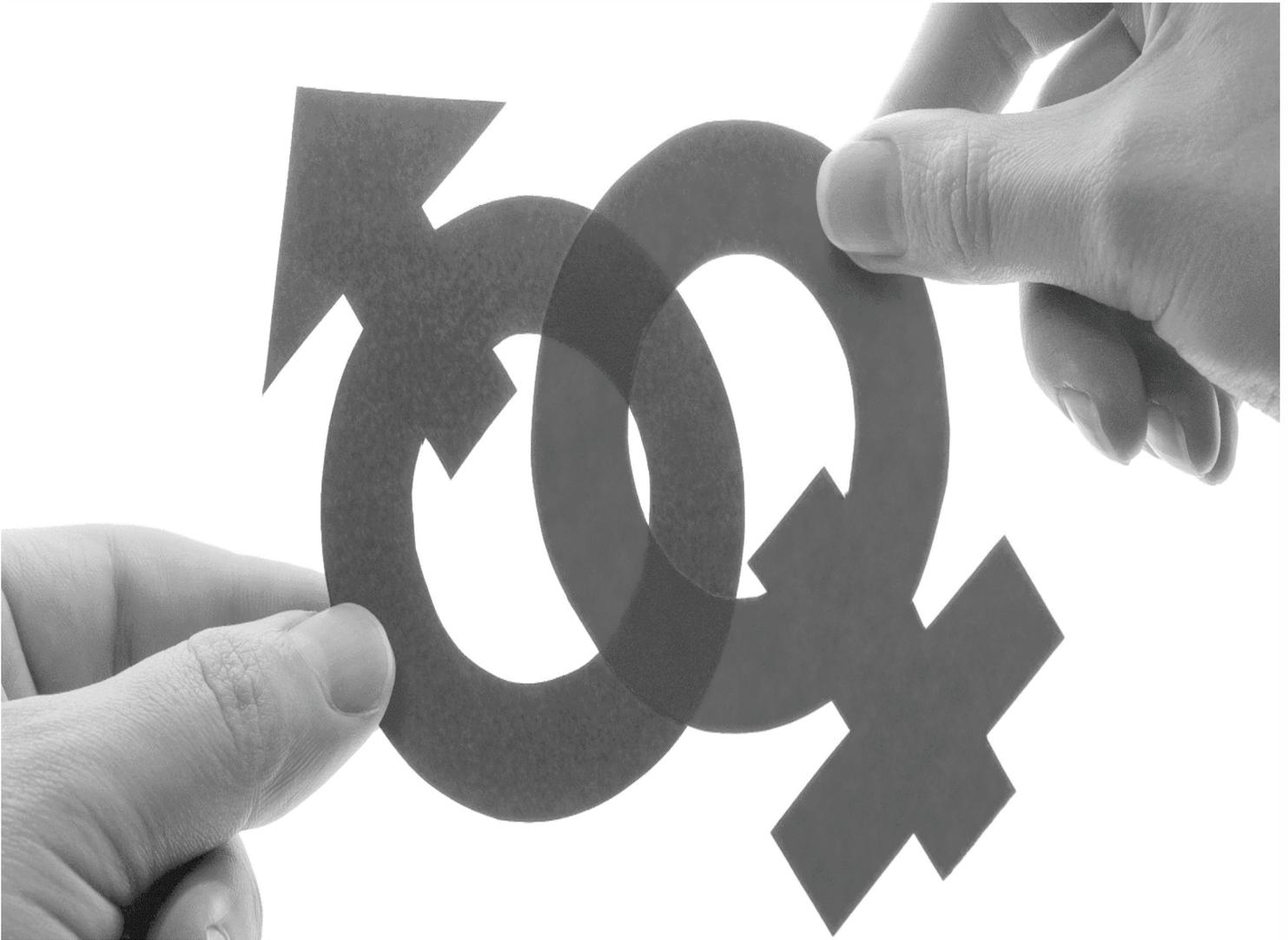
YU, B.P. Cellular defenses against damage from reactive oxygen species. *Physiol. Rev.*, v. 74, p. 139-161, 1994.

ZAPATA, J. F. F. et al. Composição centesimal e lipídica da carne de ovinos do Nordeste brasileiro. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 31, n. 4, p. 691-695, 2001.

ARTIGO

- ▶ LENILDE DIAS RAMALHO,
- ▶ EWELLIN RHAYANE DA SILVA NASCIMENTO,
- ▶ EVELYN ANDRESSA BARBOSA FERNANDES DE ALMEIDA,
- ▶ NIVIANE GOMES DA COSTA

SEXO QUAL O SEU?



Palavras-chave: Transtorno de Identidade de Gênero. Sexualidade. Readequação sexual.

Introdução

A sexualidade é um fator inerente à vida humana, ainda assim é um tema que provoca discussão e muitas controvérsias, envolve questões afetivas, condutas pré-estabelecidas desempenhadas em uma sociedade. Diante disto, a Organização Mundial da Saúde (OMS), afirma que, a sexualidade humana abarca tanto as relações sexuais como o erotismo, a intimidade e o prazer. Sendo experimentada e expressada através de pensamentos, ações, desejos e fantasias (Tradução livre).

No entanto a sexualidade não está relacionada somente ao aspecto biológico, abrange também às questões racionais e sentimentais, sendo assim uma questão cultural.

De acordo com Saffioti (1992) o sexo transforma os sujeitos em mulheres e homens, no entanto, são as relações de gênero que configuram o tornar-se homem e o tornar-se mulher, pois a sexualidade isolada não forma e nem constitui os indivíduos.

O conceito de gênero e sexo estão interligados, porém, cada um com sua especificidade e seus significados. Sexo diz respeito às características anátomo-fisiológicas relativas à reprodução biológica. Essas características já estão na formação genética. Já o gênero depende de como a sociedade vê a relação que transforma um macho em um homem e uma fêmea em uma mulher (GOMES, 2006).

Na visão de Butler (2009) embora os transposicionalistas pensem que a orientação sexual tende a ser uma consequência da identidade de gênero, seria um erro pressupor que a mesma causa a orientação sexual ou que a sexualidade tem necessariamente como referência uma prévia identidade de gênero.

Diante disso, Abreu (2007) descreve diferentes conceitos: o heterossexualismo caracterizando como atração sexual por indivíduos de sexo biológico diferente ao seu, enquanto o homossexualismo designa a atração sexual por indivíduos do mesmo sexo. Travestis, são indivíduos que obtêm prazer em vestir-se com roupas do sexo oposto ao seu. O intersexo, caracteriza-se como fenômeno geneticamente determinado, pelas deficiências enzimáticas durante a formação embrionária. Já o transsexualismo é o transtorno de identidade sexual, onde o indivíduo sente-se mal com seu sexo biológico, tem tendência à mutilação de seu corpo e anseia adequar sua realidade física a sua realidade mental. Sendo considerado um transtorno psiquiátrico com diagnóstico no CID-10, F-64.0.

Com o intuito de ser identificado como sendo do sexo oposto o indivíduo “costuma repelir sua anatomia, recorrendo a tratamentos hormonais e cirurgias para adquirir coerência com seu desejo” (BADINTER, 1986).

O estudo é de grande relevância visto que, a

cirurgia para adequação sexual já está sendo realizada em hospitais credenciados no Brasil e em alguns países, bem como o Hospital Clementino Fraga em João Pessoa –PB, que será o primeiro hospital do nordeste credenciado para realizar estes procedimentos.

Deste modo ao passar pelo estágio no referido hospital viu-se a necessidade de abordar a temática devido à falta de adesão a política nacional de saúde integral voltada à diversidade sexual.

Portanto, esse estudo tem como objetivo descrever, à luz da literatura sobre a diversidade sexual, bem como colaborar na busca de conhecimento sobre as políticas públicas de saúde, especialmente na atenção integral ao transexual.

Metodologia

O estudo é do tipo bibliográfico, que Segundo Gil (2006), este tipo de estudo é desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Foi realizada nas bibliotecas de instituições de ensino públicas e privadas de João Pessoa- PB e através de sites eletrônicos indexados como: Lilacs, Scielo e Bireme, no período de 29 de agosto à 05 de outubro de 2014.

Resultados e discussão

Por meio dos critérios de diferenciação impostos pela sociedade, o indivíduo acaba isolando-se, e em alguns casos pensam nas mutilações como meios para aquisição da normalidade, “quando não conseguem a ajuda médica se auto mutilam e se suicidam” (Farina, 1982. p.117).

Quando o sexo físico desses indivíduos não corresponde ao psíquico, inicialmente, tenta-se, através da psiquiatria, psicanálise ou psicoterapia, mudar a mente de forma a adequá-la aos atributos físicos. No entanto, este tratamento tem a apresentado falhas. Não restando outra solução senão, adaptar o corpo à mente, por meio da cirurgia (FARINA, 1982).

Segundo Meyerowitz (2002) o fisiologista Eugen Steinach, no ano de 1910 realizou as primeiras experiências de mudança de sexo, em animais. Já em 1917, o médico Harold Gillies, realizou a cirurgia em soldados que tiveram seus órgãos mutilados em combates da primeira guerra mundial (CASTEL, 2001).

As primeiras intervenções cirúrgicas que objetivavam a construção de uma genitália feminina só ocorreram em 1921, quando Felix Abraham realizou a primeira cirurgia documentada (ARÁN, 2006; GODDARD et al., 2007).

Conforme Saadeh (2004) no Brasil, a primeira cirurgia de adequação sexual foi realizada em 1971 pelo cirurgião plástico Dr. Roberto Farina. Apesar de ter sido um sucesso, rendeu-lhes dois processos. Sendo assim o Conselho Federal de Medicina estabelece a resolução n. 1.482/1997, atualizada pela resolução 1.955/2010, autorizando a cirurgia no Brasil em hospital universitário ou público. Para se submeter

a ela, deverá seguir tais requisitos: maior idade, terapia por, no mínimo, dois anos, sendo tratado e diagnosticado por equipe multidisciplinar.

Soares et al. (2011) afirma, que os transexuais sentem a necessidade de uma rede social de apoio. As situações de preconceito, falta de conhecimento, dentre estes os profissionais de saúde dificultando portanto o processo de aceitação e de apoio.

Em 2008, houve um avanço na questão legal da cirurgia com a edição de uma portaria do Ministério da Saúde (Portaria nº 1707) que institui, a regulamentação do processo transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2008).

De acordo com Araújo (2014), até o primeiro semestre do ano de 2014, das 77 pessoas cadastradas, no ambulatório do Hospital Clementino Fraga em João Pessoa-PB, 49 querem fazer a cirurgia. Destes casos 11 são mulheres e 38 são homens.

Segundo Blanchard (1989) alguns países como Canadá, Holanda, Estados Unidos, os transexuais demonstram grande satisfação após a cirurgia, seja em relação anatômica, estética, social ou afetiva. Apenas uma minoria mostra insatisfação (cerca de 10%), estando geralmente associado a má preparação cirúrgica, e erros de diagnóstico.

Foi possível concluir que o desconhecimento não justifica o preconceito e a discriminação, pois aumentam o sofrimento psíquico do transexual e dificulta seu tratamento. Desse modo, a cirurgia de redesignação sexual, embora vista por algumas pessoas como desnecessária, apresenta resultados positivos, surgindo como alternativa ao indivíduo de adequar-se ao sexo tão conforme o desejado, promovendo assim proteção da dignidade, permitindo os serviços de assistência aos transexuais, e valorizando sua diversidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. D. Transsexualismo: um olhar sobre a cirurgia de redesignação de sexo e seus reflexos jurídicos. In: ABREU, Laura Dutra de Estudos sobre o direito das pessoas. Diogo Leite de Campos. Coimbra: Al-medina, 2007.

ARÁN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 9, n. 1, 2006.

ARAUJO, S. JP contará com cirurgia de mudança de sexo no SUS em 2015, 2014. Disponível em: <<http://www.paraiba.com.br/2014/07/28/05758-jp-contara-com-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-no-sus-em-2015-49-transexuais-estao-inscritos-entenda>> acesso em: 18 de setembro 2014.

BADINTER, E. Um é o outro: relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BLANCHARD, R. et al. Prediction of regrets in postoperative transsexuals. *The Canadian Journal of Psychiatry/La Revue canadienne de psychiatrie*, 1989.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1999.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM nº 1.955/2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 set 2010a. Seção 1, p.80-1.

BRASIL. Ministério da Saúde. (2008). Portaria nº 1.707, de 18 de Agosto de 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Brasília: Ministério da Saúde.

BUTLER, J. Desdiagnosticando o gênero. *Physis.Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S010373312009000100006>> acesso em: 29 de agosto de 2014.

CASTEL, P. H. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual" (1910-1995). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41, 2001. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26304105>> acesso em: 15 de setembro de 2014.

CID 10. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/cid10.html>> acesso em: 13 de setembro de 2014.

FARINA, R. Transexualismo: do homem à mulher normal através dos estados de intersexualidade e das parafilias. São Paulo: Nova Lunar, 1982.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006

GODDARD, J. C.; VICKERY, R. M.; TERRY, T. R. Development of feminizing genitoplasty for gender dysphoria. *The journal of sexual medicine*, v. 4, n. 4i, 2007.

GOMES, R. A. Mulher em situação de violência sob ótica da saúde. In: MINAYO, M. C.; SOUZA, E. R. Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003 (GOMES, 2006).

SAADEH, A. Transtorno de identidade sexual: um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino. 2004. Tese (Doutorado em Psiquiatria) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/td-e-09082005-115642/>> acesso em: 25 de setembro de 2014.

SAFFIOTI, H. I. B.; Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O; BRUCHINI, C. (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos,

1992.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre. v.20. 1995.

SOARES, M. et al. O apoio da rede social a transexuais femininas. Paidéia, v. 21, n. 48, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Sexual health. Switzerland: WHO, 2007. Disponível em: <http://www.who.int/reproductive-health/gender/sexual_health.html#2> acesso em: 29 agosto 2014.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA AO SEU ALCANCE

CIÊNCIA & COTIDIANO
REVISTA CIENTÍFICA

ISSN: 2236-3394



revista.cbpex.com.br